

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

2025



Presidência da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

e dos Recursos Naturais Renováveis

Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça

Assessoria de Gestão Estratégica

Heliz Menezes da Costa

Coordenação de Planejamento Estratégico,

Monitoramento e Avaliação

Maria Teresa de Almeida Leôncio Drumond

EDIÇÃO, REVISÃO, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Coordenação de Planejamento Estratégico,

Monitoramento e Avaliação

Amanda Fiori Aguilar

Carlos Luís Martins Gomes

Eliane Moreira Machado

Maria Teresa de Almeida Leôncio Drumond

Pedro Carvalho de Almeida Travesso

SCEN, Trecho 2, Edifício-Sede do Ibama, Bloco B

CEP: 70818-900, Brasília/DF

Telefone: (61) 3316-1486

Email: cplan.sede@ibama.gov.br

<https://www.gov.br/ibama/pt-br>



Sumário

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
2. RESUMO EXECUTIVO	8
3. ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO.....	15
3.1 Sobre o Ibama	15
3.2 Estrutura de governança e capacidade do Ibama em gerar valor	17
3.3 Políticas e programas de governo.....	22
4. INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA: GOVERNANÇA, ALOCAÇÃO DE RECURSOS E RESULTADOS	25
4.1 Planejamento Estratégico	25
4.2 Definição da alocação de recursos.....	26
4.3 Resultados Ambientais vinculados ao Planejamento Estratégico.....	30
4.4 Resultados Ambientais por área de atuação do Ibama na proteção ambiental	37
5. CONTROLE INTERNO E EXTERNO.....	70
5.1 Atuação da Auditoria Interna e da Corregedoria.....	70
5.2 Principais recomendações dos órgãos de controle	79
5.3 Relacionamento com a sociedade	80
5.4 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	85
5.5 Ambiente externo	87
5.6 Determinação da materialidade das informações.....	89
6. DESAFIOS, TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES	91
6.1 Gestão de risco e controles internos	91
6.2 Gestão de riscos e programa de integridade	92
7. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO.....	98
7.1 Desempenho da gestão financeira e orçamentária	98
7.2 Gestão de pessoas: aperfeiçoando a capacitação e o desempenho	104
7.3 Gestão de licitações e contratos: assegurando conformidade nas aquisições	113
7.4 Gestão documental, patrimonial e infraestrutura: impulsionando a eficiência e a operação... ..	117
7.5 Gestão da tecnologia da informação: aperfeiçoando infraestrutura e sistemas	120
7.6 Sustentabilidade ambiental: promovendo práticas eficientes de conservação.....	126
8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E ORÇAMENTÁRIAS	130
8.1 Declaração anual do contador	130
8.2 Demonstrações Contábeis	131
8.3 Alterações de Práticas Contábeis.....	135
8.4 Notas Explicativas.....	136



MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2025 apresentou desafios ambientais, climáticos e institucionais de elevada complexidade, exigindo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) atuação coordenada, capacidade técnica e fortalecimento contínuo de sua governança. Nesse contexto, a Autarquia concentrou esforços na recomposição e no aprimoramento de sua capacidade institucional para cumprir sua missão constitucional de proteger o meio ambiente, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.



Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama

As prioridades estratégicas do Ibama no exercício estiveram alinhadas ao Planejamento Estratégico 2024–2027 e orientaram uma atuação integrada nas áreas de fiscalização ambiental, prevenção e combate aos incêndios florestais, conservação da biodiversidade, licenciamento ambiental federal e governança institucional. Essa abordagem sistêmica permitiu enfrentar pressões ambientais persistentes, ampliar a efetividade das ações estatais e fortalecer a articulação com órgãos públicos, entes federativos e parceiros nacionais e internacionais.

No campo da proteção ambiental, o Ibama intensificou o combate ao desmatamento, aos ilícitos ambientais e às atividades ilegais em territórios sensíveis, com destaque para Terras Indígenas e áreas prioritárias para a conservação. A fiscalização ambiental manteve presença contínua ao longo do ano, combinando ações presenciais, inteligência ambiental, tecnologias de monitoramento remoto e cooperação interinstitucional, resultando em avanços relevantes na responsabilização administrativa e na interrupção de atividades ilegais.

A prevenção e o enfrentamento dos incêndios florestais constituíram outro eixo central da atuação institucional em 2025. O fortalecimento das brigadas federais, a ampliação da atuação territorial e o uso do manejo integrado do fogo contribuíram para reduzir riscos ambientais, proteger ecossistemas e aprimorar a capacidade de resposta do Estado diante dos efeitos das mudanças climáticas.

No âmbito da biodiversidade, das florestas e da fauna silvestre, o Instituto consolidou seu papel estratégico na coordenação de políticas públicas, no fortalecimento da segurança jurídica e no cumprimento de compromissos nacionais e internacionais. Avanços na modernização de sistemas estruturantes, na gestão da fauna, na recuperação ambiental e na atuação como autoridade ambiental em acordos multilaterais reforçaram a transparência, a padronização de procedimentos e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Quanto ao uso dos recursos públicos, o Ibama executou suas atividades de forma compatível com as dotações orçamentárias disponíveis, mantendo equilíbrio financeiro e patrimonial da Unidade Prestadora de Contas. A execução orçamentária, a gestão financeira e o controle patrimonial observaram as normas vigentes, assegurando suporte às ações finalísticas e confiabilidade às informações apresentadas, em consonância com os princípios da governança contábil e da transparência.

O fortalecimento da governança, da integridade e da gestão de riscos permaneceu como prioridade transversal ao longo do exercício. O Ibama consolidou práticas voltadas à prevenção de irregularidades, ao aprimoramento dos controles internos e ao atendimento sistemático das recomendações dos órgãos de controle, com avanços relevantes na transparência ativa, na política de dados abertos, no funcionamento da Ouvidoria e no foco no cidadão.

Embora os resultados alcançados sejam significativos, persistem desafios estruturais relacionados à complexidade do cenário ambiental, às restrições de recursos e à necessidade permanente de fortalecimento das capacidades institucionais. A continuidade das ações estratégicas e o aprimoramento da governança permanecem essenciais para ampliar a efetividade da atuação ambiental federal nos próximos exercícios.

Declaro que este Relatório de Gestão foi elaborado sob minha responsabilidade e que as informações nele contidas são fidedignas, precisas e completas, refletindo de forma adequada a gestão, os resultados e a situação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no exercício de 2025, em conformidade com as normas do Tribunal de Contas da União e com os princípios do Relatório Integrado.

Ao apresentar este Relatório de Gestão, reafirmo o compromisso do Ibama com a proteção do meio ambiente, a integridade institucional, a transparência e a prestação de contas à sociedade brasileira e aos órgãos de controle.

RESUMO EXECUTIVO



2. RESUMO EXECUTIVO

Em 2025, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) obteve avanços significativos na proteção ambiental, fiscalização, licenciamento e gestão da biodiversidade, temas refletidos no Planejamento Estratégico 2024-2027.

Para ilustrar esses avanços, apresenta-se a seguir uma série de 5 infográficos que destacam as principais conquistas do Instituto ao longo de 2025. Esses materiais visuais sintetizam os resultados alcançados em áreas-chave, como redução do desmatamento, recuperação de áreas degradadas, combate ao tráfico de animais silvestres e fortalecimento da gestão sustentável dos recursos naturais.



Ibama na Proteção Ambiental

Objetivo Estratégico:

Reduzir o desmatamento e controlar incêndios florestais

Atividades:

- Ações de Fiscalização
- Instruir e julgar Autos de Infração
- Manejo Integrado do Fogo
- Contratação de Brigadistas

DESTAQUES DO ANO



Fiscalização Ambiental

- No ano de 2025 foram geradas 1.217 Ordens de Fiscalização, sendo executadas 22.331 ações fiscalizatórias, sendo 1.212 ações dentro de Terras Indígenas.



Autos de Infração

- 14.644 Autos de Infração, totalizando R\$ 3.683.860.060,17 em multas, dos quais 6.467 referem-se a infrações contra a flora.



Embargos

- 4.975 Termos de Embargos lavrados em 2025, totalizando 511.965 ha em área total embargada.



Contratação de Brigadistas

- Em 2025 o contingente do Programa de Brigadas Federais foi de 2.643 brigadistas, representando um aumento de 14% em relação a 2024.

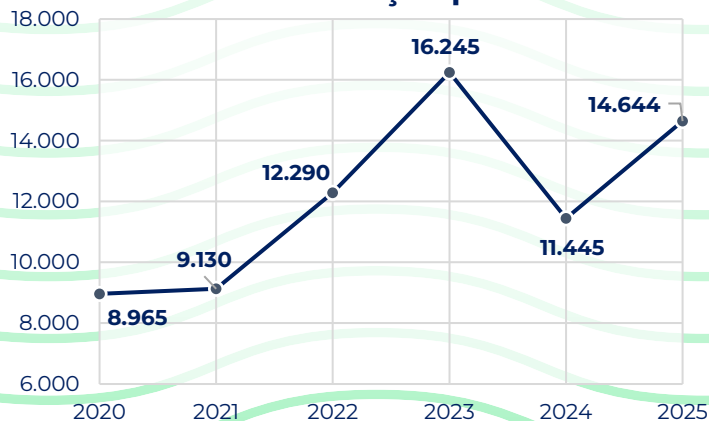


Combate aos Incêndios Florestais

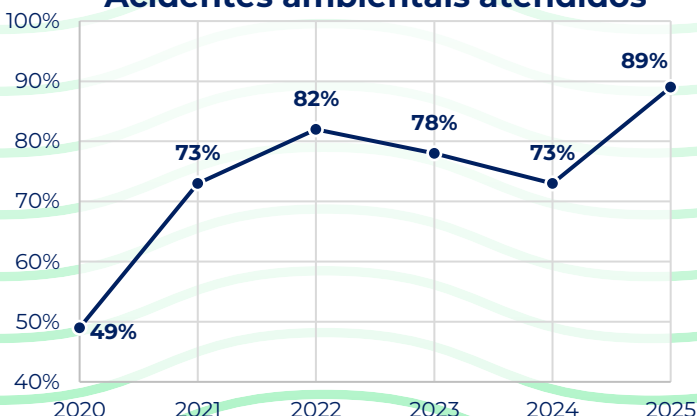
- A área de atuação do Programa de Brigadas Federais alcançou 337.145 km² nesse ano. O Ibama registrou em 2025 um total de 3.808 frentes de combate.

MÉTRICAS RELEVANTES:

Autos de Infração por ano



Acidentes ambientais atendidos





Ibama na Biodiversidade e Florestas

Objetivo Estratégico:

Monitorar, conservar, restaurar e proteger a biodiversidade

Atividades:

- Implementar projetos de sociobioeconomia
- Conversão de multas
- Implementar planos de conservação e recuperação da fauna
- Controle de espécies exóticas invasoras

DESTAQUES DO ANO



Acompanhamento de áreas degradadas

- Em 2025, foram cadastrados e qualificados 107.937 ha de áreas em acompanhamento, conforme dados públicos da plataforma Recooperar.



Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas)

- Mais de 63 mil animais silvestres foram recebidos pelas unidades da Rede Cetas entre resgates, apreensões, entregas voluntárias e outras causas.
- Desses, mais de 39 mil tiveram destinação adequada, como soltura, encaminhamento a cativeiro autorizado ou uso em pesquisa científica, enquanto cerca de 23 mil permaneceram em atendimento.

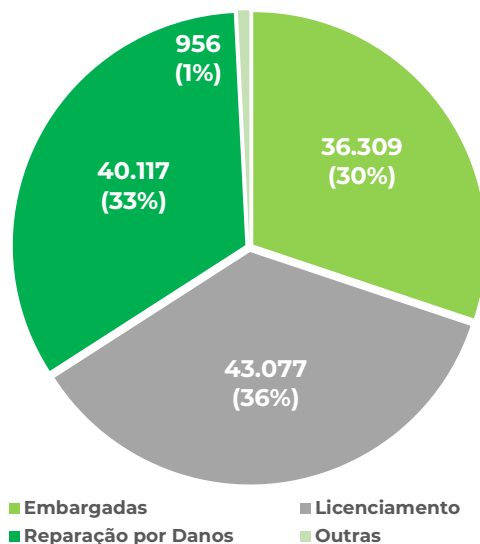


Produção de dados

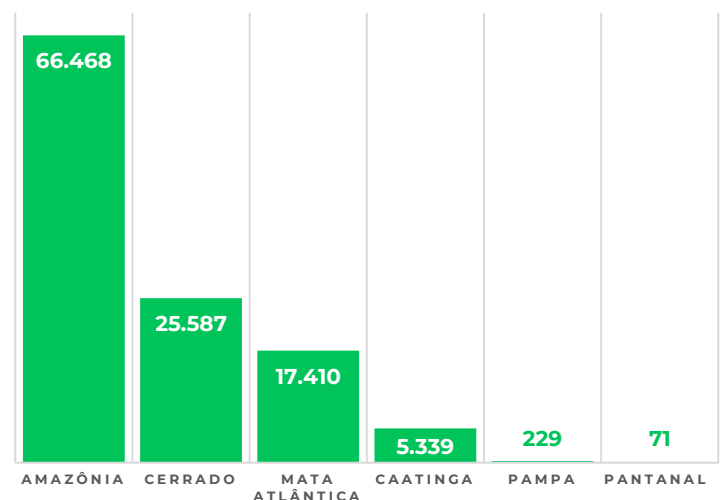
- Produção de painel analítico com distinção entre desmatamento ilegal e supressões autorizadas.
- 27 relatórios detalhando o histórico anual da produção e do transporte da Madeira, em todos os estados brasileiros, no período de 2018 a 2024.
- 24 autorizações PMFS e POA auditadas.

Áreas de Recuperação Ambiental cadastradas 2025

Por origem do processo (em hectares)



Por bioma (em hectares)





Ibama no Licenciamento Ambiental

Objetivo Estratégico:

Prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais de obras e empreendimentos

Atividades:

- Acompanhar processos de licenciamento ambiental
- Controle de acidentes em empreendimentos licenciados

DESTAQUES DO ANO



Licenças, autorizações e anuências

- O Ibama, em 2025, concedeu 850 entre licenças ambientais, autorizações e anuências, no Licenciamento Ambiental Federal.



Compensação Ambiental

- Através da Compensação Ambiental, foram destinados R\$ 235.549.152,09 ao fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, contemplando 163 Unidades de Conservação.



Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental

- Publicação da Portaria Ibama nº 104/2025, que disciplina a obrigatoriedade do uso do SISBia em processos de licenciamento ambiental.
- Com 38 novos empreendimentos cadastrados no sistema em 2025, somam-se mais de 100 mil registros de biodiversidade.

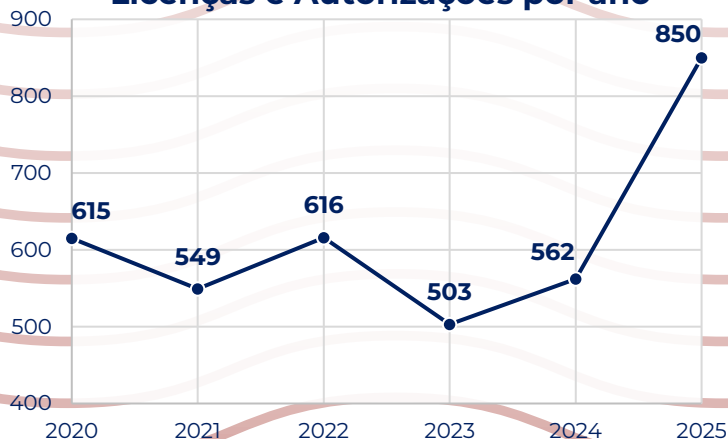


Vitorias Técnicas

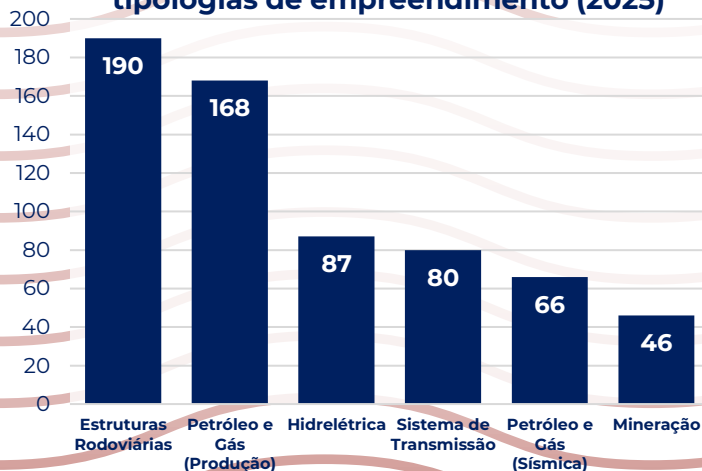
- Durante o ano de 2025 foram realizados 156 vitorias técnicas para o acompanhamento de condicionantes de licenças ambientais e de autorizações.

MÉTRICAS RELEVANTES:

Licenças e Autorizações por ano



Licenças e autorizações de algumas tipologias de empreendimento (2025)





Ibama na Qualidade Ambiental

Objetivo Estratégico:

Prevenir e reduzir os impactos negativos de substâncias potencialmente poluentes e resíduos sólidos

Atividades:

- Regulação, fiscalização e monitoramento de produtos químicos e resíduos

DESTAQUES DO ANO



Agrotóxicos

- Atualização da Portaria nº 84/1996.
- Início do processo de reanálise ambiental do metomil e tiodicarbe.
- Celebração de parceria com a Embrapa Meio Ambiente para monitoramento de resíduos agrotóxicos em matrizes ambientais.



Regulação do Mercúrio

- Primeiros resultados do Projeto de Monitoramento Ambiental da contaminação por mercúrio na Terra Indígena Yanomami.
- Finalização do uso de mercúrio nas células eletrolíticas das indústrias fabricantes de cloro-álcalis, em cumprimento à Convenção de Minamata.

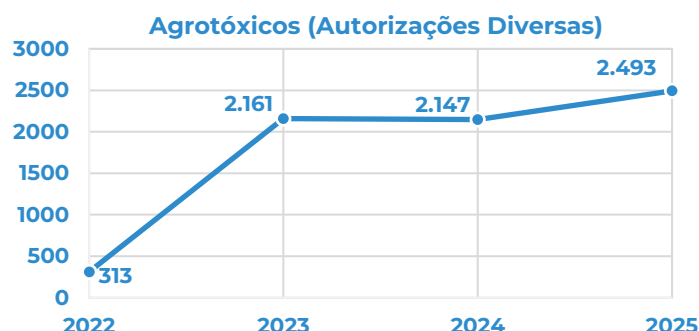
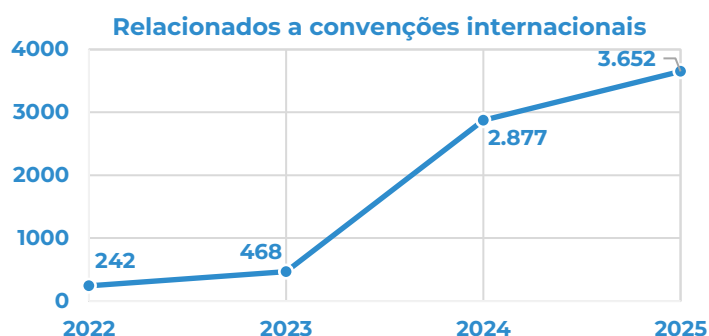
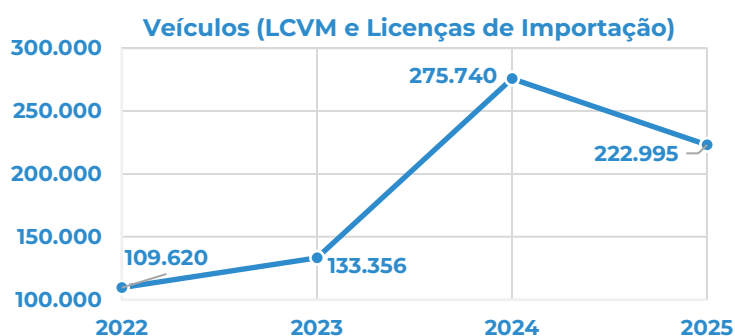


CERTIDÃO AMBIENTAL DE CONFORMIDADE

- Concluída a primeira etapa de sua implementação, com o mapeamento dos sistemas que serão integrados.

AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS

* Os números englobam apenas as autorizações concedidas, não incluindo as solicitações que foram negadas, indeferidas ou arquivadas





Ibama na Gestão Administrativa

Objetivo Estratégico:

Ações essenciais para o adequado funcionamento do órgão, possibilitando a execução de sua missão institucional

Atividades:

- Gestão Orçamentária e financeira
- Contratos e licitações
- Gestão de pessoas
- Tecnologia da Informação e Comunicação

DESTAQUES DO ANO



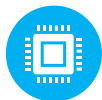
Gestão Financeira Orçamentária

- R\$ 545,2 milhões do orçamento discricionário empenhado em ações finalísticas.
- R\$ 2,4 bilhões do orçamento executados em 2025.



Ingresso de novos servidores

- Nomeação de 460 novos servidores (130 Analistas Administrativos e 330 Ambientais) em setembro. Em novembro, foi autorizada a nomeação de 114 vagas adicionais (25% do provimento original).



Tecnologia da Informação e Comunicação

- R\$ 58.024.129,76 em autorizações de pagamento para TIC, como a modernização da infraestrutura de hardware, além de testes e controle de qualidade de software.

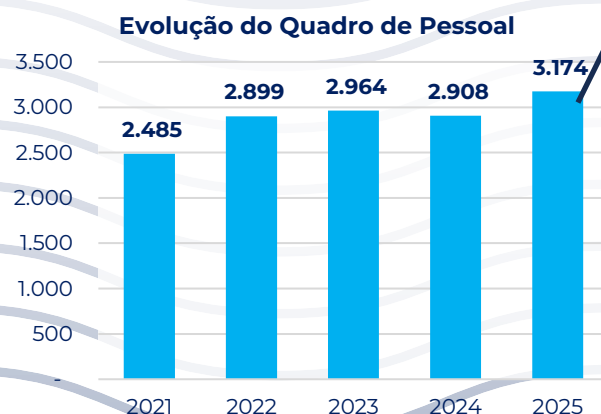


Ações de Capacitação

- Em 2025 foram desenvolvidos ou atualizados 18 cursos internos, alinhados ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas.
- Foram registradas 3.740 participações em ações de desenvolvimento de pessoas, totalizando 1.908 servidores capacitados.

MÉTRICAS RELEVANTES:

LOA	R\$ 2.475 bilhões
Créditos Extraordinários	R\$ 121.954 milhões
Emendas Parlamentares Individuais	R\$ 3.7 milhões
Executados R\$ 2.4 bilhões	



502 servidores (16%) entre a idade de 61 e 74 anos.

423 servidores (13%) recebem Abono Permanência, permanecendo em atividade mesmo podendo se aposentar.



ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO

3. ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO

3.1 Sobre o Ibama

Identificação da Unidade

O Ibama é uma Autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), conforme o art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, cujas principais atribuições são exercer o poder de polícia ambiental, executar ações das políticas nacionais de meio ambiente na esfera federal de prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios ambientais.



Figura 1: Missão, visão e valores do Ibama

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	
IDENTIFICAÇÃO	
Poder Executivo - Órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente	
Natureza jurídica de Autarquia, com principal atividade na área ambiental	
CNPJ: 036591660001-02	
Código:	CNAE 7512-4
	SIORG 001812
	ÓRGÃO 44201
	UNIDADE GESTORA SIAFI 193034
CONTATOS	
Endereço: Setor de Clubes Esportivos Norte (SCEN), Trecho 02, Ed. Sede, CEP: 70.818-900 – Brasília, Distrito Federal	
Website: https://www.gov.br/ibama/pt-br	
Endereço de e-mail: presid.sede@ibama.gov.br	
Contato telefônico: (61) 3316-1001 e (61) 3322-1058	
NORMAS LEGAIS QUE REGEM SUA ATUAÇÃO	
Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); (link)	
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; (link)	
Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); (link)	

Decreto nº 12.130, de 7 de agosto de 2024, que aprova a Estrutura Regimental do Ibama e seu quadro demonstrativo dos cargos e comissões e das funções comissionadas, além de remanejar e transformar cargos em comissão em função de confiança; [\(link\)](#)

Portaria Ibama nº 73, de 26 de maio de 2025, que aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e seu respectivo Quadro Demonstrativo Detalhado dos Cargos Comissionados Executivos – CCE e das Funções Comissionadas Executivas – FCE. [\(link\)](#)

Tabela 1: Informações de identificação

Rol de Responsáveis do Ibama									
Natureza de Responsabilidade	Cargo	Nome do Dirigente	Ato	Nº Ato	Data Ato	Data DOU	Data Início	Data Dispensa	Endereço Eletrônico
Presidente	CCE 1.17	Rodrigo Antonio De Agostinho Mendonça	Portaria Casa Civil	1.779	23/02/2023	24/02/2023	24/02/2023		rodrigo.mendonca@ibama.gov.br
Presidente Substituto		Jair Schmitt	Portaria MMA	6	10/01/2023	12/01/2023	12/01/2023		jair.schmitt@ibama.gov.br
Diretora da DIPLAN	CCE 1.15	Anne Pascale De Oliveira Mota Ayres	Portaria Casa Civil	1.100	03/09/2025	04/09/2025	04/09/2025		anne.ayres@ibama.gov.br
Diretor da DIPLAN		Gustavo Henrique Moreira Alves Da Silva	Portaria Casa Civil	2.548	12/06/2023	13/06/2023	13/06/2023	06/01/2025	gustavo.henrique@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DIPLAN		Andrea Maria De Marque	Portaria Ibama	2.019	12/09/2025	16/09/2025	16/09/2025		andrea.marque@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DIPLAN		Anne Pascale De Oliveira Mota Ayres	Portaria Ibama	2.356	15/09/2021	16/09/2021	16/09/2021	04/09/2025	anne.ayres@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DIPLAN		Andrea Maria De Marque *	Portaria Ibama	1.546	15/07/2025	16/07/2025	16/07/2025	31/07/2025	andrea.marque@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DIPLAN		Andrea Maria De Marque *	Portaria Ibama	1.492	08/07/2025	09/07/2025	09/07/2025	15/07/2025	andrea.marque@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DIPLAN		Andrea Maria De Marque *	Portaria Ibama	851	20/05/2025	21/05/2025	21/05/2025	04/06/2025	andrea.marque@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DIPLAN		Atila Martins Ribeiro *	Portaria Ibama	276	17/02/2025	19/02/2025	19/02/2025	04/03/2025	atila.ribeiro@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DIPLAN		Atila Martins Ribeiro *	Portaria Ibama	41	09/01/2025	13/01/2025	20/01/2025	31/01/2025	atila.ribeiro@ibama.gov.br
Diretor da DILIC	CCE 1.15	Cláudia Jeanne Da Silva Barros	Portaria Casa Civil	266	29/02/2024	01/03/2024	01/03/2024		claudia.barros@ibama.gov.br
Diretor Substituto da DILIC		Liceros Alves Dos Reis	Portaria Ibama	435	11/03/2024	14/03/2024	14/03/2024		liceros.reis@ibama.gov.br
Diretor Substituto da DILIC		Clarice Santos Veloso *	Portaria Ibama	1.951	05/09/2025	11/09/2025	11/09/2025	13/10/2025	clarice.veloso@ibama.gov.br
Diretor Substituto da DILIC		Clarice Santos Veloso *	Portaria Ibama	3.032	18/12/2024	20/12/2024	30/12/2024	10/01/2025	clarice.veloso@ibama.gov.br
Diretora da DIQUA	CCE 1.15	Rosângela Maria Ribeiro Muniz	Portaria Casa Civil	265	29/02/2024	01/03/2024	01/03/2024		rosangela.muniz@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DIQUA		Karina De Oliveira Cham	Portaria Ibama	2.847	22/11/2024	25/11/2024	25/11/2024		karina.cham@ibama.gov.br
Diretora da DBFLO	CCE 1.15	Livia Karina Passos Martins	Portaria Casa Civil	2.463	16/05/2023	17/05/2023	07/06/2023		livia.martins@ibama.gov.br
Diretora Substituta da DBFLO		Maria Izabel Soares Gomes Da Silva	Portaria Ibama	2.918	11/12/2023	13/12/2023	13/12/2023		maria-izabel.gomes@ibama.gov.br
Diretor da DIPRO	CCE 1.15	Jair Schmitt	Portaria Casa Civil	2.080	21/03/2023	22/03/2023	22/03/2023		jair.schmitt@ibama.gov.br
Diretor Substituto da DIPRO		Adriano Oliveira Fahel	Portaria Ibama	1.850	03/08/2023	07/08/2023	07/08/2023		adriano.fahel@ibama.gov.br

Tabela 2: Rol de responsáveis no ano de 2025. - o rol pode ser igualmente acessado por meio do endereço [\(link\)](#)

Estrutura Organizacional

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é Autarquia pública federal integrante da Administração Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimônio próprio.

Sua Estrutura Regimental, formalmente estabelecida em normativo próprio, encontra-se representada no organograma a seguir e reflete o arranjo institucional necessário ao cumprimento de suas competências legais e finalísticas.

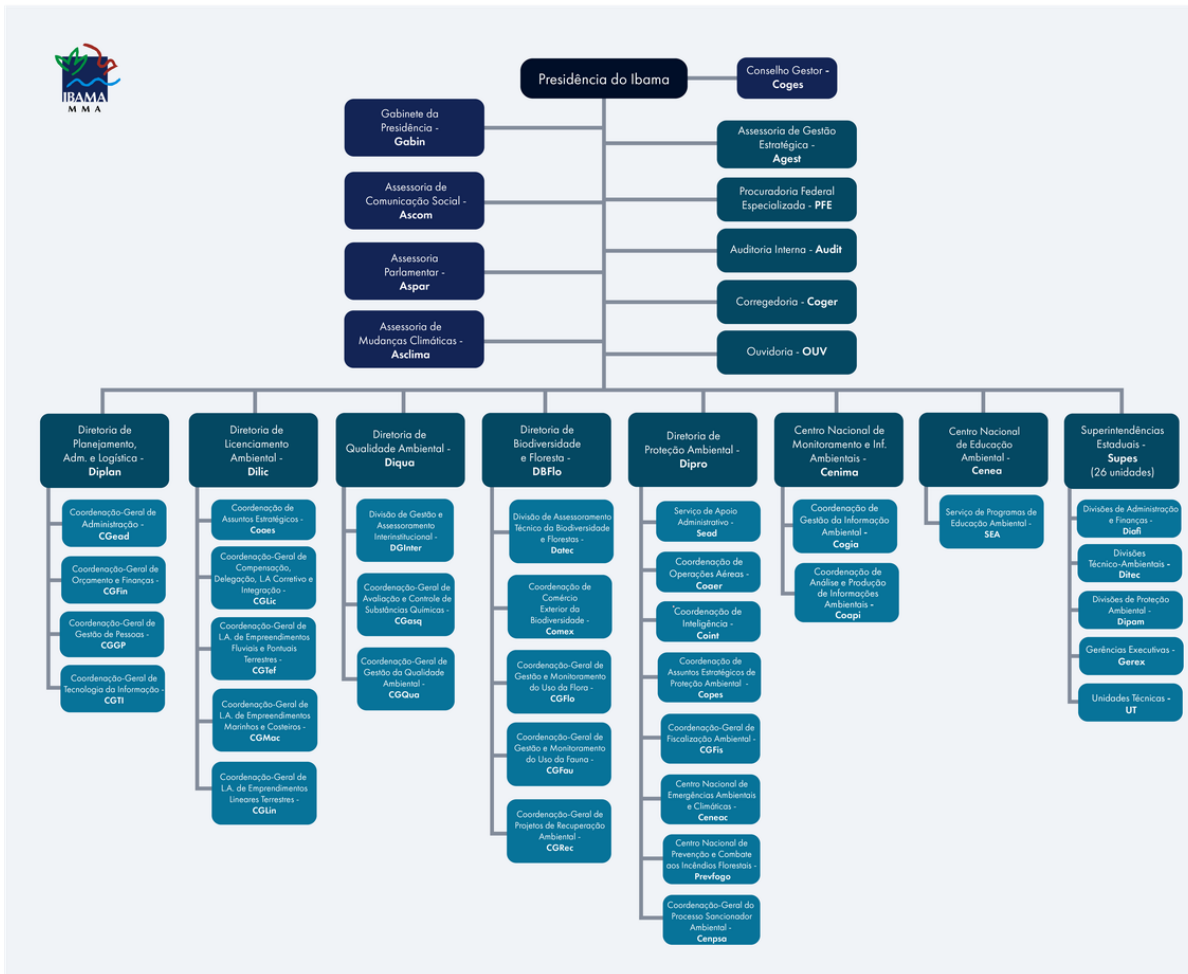


Figura 2: Organograma do Ibama

3.2 Estrutura de governança e capacidade do Ibama em gerar valor

Modelo de governança

A estrutura de governança corresponde ao conjunto de princípios, práticas, processos e mecanismos que orientam e controlam as atividades organizacionais, assegurando a geração de valor às partes interessadas. No âmbito do Ibama, essa estrutura organiza a interação entre os diversos atores institucionais e orienta os processos decisórios, contribuindo para o monitoramento da direção estratégica e para o cumprimento da missão institucional.

O modelo de governança adotado pela Autarquia baseia-se nas melhores práticas de governança e gestão pública, alinhando-se ao Referencial Básico de Governança Pública Organizacional, publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e ao Referencial Técnico da Atividade de Gestão de Integridade do Poder Executivo Federal ([Portaria Normativa CGU nº 234/2025](#)).

Esse modelo orienta os processos de direção, avaliação e monitoramento das atividades

institucionais, contribuindo para o aprimoramento da gestão, para a qualidade dos serviços públicos ambientais e para o adequado cumprimento do dever de prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle.

Essas instâncias contribuirão diretamente para o monitoramento dos resultados institucionais e para o aprimoramento das decisões estratégicas ao longo do exercício.

Instâncias de governança

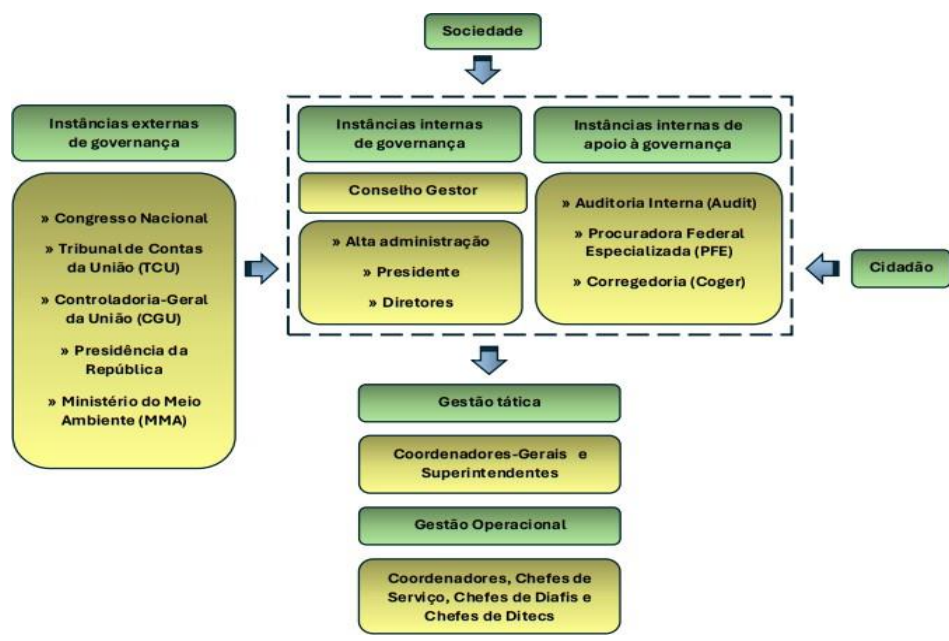


Figura 3: Instâncias externas de governança do Ibama

A governança institucional é operacionalizada por meio de instâncias colegiadas que apoiam a tomada de decisão e fortalecem os mecanismos de gestão e controle.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC), composto pelo Presidente e pelos Diretores do Instituto, atua na sistematização e acompanhamento das práticas de gestão de riscos, controles internos e governança.

O Comitê Interno de Governança (CIG), integrado por representantes das Diretorias, da Auditoria Interna, da Ouvidoria e da Assessoria de Comunicação Social, contribui para o aprimoramento contínuo das práticas de governança institucional.

No campo da integridade, a Comissão Executiva do Programa de Integridade (CIC) reúne representantes da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Auditoria Interna, da Corregedoria, da Ouvidoria, da Assessoria de Comunicação Social e da Comissão de Ética, apoiando a consolidação e disseminação das práticas de integridade e ética no Instituto.

Além dessas instâncias, o Grupo de Trabalho do Plano de Dados Abertos (GT-PDA) acompanha a execução do Plano de Dados Abertos e a implementação de suas ações. O grupo é coordenado pelo Gabinete da Presidência e conta com a participação do Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) e de representantes das Diretorias.

A governança institucional também é fortalecida pela atuação de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), responsáveis por fiscalizar e avaliar as atividades do Instituto.

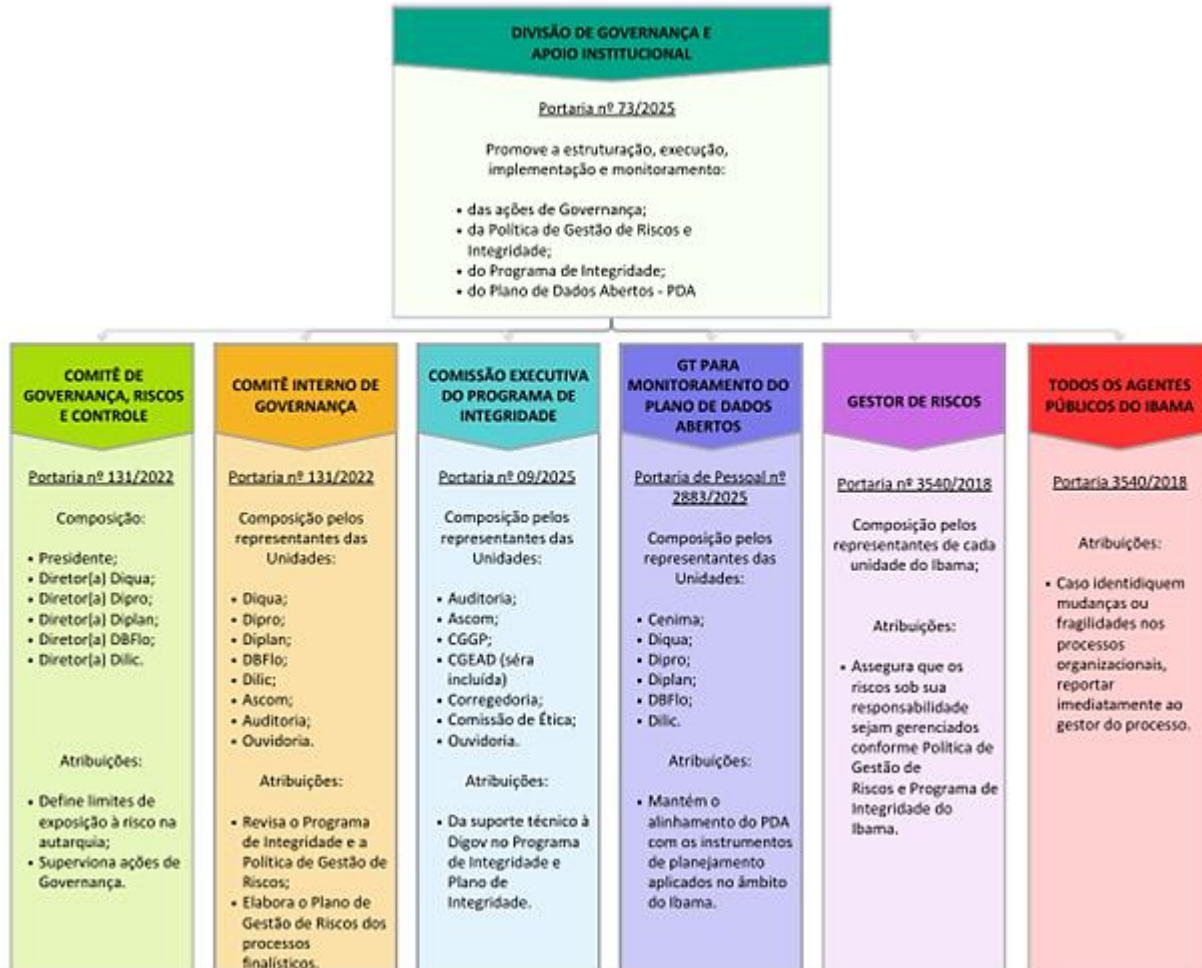


Figura 4: Instâncias internas de governança no Ibama



Figura 5: Colegiados de Governança no Ibama

Aperfeiçoamento da governança

Considerando a abrangência nacional da atuação do Ibama, a integração das unidades descentralizadas constitui desafio relevante. Nesse contexto, a área de governança atua como elo entre as diretrizes estratégicas institucionais e sua aplicação nas unidades descentralizadas, promovendo orientações que asseguram a execução alinhada das atividades, respeitando as especificidades regionais.

A consolidação da governança institucional também envolve o fortalecimento da capacidade de planejamento, coordenação e gestão, bem como o desenvolvimento de competências gerenciais. O investimento na capacitação de gestores, na comunicação interna e no engajamento das equipes contribui para uma governança mais eficaz, transparente e orientada a resultados.

Nesse processo, o Instituto busca incorporar princípios de governança pública humanizada, que valorizam a ética, a escuta ativa, o respeito e a cooperação, reconhecendo o servidor como ativo essencial da organização e contribuindo para um ambiente institucional mais colaborativo e orientado à qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Como parte do processo de aprimoramento institucional, encontra-se em estudo a aplicação da Teoria U, desenvolvida por Otto Scharmer no MIT Sloan School of Management, que propõe novas abordagens de reflexão e aprendizado organizacional voltadas à promoção de transformações culturais e ao fortalecimento da capacidade institucional de inovação.

Por fim, no que se refere à estrutura de governança e à melhoria institucional, informa-se que o Ibama não possui contrato de gestão vigente no exercício de 2025 com entidades qualificadas como Organizações Sociais para atividades de interesse público, nos termos da Lei nº 9.637/1998.

Cadeia de valor

A cadeia de valor foi elaborada em 2024 com base nas informações contidas no Planejamento Estratégico do Ibama 2024-2027, com o objetivo de agregar valor a todas as atividades, identificando pontos fortes e oportunidades de melhoria, o que possibilita uma gestão mais eficiente, redução de custos e aumento da qualidade.

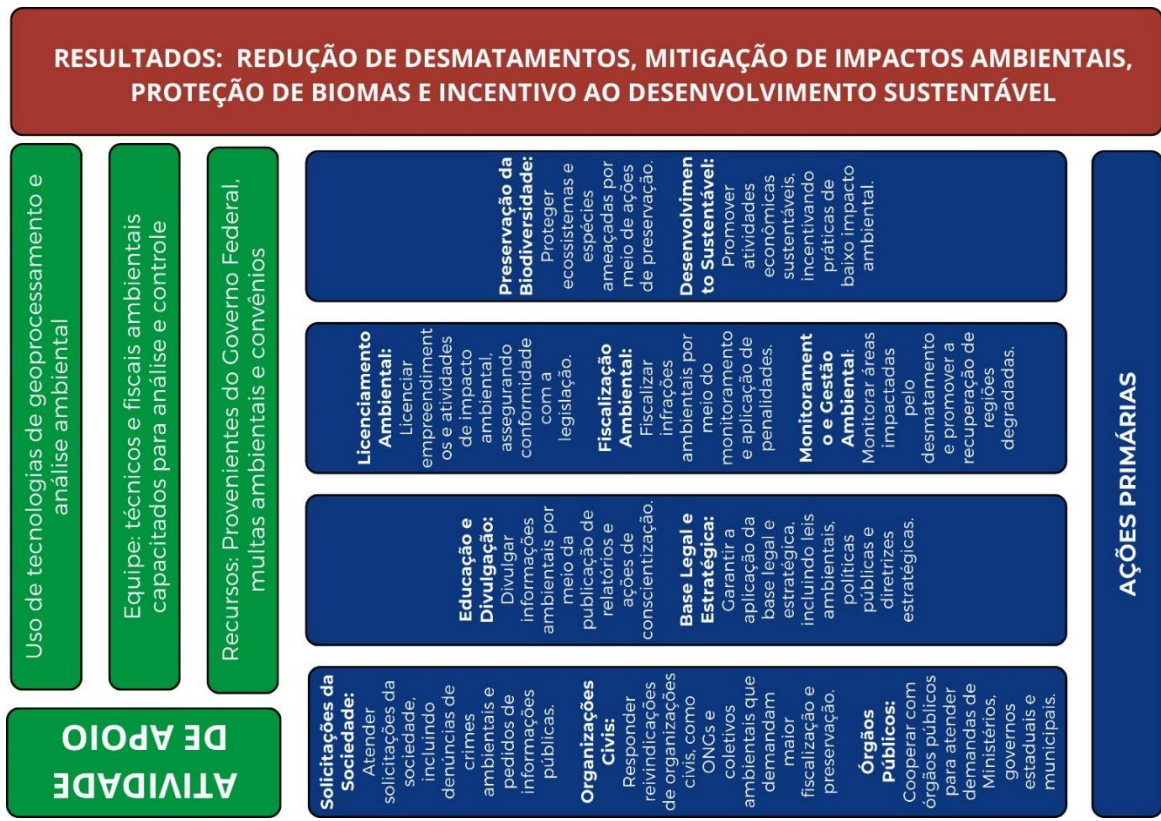


Figura 6: Cadeia de valor do Ibama

Ao mapear e aprimorar as funções internas, a instituição consegue otimizar seus processos e oferecer serviços públicos que atendem melhor às necessidades da sociedade, contribuindo para o alcance de seus objetivos institucionais.

A cadeia de valor apresenta os principais macroprocessos do Ibama, permitindo localizar o foco de suas atividades e os resultados das entregas à sociedade, visando à prestação de serviços de maior qualidade.

Ela é composta por dez frentes de atuação (5 externas – solicitações da sociedade, organizações civis, órgãos públicos, educação e divulgação e base legal e estratégica; e 5 internas – licenciamento ambiental, fiscalização ambiental, monitoramento e gestão ambiental, preservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável) e três frentes organizacionais (uso de tecnologia de geoprocessamento e análise ambiental, equipe e recursos).

Para realizar suas atividades, o Ibama se lastreia em normas jurídicas, recomendações,

determinações, estudos, demandas administrativas e solicitações diversas do Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Órgãos de Controle, Organizações do Terceiro Setor, Organismos Internacionais, Pessoas Jurídicas e a própria sociedade, na busca da promoção e aprimoramento da regulação da área ambiental, ampliação a efetividade do controle ambiental e provimento de dados e informações ambientais.

Internamente, o Instituto executa, por meio de normas instituídas, recomendações, determinações, requerimentos, estudos, demandas administrativas e solicitações diversas, provimento de dados e informações ambientais, promoção e aprimoramento da regulação da área ambiental, ampliação da efetividade do controle ambiental e promoção do licenciamento como mecanismo de desenvolvimento sustentável do País.

Os serviços prestados pelo Ibama alcançam órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, organizações do terceiro setor, pesquisadores, professores e instituições de ensino, pessoas jurídicas e a sociedade em geral.

Almeja-se, assim, que o Ibama alcance objetivos como qualidade ambiental garantida, meio ambiente protegido e uso sustentável dos recursos naturais.

3.3 Políticas e programas de governo

Para normatizar e estabelecer as prioridades do meio ambiente, bem como todas as áreas de atuação do Governo Federal e atender à necessidade da sociedade, foram elaborados programas e ações que estabelecem a atuação de suas entidades e o respectivo orçamento.

O instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece as atividades de Governo e orienta o planejamento e a gestão pública é o Plano Plurianual (PPA). A dimensão tática do PPA engloba os programas com seus objetivos, metas e indicadores.

Também é possível notar a presença do Ibama no Planejamento Estratégico do MMA: dos cinco programas estabelecidos como prioridade pela Pasta, o Instituto colabora em três (programa de proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios, programa de bioeconomia e programa de qualidade ambiental), sendo que cada programa terá planos anuais de ações prioritárias, firmados pelos Acordos de Gestão e com monitoramento e avaliação quadrimestral de seu cumprimento.

Em 2024, foi lançado o Planejamento Estratégico 2024-2027 do Ibama por meio da Portaria Ibama nº 108, de 12 de agosto de 2024, que atua como um guia para a alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, garantindo sua direção eficiente e eficaz para as áreas prioritárias de sua atuação, gerando mais resultados para a sociedade brasileira em termos de proteção ambiental, conservação da biodiversidade e mitigação das mudanças climáticas.

As ações do Ibama priorizam cinco objetivos estratégicos, os quais podem ser identificados no arcabouço estratégico abaixo:



Figura 7: Arcabouço estratégico 2024-2027

Outra conquista foi a instituição do Programa de Integridade por meio da Portaria Ibama nº 9, de 16 de janeiro de 2025, que consiste em conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional.

O Ibama conta também com a Avaliação de Desempenho Institucional, dividida em Global e Intermediária, e que segue as diretrizes do Planejamento Estratégico, para que se alcance as metas estabelecidas para o ciclo de um ano e que servem como parâmetro para fomentar e avaliar os serviços prestados.

Outro ponto importante em vigor é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do Ibama (PDTIC) 2024-2027 e o Plano de Dados Abertos 2024-2026. Disponibilizados no site do Ibama e idealizados com base no Decreto nº 12.198, de 14 de agosto de 2024, a 1ª edição do PDTIC referente ao período 2024-2026 foi aprovada pela Portaria Ibama nº 109, de 14 de agosto de 2024, enquanto o PDA foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital do Ibama em 27 de maio de 2024.

INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA

**GOVERNANÇA,
ALOCAÇÃO DE RECURSOS E
RESULTADOS**



4. INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA: GOVERNANÇA, ALOCAÇÃO DE RECURSOS E RESULTADOS

4.1 Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para 2024-2027 foi elaborado de forma participativa, sob a coordenação da Assessoria de Gestão Estratégica (Agest) e do Gabinete da Presidência (Gabin), com apoio da Delivery Associates, do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e da Climate and Land Use Alliance (CLUA). O processo teve início em setembro de 2023 e envolveu entrevistas com áreas finalísticas do Ibama para levantar informações sobre a situação institucional e estabelecer diretrizes. Além disso, foram realizados workshops e promovida a participação dos servidores por meio de reuniões e um formulário, garantindo ampla consulta interna.

O processo levou à consolidação do Plano Estratégico do Instituto pela Portaria nº 108, de 12 de agosto de 2024, na qual constam seus objetivos estratégicos e respectivas metas. Cabe destacar, também, que o plano foi estruturado em alinhamento com o Plano Plurianual 2024-2027, incorporando agendas transversais voltadas para crianças e adolescentes, mulheres, igualdade racial, povos indígenas e meio ambiente, reforçando o compromisso do Ibama com uma gestão integrada e inclusiva.

Definidos os objetivos estratégicos, foram estabelecidos produtos a serem entregues pelas unidades, os quais foram agrupados em atividades, na intenção de aplicar a chamada teoria da mudança, que busca descrever:

“[...] como um programa gera resultados específicos de longo prazo por meio de uma sequência lógica de resultados intermediários. É aplicada para o desenvolvimento, gerenciamento e avaliação de intervenções nas organizações, permitindo reunir atributos para avaliação, mensuração e acompanhamento do impacto alinhado ao contexto específico da organização” (PERES RODRIGUES, Patrícia et al. Teoria da mudança e metodologias de avaliação de projetos sociais nas organizações. Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 55–74, 2021).

No que diz respeito ao Ibama, procurou-se estabelecer uma conexão lógica entre as atividades, as metas de processo, os resultados e o impacto esperado, da seguinte forma:



Figura 8: Teoria da mudança aplicada ao Planejamento Estratégico 2024-2027

Durante a vigência do plano, é realizado o monitoramento semestral das metas e indicadores, permitindo uma análise contínua e detalhada do desempenho institucional. Esse acompanhamento possibilita ajustes estratégicos e a redefinição de metas, com base nos resultados obtidos.

No exercício de 2025, foi conduzido o segundo ciclo de acompanhamento dos indicadores do Planejamento Estratégico, com monitoramento semestral das áreas responsáveis. O processo permitiu aprofundar a análise crítica dos resultados alcançados, favorecendo a compreensão, por parte dos atores-chave da Autarquia, acerca do desempenho dos objetivos estratégicos e da eventual necessidade de ajustes nas respectivas métricas de avaliação.

Como desdobramento desse amadurecimento metodológico, foi idealizado e implementado um protótipo de acompanhamento estruturado por meio das Reuniões de Avaliação Estratégica (RAEs), realizadas trimestralmente com os pontos focais das Unidades, e as Reuniões de Avaliação de Resultados (RAR), promovidas com os Dirigentes Máximos das Unidades, idealizadas para ocorrerem semestralmente, voltadas à apresentação consolidada dos indicadores e à discussão de eventuais propostas de revisão normativa, reforçando a governança do planejamento estratégico e a cultura de gestão orientada a resultados.

Esses encontros foram destinados à apresentação sistematizada dos resultados, à análise de desempenho e ao debate qualificado sobre desafios e oportunidades de aprimoramento.

O ciclo de monitoramento de 2025, realizado por meio das RAEs e RAR culminou na reavaliação da Portaria nº 108/2024 por meio da Portaria Ibama nº 7, de 8 de janeiro de 2026. As alterações normativas promoveram o fortalecimento da integração entre licenciamento ambiental, fiscalização e inteligência, com ênfase no uso estratégico de dados territoriais para tornar as ações mais direcionadas e efetivas. A revisão também contemplou ajustes em metas institucionais, incluindo medidas voltadas à maior celeridade em processos investigativos.

4.2 Definição da alocação de recursos

O Ibama atua na aplicação dos capitais da Instituição de acordo com os processos por ela definidos, gerando os resultados esperados, ou seja, os valores públicos e os produtos almejados pela sociedade.

Recursos orçamentários

A Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, denominada Lei Orçamentária Anual 2025, foi elaborada com base nos referenciais monetários autorizados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e distribuídos entre as ações e planos orçamentários que estão sob a responsabilidade da Unidade Orçamentária (Ibama).

A alocação das dotações orçamentárias nas ações discricionárias priorizou tanto as atividades finalísticas quanto as ações que compreendem as atividades-meio do Instituto ao longo do exercício, sendo efetuados ajustes, por meio de crédito suplementar, com a finalidade de adequação das despesas relacionadas às atividades operacionais, objetivando o cumprimento da

sua missão institucional.

Os recursos executados contribuíram diretamente para a viabilização das ações finalísticas, refletindo-se nos resultados operacionais apresentados nas seções subsequentes.

No que se refere ao orçamento discricionário, destaca-se a aprovação e abertura créditos extraordinários com vistas a atender as Ações de Apoio Logístico e Respostas Emergenciais aos Incêndios na Amazônia e Combate a Incêndios e Seca na Amazônia e Pantanal no valor total de R\$ 121.954.772,00.

Com relação às atividades finalísticas, o orçamento foi distribuído em 7 ações orçamentárias do tipo “atividade”, nas quais são alocadas as despesas programadas pelas: Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro), que inclui o Centro de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais (Prevfogo) e Centro Nacional de Emergências Ambientais e Climáticas (Ceneac); Diretoria de Gestão e Uso Sustentável da Biodiversidade (DBFlo); Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima), Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilic) e a Diretoria de Qualidade Ambiental (Diqua), que foram beneficiadas com R\$ 545,2 milhões.

Já para a área-meio, foi vinculada a ação 2000 – Administração da Unidade, a ação 216H - Auxílio-Moradia, a ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica, e ação 212B - Benefícios Obrigatórios aos Agentes Públicos à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan), no valor total de R\$ 243 milhões.

Ações Orçamentárias

A gestão do Ibama tem adotado medidas contínuas para aprimorar e fortalecer as atividades desenvolvidas pela Autarquia, buscando ativamente a definição de indicadores e metas institucionais.

O fortalecimento de políticas voltadas para os servidores por meio de capacitações e solicitação de aumento do quadro de pessoal, por concurso público, além de iniciar o procedimento para a implantação do teletrabalho, foram algumas formas de unir a busca pela qualidade na prestação do serviço e satisfação do servidor.

No quadro a seguir, podem ser observadas as ações orçamentárias do Ibama em 2025, agrupadas conforme os programas finalísticos do PPA.

PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	214O - Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental
	218R - Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental
	214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias

	214N - Controle e Fiscalização Ambiental
1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	21AB - Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais
	20WH - Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidora
	6925 - Licenciamento Ambiental Federal

Tabela 3: Programas finalísticos e ações orçamentárias do Ibama no PPA 2024

No mesmo sentido, segue a relação dos Programas destinados às Ações de Custeio da Administração da Unidade e de Despesas Obrigatórias:

PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade
	20TP - Ativos Civis da União
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União
0999 - Reserva de Contingência	0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0536 - Benefícios de Legislação Especial
	00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012

Tabela 4: Programas finalísticos e ações orçamentárias do Ibama no PPA 2024-2027

De forma mais detalhada, destaca-se o demonstrativo da execução orçamentária da Ação de custeio da Unidade e das ações orçamentárias obrigatórias do Ibama em 2025²:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	LOCALIZADOR DO GASTO	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	PAGO	META FÍSICA		PRODUTO DA AÇÃO
					Previsto	Realizado	
2000	Nacional	242.647.352,00	242.250.294,54	173.780.738,08	N/A	N/A	Ação sem produto
	Rio de Janeiro – Emenda Parlamentar	450.000,00	450.000,00	0,00	-	-	Ação sem produto
Subtotal		243.097.353,00	242.700.294,54	173.780.738,08			
00S6	Nacional	118.383,00	80.369,58	71.604,45	N/A	N/A	Ação sem produto
20TP	Nacional	556.385.055,00	551.858.149,56	495.558.300,46	N/A	N/A	Ação sem produto
2004	Nacional	21.671.148,00	13.066.783,32	11.988.749,46	N/A	N/A	Ação sem produto
212B	Nacional	43.306.856,00	40.215.188,00	36.278.706,39			Ação sem produto
216H	Nacional	450.000,00	450.000,00	429.256,38	22	12	Agente público beneficiado
09HB	Nacional	111.192.606,00	111.192.606,00	101.207.956,07	N/A	N/A	Ação sem produto
0536	Nacional	255.444,00	255.444,00	227.273,12	N/A	N/A	Ação sem produto
0181	Nacional	734.902.568,00	733.197.696,38	676.204.605,39	N/A	N/A	Ação sem produto
TOTAL		1.711.379.413,00	1.693.016.531,38	1.495.747.189,80			

Tabela 5: Execução física e financeira das ações de custeio da Unidade e das ações orçamentárias obrigatórias (fonte: SIOP março/2026). *2 A ação de custeio refere-se à manutenção das atividades do Ibama, enquanto as ações finalísticas estão direcionadas às atividades específicas desempenhadas pelas áreas finalísticas

E, por fim, apresentam-se as ações orçamentárias finalísticas do Ibama em 2025 e suas execuções física e financeira:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	LOCALIZADOR DO GASTO	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	PAGO	META FÍSICA		PRODUTO DA AÇÃO
					Previsto	Realizado	
2140	Nacional	21.000.000,00	20.870.840,46	16.503.753,62	157	150	Ação realizada
	Emenda Parlamentar MG	300.000,00	300.000,00		1	-	Ação realizada
	Emenda Parlamentar GO	600.000,00	599.994,00	0,00	3	-	Ação realizada
Subtotal da Ação		21.900.000,00	21.770.834,46	16.503.753,62			
218R	Nacional	4.300.000,00	4.281.791,02	2.978.967,60	100%	69%	Ação realizada
	Emenda Parlamentar PE	407.000,00	407.000,00	0,00	10%	0	Ação realizada
Subtotal da Ação		4.707.000,00	4.688.791,02	2.978.967,60			
21AB	Nacional	1.350.000,00	1.341.548,53	1.032.408,84	1.503	2.259	Instrumento aperfeiçoado
6925	Nacional	5.500.000,00	5.275.221,85	5.053.674,30	300	325	Licença concedida

20WH	Nacional	1.350.000,00	1.321.786,00	1.718.404,74	80	77	percentual de execução
214M	Nacional	143.919.499,00	142.873.860,20	111.281.346,10	219.212	337.145	Área Protegida (km²)
	Crédito Extraordinário	79.597.785,00	43.758.209,00	66.086.472,57			Não implicam em aumento da meta física da ação
Subtotal da Ação		223.514.284,00	186.632.069,20	177.367.818,70			
214N	Nacional	292.800.007,00	286.793.509,51	175.152.208,63	1.149	1.301	Ação Realizada
	Crédito Extraordinário	42.356.987,00	37.386.986,92	37.232.273,20	16	16	Ação Realizada
Subtotal da Ação		335.156.994,00	324.180.493,43	212.384.481,83			
Total		593.478.278,00	539.936.525,60	417.039.509,60			

Tabela 6: Execução física e financeira das ações finalísticas

4.3 Resultados Ambientais vinculados ao Planejamento Estratégico

Os resultados do Planejamento Estratégico (PE) do Ibama ocorrem através de seus Produtos. Conforme definição da Portaria Ibama nº 108, de 12 de agosto de 2024, Produto é a meta que, atingida por determinada unidade, contribui, parcialmente, para o cumprimento de um dado objetivo estratégico. Por sua vez, objetivos estratégicos são os resultados almejados pela instituição, os quais permitirão o cumprimento de sua missão e visão de futuro.

Constam discriminados abaixo os resultados dos Produtos que tinham meta para o ano de 2025:

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Aumento de processos administrativos por infrações relacionados à flora na Amazônia por ano	O1P1	3.695	3.898	100%
Aumento de processos administrativos por infrações relacionados à flora no Cerrado por ano	O1P2	919	708	77%
Aumento das áreas embargadas (em hectares)	O1P3	633.450 ha	511.965 ha	80%
Aumento das ações fiscalizatórias em Terras Indígenas	O1P4	611	1.212	100%
Planos de queima prescrita e controlada executados	O1P5	1.500	3.566	100%
Brigadistas federais contratados	O1P6	2.500	2.643	100%
Processos com crédito constituído após deferimento de pedido de adesão	O1P7	90%	90%	100%
Decisões administrativas em primeira instância	O1P8	10.000	8.379	83%
Decisões administrativas em segunda instância	O1P9	6.000	5.663	94%
Processos do passivo - instaurados até dezembro de 2023 e não encerrados - encerrados	O1P10	10%	14,2%	100%
Aprimoramento dos dados apresentados pelas secretarias estaduais junto ao Sinaflor	O1P11	14	16	100%

Norma de Avaliação Ambiental de Agrotóxicos revisada e adequada	O2P6	1	1	100%
Planos de conservação da fauna silvestre elaborados	O2P13	02	03	100%
Planos de controle de espécies invasoras	O2P14	2	1	50%
Áreas passíveis de recuperação ou recomposição da vegetação nativa cadastradas no Recooperar	O2P15	80.000 ha	120.460 ha	100%
Empreendimentos com Licença Prévia (LP), Licença de Pesquisa Sísmica (LPS), Licenças de Instalação (LI) ou Licença de Operação (LO) acompanhados pelo Ibama	O4P1	40%	63,41%	100%
Atender os acidentes ambientais nos empreendimentos licenciados em âmbito federal	O4P2	67%	90%	100%
Reduzir os empreendimentos licenciados, com análise compartilhada entre Dipro e Dilic, sem plano de gerenciamento de riscos analisado pelo Ibama (PGR)	O4P3	65%	59,30%	91%
Empreendimentos com dados de biodiversidade provenientes do licenciamento disponibilizados	O4P5	3	38	100%
Comunicados de reavaliação ambiental emitidos	O5P1	2	2	100%
Parecer técnico emitido	O5P2	1	1	100%
Diagnósticos dos dados de efluentes e resíduos sólidos do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP) elaborados	O5P3	1	1	100%
Procedimento de consentimento prévio informado para importação de resíduos plásticos implementado	O5P4	1	1	100%
Critérios definidos para avaliação de risco e vistoria de cargas	O5P5	50%	75%	100%

Tabela 7: Resultados do Planejamento Estratégico por produto. Produtos que eventualmente estejam sobre processo de revisão ou alteração não constam nos dados reportados

Os resultados apresentados indicam avanço consistente na capacidade operacional do Instituto, ainda que influenciados por fatores externos de natureza climática, normativa e institucional, que impactam diretamente a dinâmica da gestão ambiental.

Importante notar que os resultados reportados não refletem todos os esforços realizados no âmbito do PE. Destaca-se o fato de que esses não são todos os Produtos, mas tão somente aqueles que tinham meta quantificável para o ano de 2025. Ainda, por trás dos resultados existe um intenso processo de aperfeiçoamento desse instrumento de gestão, especialmente no que se refere a construção de novos entendimentos com as áreas executoras sobre como os produtos podem melhor atender a missão institucional do Ibama, além da superação de desafios impostos pelo ambiente interno e externo.

Os resultados alcançados refletem, adicionalmente, a atuação integrada entre as áreas finalísticas e de suporte, com articulação entre fiscalização, licenciamento, monitoramento e gestão institucional.

Destaca-se que o Ibama está especialmente sujeito a diversas interferências externas que podem alterar significativamente a trajetória de execução de seu planejamento, motivo pelo qual se faz ainda mais importante a constante revisão do PE.

É possível citar como exemplo desses fatores externos as alterações legislativas (Lei Geral do Licenciamento Ambiental), pendências regulamentares (decreto regulamentar da lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023), judicialização de atos administrativos (como dos comunicados de reavaliação ambiental de agrotóxicos), suspensão da conversão de multas ambientais em sua modalidade indireta (Acórdão TCU nº 1.348/2025), dentre outros.

Ainda, desafios internos também podem comprometer em muito a execução do planejamento, em especial aquelas relacionadas a limitações orçamentárias e déficit de servidores.

Destaca-se que a atuação do Instituto encontra-se exposta a riscos relevantes, tais como restrições orçamentárias, déficit de pessoal, judicialização de políticas públicas e variáveis climáticas, os quais são continuamente monitorados no âmbito da governança institucional

Resultado do Planejamento Estratégico em 2025

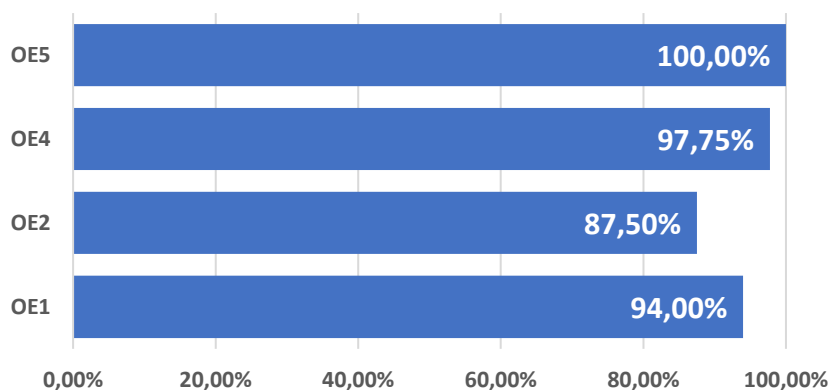


Gráfico 1: Resultados do Planejamento Estratégico por Objetivo Estratégico

Em que pesem os desafios, o Ibama manteve uma média acima de 80% para todos os Objetivos Estratégicos, refletindo o alinhamento da Autarquia com esse instrumento de gestão, conforme Gráfico 1. Ao analisar os resultados por objetivo estratégico, foi possível obter uma visão transversal dos resultados, uma vez que, conforme já destacado, a realização dos produtos deve confluir diretamente para o alcance dos Objetivos Estratégicos.

Objetivo Estratégico 1: Reduzir o desmatamento e controlar incêndios florestais

O resultado para OE1 foi de aproximadamente 94%, tendo sido integralmente alcançadas as metas de 7 dos 11 produtos que tinham algum tipo de entrega para o ano de 2025.

Desses 7 produtos, O1P4 e O1P5 se destacam por terem extrapolado em muito a meta inicialmente estipulada.

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Aumento das ações fiscalizatórias em Terras	O1P4	611	1.212	100%

Indígenas					
Planos de queima prescrita e controlada executados	O1P5	1.500	3.566	100%	

Tabela 8: Destaque dos Produtos de OE1

Para O1P4, o resultado alcançado em 2025 demonstra que o Ibama tem empreendido esforços para combater os ilícitos ambientais nas Terras Indígenas, tendo em vista que essa atribuição é exclusiva do Ibama, bem como o esforço institucional para o cumprimento das inúmeras determinações judiciais envolvendo o tema, em especial a ADPF 709, que determinou a desintrusão de 8 Terras Indígenas.

Já para O1P5, cabe destacar que a janela de queimas prescritas foi maior em 2025 devido a condições climáticas favoráveis, o que possibilitou a realização de um quantitativo maior de queimas preventivas no período. Ademais, houve mudança na metodologia, desenvolvida pela Coordenação de Monitoramento e Combate do Prevfogo, para avaliação e mensuração dos resultados dos planos de queima, o que levou a uma melhoria na eficiência de contabilização de resultados.

De outro modo, os Produtos O1P2 e O1P3 tiveram resultados inferiores aos estipulados, mas também merecem destaque.

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Aumento de processos administrativos por infrações relacionados à flora no Cerrado por ano	O1P2	919	708	77%
Aumento das áreas embargadas (em hectares)	O1P3	633.450 ha	511.965 ha	80%

Tabela 9: Destaque dos Produtos de OE1

No caso, apesar do resultado de 708 processos de apuração de ilícitos relacionados à flora no Cerrado não ter atingido a meta planejada, é preciso destacar que ainda assim houve um aumento significativo em relação ao resultado de 607 processos reportados para o ano de 2024, ou seja, um aumento de aproximadamente 16% dentro do período de um ano. Ainda, mesmo que não atingida a meta, o efeito dissuasório da fiscalização parece estar surtindo efeito na região, frente ao reporte do Prodes de diminuição de 32,3% do desmatamento do Cerrado quando comparado a 2022, ou ainda a queda de 6% nos alertas de desmatamento do Deter ao comparar o período de agosto de 2025 a janeiro de 2026 com os valores do ciclo anterior. ([link](#))

Já no caso de O1P3, o Ibama passou por um processo de aperfeiçoamento metodológico nos Editais de Embargo Geral Preventivo, havendo um esforço para que haja uma integração mais rigorosa entre os dados do Prodes com outras bases de dados, como do CAR e Sinaflor. O intuito é trazer maior eficácia para o instrumento, evitando o levantamento de embargos que poderiam ter sido evitados além de diminuir a judicialização.

Por fim, não obstante os esforços continuamente envidados para o cumprimento e a melhoria da performance dos indicadores, o conhecido cenário de defasagem no quadro de

servidores impacta diretamente o quantitativo de decisões proferidas em primeira e segunda instâncias, refletindo nos resultados apurados para os Produtos O1P8 e O1P9.

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Decisões administrativas em primeira instância	O1P8	10.000	8.379	83%
Decisões administrativas em segunda instância	O1P9	6.000	5.663	94%

Tabela 10: Destaque dos Produtos de OE1

Objetivo Estratégico 2: Monitorar, conservar, restaurar e proteger a biodiversidade

O resultado para OE2 foi de aproximadamente 87,5%, tendo sido integralmente alcançadas as metas de 3 dos 4 produtos que tinham algum tipo de entrega para o ano de 2025. Nesse sentido, importante destacar que o Objetivo Estratégico 2 tem 6 produtos sem meta para o ano de 2025, além de 4 outros Produtos que passam por alguma forma de revisão, seja do quantitativo das metas, forma de aferição dos resultados ou da redação do produto em si.

Dentre os produtos que atingiram 100% da meta, destaca-se O2P15, com o cadastramento de áreas passíveis de recuperação no sistema Recooperar, plataforma digital do Ibama voltada para a gestão e o acompanhamento de áreas degradadas por desmatamento ilegal, incêndios e ocupações irregulares. A ferramenta mantém um banco de dados georreferenciado sobre biomas, unidades de conservação e terras indígenas, e se integra à Pamgia para permitir o acesso público às informações, promovendo transparência e controle social sobre a recuperação ambiental no país. ([link](#)) ([link](#))

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Áreas passíveis de recuperação ou recomposição da vegetação nativa cadastradas no Recooperar	O2P15	80.000 ha	120.460 ha	100%

Tabela 11: Destaque dos Produtos de OE2

Destaca-se que apesar de OE2 ter tido o menor resultado dentre os Objetivos Estratégicos, o resultado foi fortemente influenciado por O2P14. Metas com valores de referência mais baixos são mais sensíveis a variações percentuais, uma vez que qualquer desvio representa uma fração proporcionalmente maior do total esperado.

No caso, em O2P14 temos que a não entrega de 1 documento orientativo, ato normativo, procedimento ou diretriz de controle de espécies exóticas invasoras representando uma queda de 50% no resultado da meta e de 12,5% para o Objetivo Estratégico como um todo.

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Planos de controle de espécies invasoras	O2P14	2	1	50%

Tabela 12: Destaque dos Produtos de OE2

Objetivo Estratégico 4: Prevenir, mitigar e compensar os impactos socioambientais de obras e empreendimentos

O resultado para OE4 foi de aproximadamente 97,75%, tendo sido integralmente alcançadas as metas de 3 dos 4 produtos que tinham algum tipo de entrega para o ano de 2025.

Os resultados de O4P5 superaram em muito a meta inicialmente estipulada. A disponibilização dos dados de biodiversidade a que se refere a meta ocorre através de cadastramento no SISBia. O Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental (SISBia) organiza dados de biodiversidade em processos de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), tendo sido criado pelo Ibama, em parceria com o ICMBio.

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Empreendimentos com dados de biodiversidade provenientes do licenciamento disponibilizados	O4P5	3	38	100%

Tabela 13: Destaque dos Produtos de OE4

No caso, com a publicação da [Portaria IBAMA nº 104 de 11 de agosto de 2025](#), tornou-se obrigatório o uso do SISBia para fins de registro dos dados brutos de biodiversidade gerados nos processos de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos, sendo possível citar esse como um dos motivos pelo impulsionamento do resultado atingido.

Atualmente o cadastramento é feito pelas equipes técnicas do Ibama através de jornadas de inserção assistida, porém, com o desenvolvimento de um novo sistema integrado do Licenciamento Ambiental Federal, a adaptação do sistema na nova plataforma permitirá experiência mais fluída e simplificada para os empreendedores e consultores.

O SISBia está disponível para cadastramento e consulta por usuários externos. ([link](#))

Ainda, os produtos O4P1 e O4P2 representam índices de fundamental importância para acompanhamento constante do Ibama.

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Empreendimentos com Licença Prévia (LP), Licença de Pesquisa Sísmica (LPS), Licenças de Instalação (LI) ou Licença de Operação (LO) acompanhados pelo Ibama	O4P1	40%	63,41%	100%
Atender os acidentes ambientais nos empreendimentos licenciados em âmbito federal	O4P2	67%	90%	100%

Tabela 14: Destaque dos Produtos de OE4

Em um ano em que o Ibama bateu recorde de emissão no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal de licenças ambientais, autorizações e anuências, totalizando 850 em 2025, é de fundamental importância o devido acompanhamento daquilo que já foi emitido nesse e em outros anos, sendo evidente a importância do acompanhamento de O4P1.

Por fim, destaca-se que o índice de atendimento aos acidentes ambientais em empreendimentos licenciados em âmbito federal teve um aumento significativo neste ano, saindo de 73% para 90%.

Objetivo Estratégico 5: Prevenir e reduzir os impactos negativos relacionados à produção, comércio e uso de agentes potencialmente poluentes e resíduos sólidos

O resultado para OE5 foi de 100%, tendo sido integralmente alcançadas as metas de todos os produtos que tinham algum tipo de entrega para o ano de 2025.

Destaca-se que as metas para 2025 eram constituídas em grande medida da publicação de documentos técnicos.

PRODUTO	CÓDIGO	META 2025	ALCANÇADO	RESULTADO (%)
Comunicados de reavaliação ambiental emitidos	O5P1	2	2	100%
Parecer técnico emitido	O5P2	1	1	100%
Diagnósticos dos dados de efluentes e resíduos sólidos do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP) elaborados	O5P3	1	1	100%
Procedimento de consentimento prévio informado para importação de resíduos plásticos implementado	O5P4	1	1	100%
Critérios definidos para avaliação de risco e vistoria de cargas	O5P5	50%	75%	100%

Tabela 15: Destaque dos Produtos de OE5

Para os comunicados de reavaliação ambiental de O5P1, foram publicados o Comunicado sobre os resultados e conclusões da reavaliação ambiental dos agrotóxicos à base do ingrediente ativo tiametoxam ([link](#)), bem como o Comunicado sobre os resultados e conclusões da reavaliação ambiental dos agrotóxicos à base dos ingredientes ativos metomil e tiodicarbe ([link](#)).

Ainda, a implementação do procedimento de consentimento prévio informado para resíduos plásticos ocorreu através da [Instrução Normativa Ibama nº 24, de 4 de dezembro de 2024](#) para resíduos controlados pelo Ibama. Porém, é fundamental ressaltar que a IN precisará passar por revisão, considerando a publicação da Lei 15.088, de 6 de janeiro de 2025. A lei em questão altera o artigo 49 da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre a proibição de importação diferentes tipos de resíduos sólidos.

4.4 Resultados Ambientais por área de atuação do Ibama na proteção ambiental

Fiscalização Ambiental

A fiscalização ambiental constitui uma das principais atribuições do Ibama, desempenhando papel central na prevenção, repressão e responsabilização por infrações ambientais em todo o território nacional. Por meio dessas ações, o Instituto contribui diretamente para a proteção dos recursos naturais, o combate ao desmatamento ilegal e o enfrentamento de crimes ambientais, especialmente em áreas de maior pressão sobre a biodiversidade.

No período, as ações de fiscalização foram conduzidas de forma integrada, combinando operações presenciais em campo com o uso de ferramentas tecnológicas e estratégias de monitoramento remoto. Essa abordagem possibilitou ampliar a capacidade de atuação do Instituto, fortalecer a eficiência operacional e direcionar os esforços para áreas prioritárias, como a Amazônia Legal e Terras Indígenas.

No ano de 2025 foram geradas 1.217 Ordens de Fiscalização, sendo 1.122 relativas a operações presenciais e 95 a operações remotas. Nessas operações, foram executadas 22.331 ações fiscalizatórias, sendo 1.212 ações dentro de Terras Indígenas.

Atividade de Fiscalização Ambiental

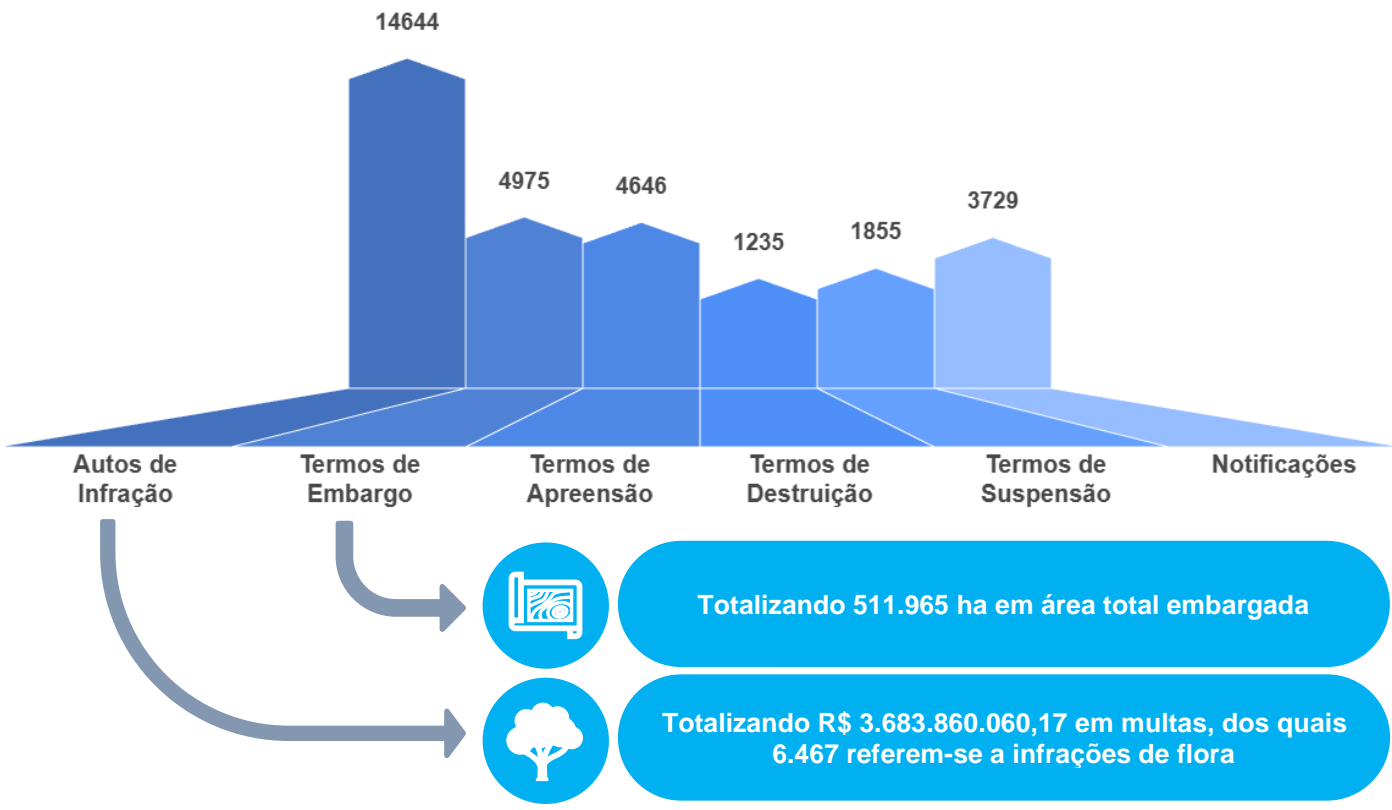


Figura 9: Atividade de fiscalização ambiental no ano de 2025

Outras informações quanto a Autos de Infração, Embargos, Suspensões e Notificações podem ser consultados através da página de [Consulta De Informações Sobre Infrações Ambientais](#).

Sobre o monitoramento dos Autos de Infração, sugerimos consultar, inclusive, a Plataforma Pamgia, em <https://pamgia.ibama.gov.br/geoservicos/?page=Page>. Na Aba “Camadas”, é disponibilizada a opção “Fiscalização e Proteção Ambiental”. Na Aba “Geoserviços”, estão disponíveis os recursos relacionados aos Autos de Infração.

A Operação Controle Remoto é coordenada pela Coordenação de Fiscalização de Flora (COFISFLORA) e operada a partir de técnicas geoespaciais elaboradas no Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais - CENIMA. A operação tem por objetivo executar atividades de fiscalização ambiental remota, a partir da utilização de geotecnologias como imagens de satélite, bancos de dados espaciais e outras geoinformações, para identificar e monitorar o cometimento de delitos ambientais contra a flora e a administração ambiental, especialmente quanto ao desmatamento ilegal, descumprimento de embargos, impedimento de regeneração da vegetação, funcionamento de atividade sem licença ambiental e apresentação de informações falsas em procedimentos administrativos.

A concepção metodológica deste procedimento administrativo foi feita a partir do cruzamento de informações disponíveis sobre o imóvel rural, com dados do proprietário declarados neste, sempre considerando análises geoespacializadas, permitindo assim, após análises multitemporais de imagens de satélite, a individualização, delimitação e enquadramento das diversas condutas infracionais perpetradas.

Os resultados da Operação Controle Remoto no ano de 2025 foram 1.216 autos de infração aplicados, totalizando o valor de R\$ 379.775.146,81, e 1.271 termos de embargo lavrados, somando 172.515,9 hectares de áreas embargadas.

A Operação Carne Fria 2025 e a Operação Oito Segundos foram executadas em conjunto com o Grupo de Combate ao Desmatamento na Amazônia (GCDA), e tiveram o objetivo de realizar a fiscalização da atividade de pecuária desenvolvida sobre áreas embargadas em consequência de autuações do Ibama. Essa ação é estratégica para o combate ao desmatamento na Amazônia, uma vez que a atividade pecuária desenvolvida sobre as áreas embargadas por desmatamento ilegal é o principal meio de viabilização econômica e fomentador do desmatamento ilegal na Amazônia.



Foto 1: Ibama apreende 7 mil cabeças de gado em áreas embargadas por desmatamento ilegal no Pará durante a Operação Carne Fria 3 - Foto: Fiscalização/Ibama

As áreas embargadas objeto de verificação/fiscalização foram aquelas constantes na Lista Oficial publicada pelo Ibama, cuja divulgação tem como base legal o art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o art. 4º, incisos III e V, da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e os artigos 18, §1º, e 149, incisos I e II, parágrafo único, do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Para as áreas embargadas onde havia prévia notificação do autuado em retirar o gado, em caso de descumprimento de embargo, realizou-se apreensão dos animais identificados nos locais embargados.

Os principais resultados da Carne Fria 2025 foram 21 autos de infração e aplicação de R\$ 12.239.798,00 em multas, 6 embargos totalizando uma área de 419,487 ha, e 3 Termos de Apreensão no valor de R\$ 1.132.000,00. Quanto ao período da operação Oito Segundos, foram 15 autos de infração totalizando R\$ 9.925.600,00, e 5 Termos de Apreensão totalizando R\$ 3.002.000,00 em gado apreendido.

A operação Terra Para Sempre, executada no âmbito do Grupo de Combate ao Desmatamento na Amazônia (GCDA) surge a partir da necessidade de se combater de forma mais efetiva os desmatamentos em áreas de Assentamentos da Reforma Agrária, uma vez que em 2024, analisando a situação do desmatamento nos municípios com os maiores índices no Estado do Pará, constatou-se que a maior parte do desmatamento está concentrada em territórios de Assentamentos Federais - áreas destinadas à reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). ([link](#))

Constantemente, verifica-se que parte destes desmatamentos se encontram nas áreas cadastradas como reserva legal do assentamento, realizado por pessoas não beneficiárias da reforma agrária, que mantêm atividades de produção intensiva incompatíveis com a função destinada aos assentamentos federais, e com a legislação federal no que tange à Lei 12.651/2012 e o regime de manutenção de reservas legais nos imóveis rurais. Nas bases e períodos destinados a essa temática ao longo do ano, obteve-se 161 ações fiscalizatórias, que resultaram em 130 autos de infração, totalizando R\$ 269.957.066,35, 49 termos de embargo acautelando uma área

de 31.854,344 ha, 43 Termos de Apreensão, 8 Termos de destruição/inutilização e 23 Termos de Demolição.

Em 2025, o Ibama realizou 1212 ações de fiscalização dentro de Terras Indígenas, em que foram lavrados 316 autos de infração, totalizando R\$ 43.775.847,45 em multas. Das TIs fiscalizadas, destacam-se as ações de combate a ilícitos ambientais na TI Sararé e nas TIs objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709/STF: Kayapó, Munduruku, Araribóia e Uru-Eu-Wau-Wau. ([link](#))

Essas TIs vêm sofrendo amplo processo de invasão por não indígenas que visam a usurpação do território mediante o cometimento de diversos crimes. As ações dos invasores estão em grande medida relacionadas à expropriação dos recursos naturais, como a terra, a madeira e o minério. Portanto, a ADPF 709 determina que a União execute a desintrusão dessas terras indígenas, com a expulsão de não indígenas do seu território. Em 2025, o Ibama executou as Operações de Desintrusão das TIs, Munduruku, Araribóia, Kayapó e Uru-Eu-Wau-Wau. Além dessas, ainda realizou operação na TI Sararé, que não é objeto da ADPF 709, mas também sofreu um intenso processo de invasão.



Foto 2: Operações na TI Kayapó, no Pará, destruíram acampamentos, maquinários e outras estruturas utilizadas pelo garimpo ilegal | Foto: Thiago Dias/SECOM-PR

A operação Mercatio no Rio de Janeiro teve 21 etapas ao longo do ano, mesclando operações veladas com ostensivas e contou com mais de 100 agentes distribuídos nas fases operacionais. Foi identificada organização criminosa envolvendo captura, transporte e venda, incluindo agentes de instituições públicas. A operação ainda contou com uma etapa na feira de Fortaleza/CE com o envolvimento de 58 agentes e resultou em 275 animais apreendidos. ([link](#))

Dentre as ações de fortalecimento da fiscalização ambiental destaca-se a realização do I Simpósio Internacional de Fiscalização Ambiental. Realizado entre 23 e 25 de setembro de 2025, em Brasília/DF, o I Simpósio Internacional de Fiscalização Ambiental consolidou-se como um marco na articulação estratégica do Ibama. Em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre

Drogas e Crime (UNODC), o evento teve como objetivo central fortalecer a cooperação transnacional no combate aos crimes ambientais, reconhecendo sua natureza interconectada com redes de crime organizado. O encontro reuniu cerca de 150 especialistas, incluindo representantes do ICMBio, Polícias Militares Ambientais e membros da Rede Latino-Americana de Fiscalização e Cumprimento Ambiental (Rede Lafica). [\(link\)](#)



Foto 3: O simpósio reuniu 150 participantes em Brasília (DF) - Foto: Vinícius Cardoso/Ascom/Ibama

Considerando a abrangência nacional de atuação do Ibama e as características do território brasileiro, com biomas complexos e extensas áreas com limitações de acesso por via terrestre ou fluvial, o emprego de meios aéreos, com aeronaves tripuladas e Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARPs), constitui elemento estruturante para assegurar mobilidade, alcance territorial, prontidão operacional e efetividade na governança ambiental.

Em 2025 entrou em vigor o novo contrato da frota de aeronaves de asa rotativa do Ibama, que aumentou de cinco para sete unidades. Esse incremento amplia a capacidade de apoio às ações de fiscalização e o pronto atendimento a emergências climáticas e ambientais.

Quanto às ARPs, sua integração às atividades operacionais fortalece o reconhecimento, o monitoramento e a produção de evidências com georreferenciamento e registro qualificado, contribuindo para reduzir a exposição de equipes a risco e otimizar recursos, com aplicação em ações de fiscalização e em demandas técnicas específicas, inclusive vistorias e inspeções em áreas de difícil acesso.

2024	2025
2.017 Solicitações de Áreas de Voo	2.315 Solicitações de Áreas de Voo
5.492 Dias solicitados (aprox.)	8.490 Dias solicitados (aprox.)

Tabela 16: Operações com ARPs

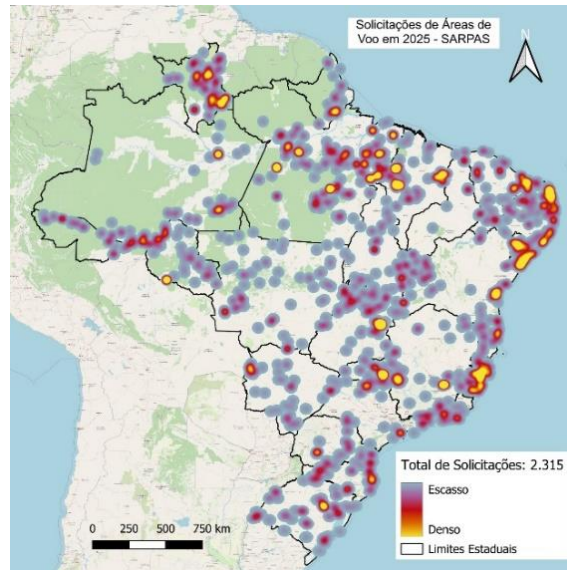


Figura 10: Solicitação de áreas de voo em 2025 - SARPAS

No ano de 2025, foi realizado o primeiro Curso Básico de Inteligência Internacional em Quito, no Equador, constituindo um marco importante para a área de inteligência ambiental do Ibama, especialmente no sentido de estreitar as relações com países da América do Sul. Ao se estabelecer conexões entre instituições e pessoas, é possível trocar dados sobre criminosos e delitos que ocorrem em diversos países da América do Sul.

Entre os pontos centrais do curso estiveram os crimes de desmatamento ilegal, o tráfico de fauna e a mineração ilícita, condutas que vêm sendo progressivamente absorvidas por redes de criminalidade organizada com atuação além das fronteiras nacionais.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) teve aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o projeto Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia – FortFisc, o maior da história do Fundo Amazônia e do próprio Ibama, com aporte de R\$ 825,7 milhões.

O Projeto FortFisc tem por objetivo fortalecer as ações de controle, fiscalização e monitoramento ambiental desenvolvidas pelo Ibama, contribuindo para a redução das taxas de desmatamento na Amazônia. Suas diretrizes estão alinhadas às principais políticas públicas nacionais e internacionais, assegurando coerência, integração e efetividade às ações propostas. Para alcançar seus objetivos, o projeto está estruturado em cinco componentes principais:

- (C1) gestão e governança;
- (C2) fiscalização remota do desmatamento;
- (C3) sistemas informatizados da fiscalização;
- (C4) meios operacionais; e
- (C5) meios aéreos.

Atualmente, dos R\$ 48.570.932,26 aportados em 2025 foram empenhados R\$ 38.531.996,95 para o ano de 2025. Os recursos foram distribuídos por uma série de projetos, dentre os quais é possível citar a contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas e componentes geoespaciais; aquisição de infraestruturas móveis destinadas ao suporte a operações ampliadas de combate, incluindo estruturas móveis de apoio logístico para armazenamento de veículos e equipamentos, bem como bases temporárias voltadas à execução de atividades de prevenção e combate aos incêndios no Brasil, além de infraestruturas móveis em veículos para apoio às ações de Fiscalização Ambiental Federal; aquisição de solução de comunicação digital tática, transportável e robusta, como terminais e repetidoras VHF (DMR/IP), destinada ao apoio às atividades finalísticas de proteção ambiental do Ibama.

Processo Sancionador

No âmbito do processo sancionador, considerando que a adesão às soluções legais possibilita ao autuado a regularização das pendências ambientais e o encerramento do processo administrativo, mediante conversão de multas, pagamento à vista ou parcelamento, o Ibama analisou 2.825 requerimentos, dos quais 2.166 resultaram em adesões formalizadas, alcançando o montante de R\$ 50,9 milhões.

Os valores arrecadados foram destinados a projetos ambientais (R\$ 20,8 milhões), pagamentos à vista (R\$ 20,5 milhões) e parcelamentos (R\$ 9,5 milhões), assegurando a adequada alocação dos recursos para ações de conservação ambiental e o fortalecimento das políticas públicas ambientais.

Emergência Ambiental

No exercício de 2025, o Centro Nacional de Emergências Ambientais (Ceneac) consolidou e ampliou sua atuação no âmbito da prevenção, preparação e resposta a acidentes ambientais, em alinhamento aos objetivos estratégicos institucionais e às diretrizes do planejamento estratégico do Ibama. As ações desenvolvidas abrangeram atividades de preventivas e corretivas, monitoramento ambiental, capacitação técnica, avaliação da capacidade de resposta de empreendimentos licenciados e modernização de instrumentos normativos e operacionais.

No âmbito da Operação Nacional de Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TRPP), foram realizadas ações de fiscalização em rodovias federais e estaduais com o objetivo de verificar o cumprimento das normas ambientais e de segurança relacionadas ao transporte dessas substâncias. Como resultado das atividades desenvolvidas, foram fiscalizados 611 veículos e lavradas 107 autuações em razão de irregularidades identificadas durante as abordagens realizadas ao longo da operação. A distribuição das autuações por unidade da federação onde ocorreram as fiscalizações é apresentada no gráfico a seguir. ([link](#))

Fiscalização do Transporte de Produtos Perigosos

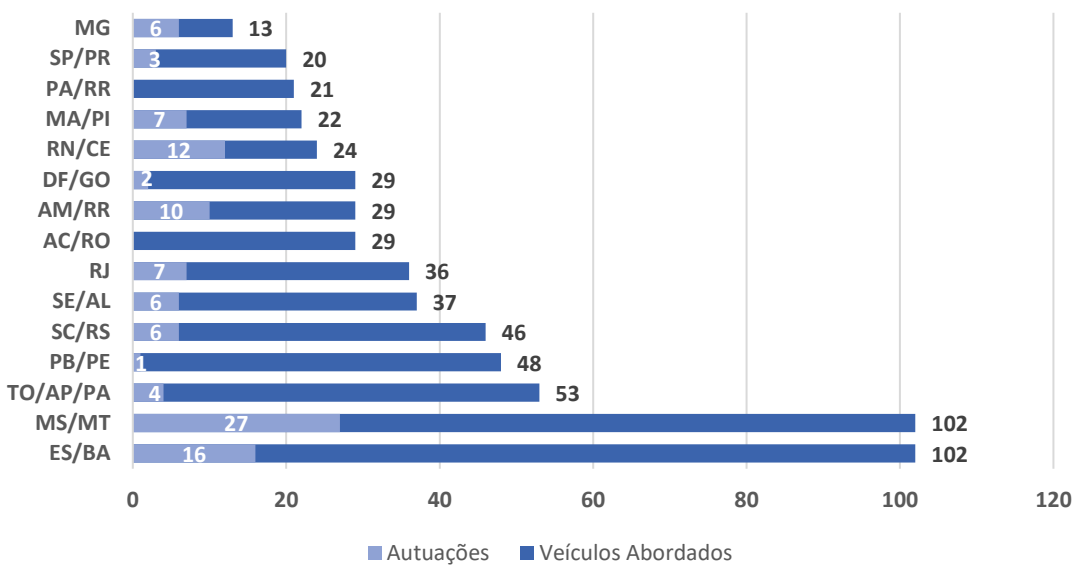


Gráfico 2: Quantidade de veículos abordados e autuações lavradas por UF de realização da Operação Nacional de TRPP no ano de 2025

No campo da resposta a emergências ambientais e da produção de informações para subsidiar a tomada de decisão, o Ibama também atuou no monitoramento de impactos decorrentes de eventos extremos.

No que se refere ao planejamento estratégico e à capacidade de resposta institucional, o indicador relacionado ao atendimento a acidentes ambientais apresentou incremento aproximado de 16% em relação a 2024, passando de 74% para cerca de 90% (gráfico 3). Esse avanço decorreu, sobretudo, da intensificação da interlocução entre o Ceneac (sede) e os núcleos estaduais de atendimento, bem como da incorporação de direcionamentos oriundos do Relatório de Gestão Interno das Emergências Ambientais, conduzido pela Coordenação de Prevenção e Gestão de Riscos (Cprev).

Atendimento a acidentes ambientais em empreendimentos licenciados pelo Ibama

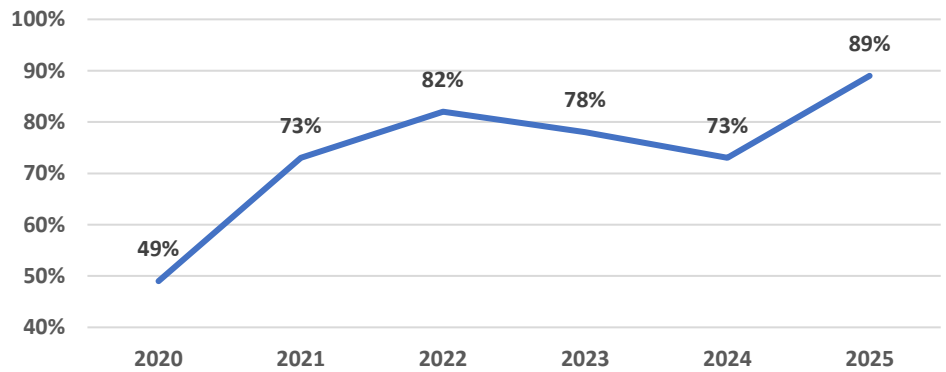


Gráfico 3: Atendimento a acidentes ambientais em empreendimentos licenciados pelo Ibama

Após as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024, o Instituto realizou três campanhas de monitoramento da qualidade da água e do solo, com mobilização de 47 servidores e coleta de 373 amostras ambientais. As análises foram conduzidas em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria.

Os dados produzidos foram disponibilizados na Plataforma de Monitoramento e Gestão Integrada Ambiental (Pamgia) e em painel analítico no Power BI, ampliando o suporte técnico à tomada de decisão e contribuindo para o acompanhamento dos impactos ambientais associados ao evento extremo.

A experiência acumulada nas ações de monitoramento e resposta a emergências ambientais também evidenciou a importância do fortalecimento das capacidades institucionais para atuação em situações de crise. Nesse contexto, o Projeto Praia sem Óleo ampliou significativamente as ações de capacitação voltadas à resposta a incidentes de poluição por óleo no ambiente marinho e costeiro. ([link](#))

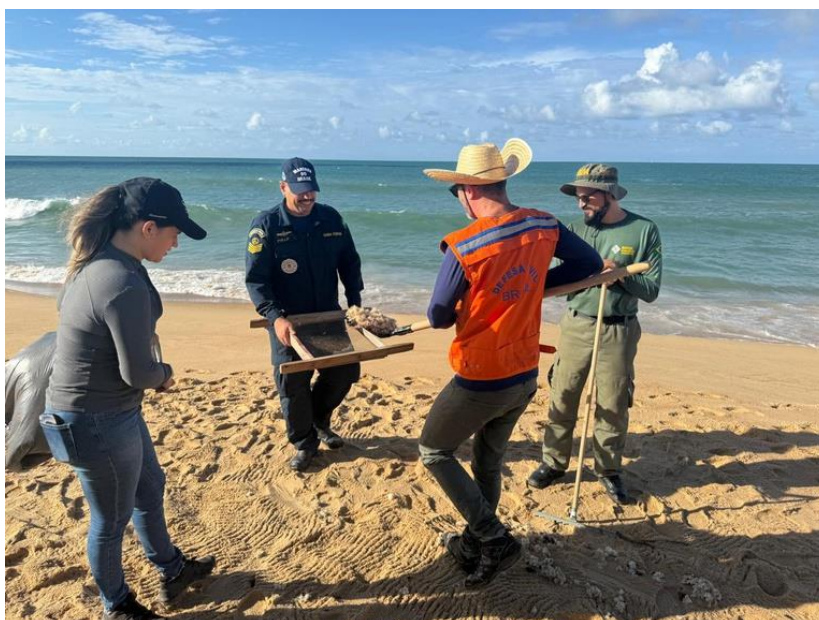


Foto 4: Ibama promove treinamento para multiplicadores de limpeza de praias - Foto: Sílvia Viana/Ceneac/Ibama

Em 2025, foram capacitados 258 servidores para atuação na limpeza de praias contaminadas por óleo, número cerca de cinco vezes superior ao registrado em 2024. As capacitações envolveram servidores de órgãos e instituições estaduais localizados em áreas vulneráveis ou estratégicas, contribuindo para o fortalecimento da implementação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas Jurisdicionais Brasileiras (PNC).

Além disso, até novembro foram capacitados 420 multiplicadores, número sujeito a atualização após a consolidação dos dados referentes ao mês de dezembro.



Foto 5: Equipe de emergências ambientais durante treinamento no ES. Foto: divulgação/Ibama

UF	Município	Funcionários de limpeza urbana/ sociedade civil	Gestores	Total de alunos aptos - 2024	Total de alunos aptos - 2025	Instituições
BA	Ilhéus	18	31	0	49	7
BA	Valença	32	23	55	0	7
CE	Fortaleza	0	24	24	24	1
ES	São Mateus	41	39	0	80	22
MA	São Luís	0	20	0	20	7
PE	Tamandaré	22	37	0	59	0
PI	Parnaíba	0	33	0	33	13
RN	Baía Formosa	14	24	0	38	7
RN	Touros	0	38	0	38	13
Total		127	269	79	341	77

Tabela 17: Pessoas capacitadas para limpeza de praia impactada por óleo

Combate aos incêndios florestais

Um conjunto de iniciativas realizadas ao longo de 2025 ampliaram substancialmente a capacidade de resposta do Ibama na prevenção e combate aos incêndios florestais, bem como de atuação coordenada junto ao governo no que tange o enfrentamento à crise dos incêndios florestais.

Em 2025, foi contratado o maior contingente de brigadistas federais da história do Programa de Brigadas Federais: 2.643 brigadistas, aumento de 14% em relação a 2024. Dentre

estes, foram contratados 1.153 profissionais em brigadas indígenas e 172 em brigadas quilombolas.

Brigadistas contratados pelo PrevFogo

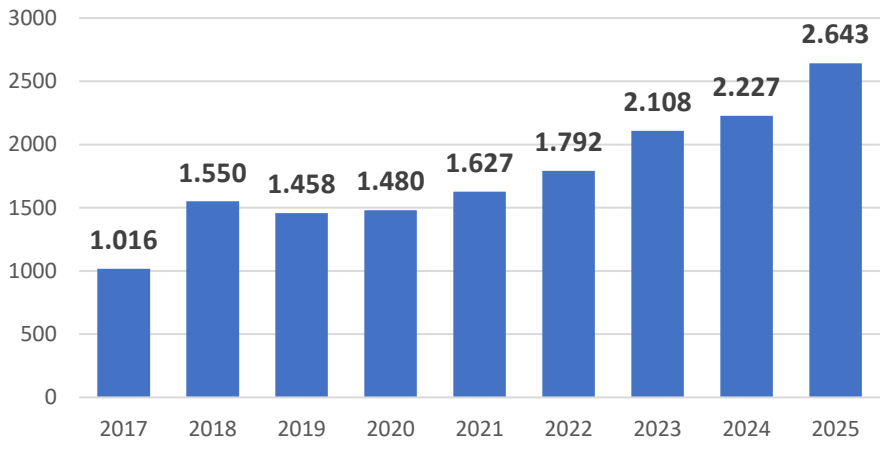
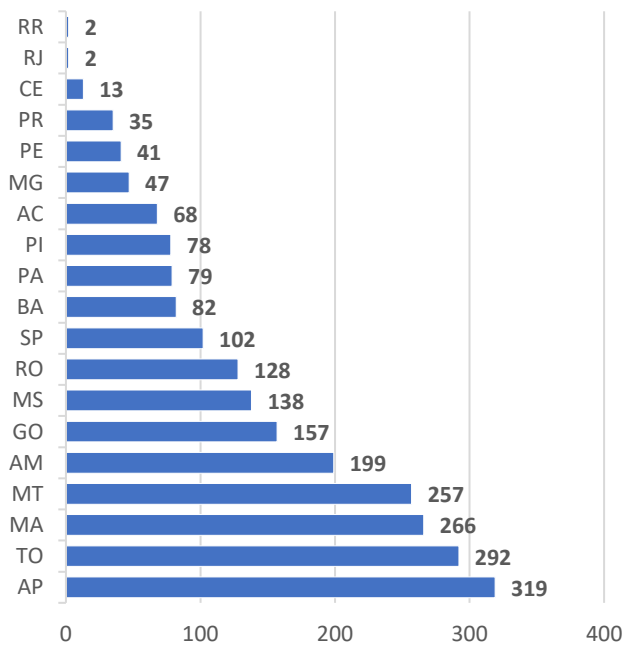


Gráfico 4: Brigadistas contratados pelo Prevfogo entre 2017 e 2025

A área de atuação do Programa de Brigadas Federais alcançou 337.145 km² nesse ano. O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), vinculado ao Ibama, registrou em 2025 um total de 3.808 frentes de combate e 2.305 Registros de Ocorrência de Incêndios (ROIs) na área de atuação do Programa de Brigadas Federais. Desses, 1.608 ROIs foram registrados na Amazônia Legal.

ROIs por UF



ROIs por tipo de território

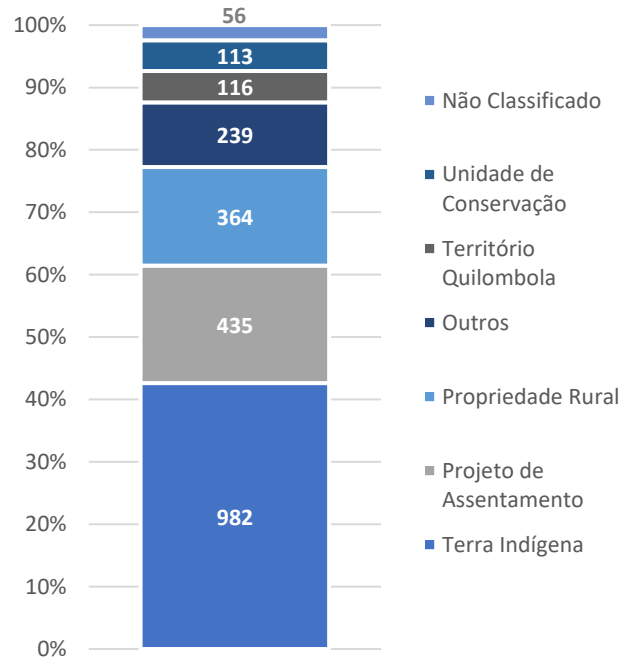


Gráfico 5 e 6: ROI por UFs e ROIs por tipo de território

Em 2025, foi intensificado o uso do Sisfogo (Sistema Nacional de Informações sobre o Fogo), oficialmente instituído com a edição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, como plataforma nacional para gerenciar as ações de manejo integrado do fogo (preparação, prevenção, combate).

Em agosto de 2025 foi firmado Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), complementarmente ao TED firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo de desenvolver produtos de sensoriamento remoto avançado para o Sisfogo.

Dentre as prováveis causas de incêndio registradas nas áreas de atuação do Prevfogo por meio dos ROIs, destaque para causa criminosa (27% das ocorrências) e agropecuária (24% dos registros), conforme gráfico a seguir:

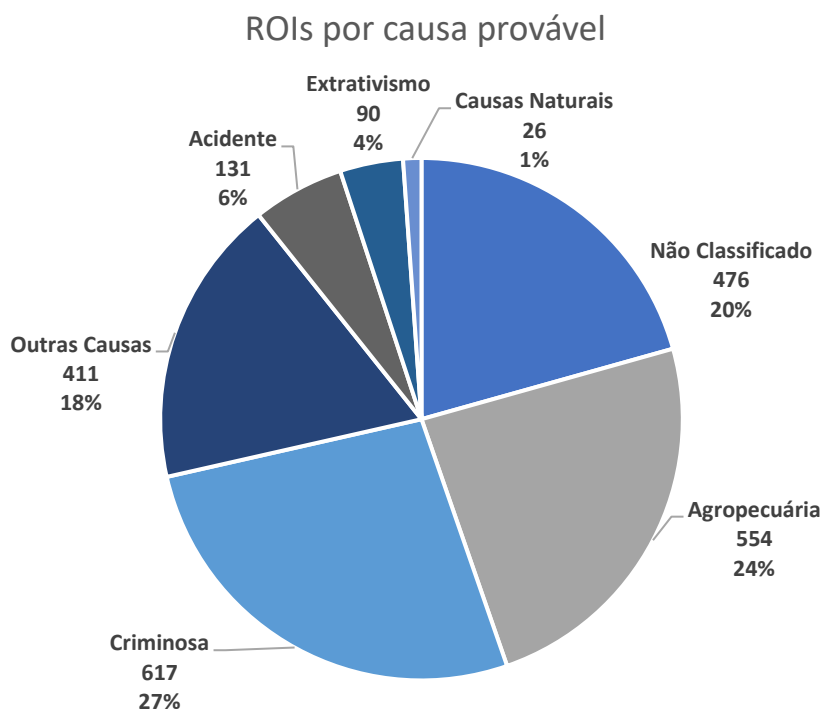


Gráfico 7: ROIS por causa provável

Monitoramento e Informações Ambientais

Em 2025, o monitoramento e a produção de informações ambientais seguiram desempenhando papel estratégico no apoio às ações de fiscalização, prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal. Nesse contexto, destacaram-se o uso de imagens de satélite, análises geoespaciais, modelagens preditivas e sistemas de monitoramento remoto voltados à qualificação da atuação institucional.

No âmbito da Operação Controle Remoto, foram elaborados 1.448 mapas, a partir dos quais se identificaram áreas com desmatamento sem autorização, subsidiando o embargo remoto em

áreas prioritárias para ações de combate ao desmatamento e à degradação florestal na Amazônia, na Caatinga e em áreas afetadas por incêndios florestais.

A figura a seguir apresenta a análise espacial dos alvos identificados no âmbito da Operação Controle Remoto nos biomas Amazônia e Caatinga, evidenciando a concentração de potenciais ilícitos ambientais, especialmente em regiões sob maior pressão antrópica.

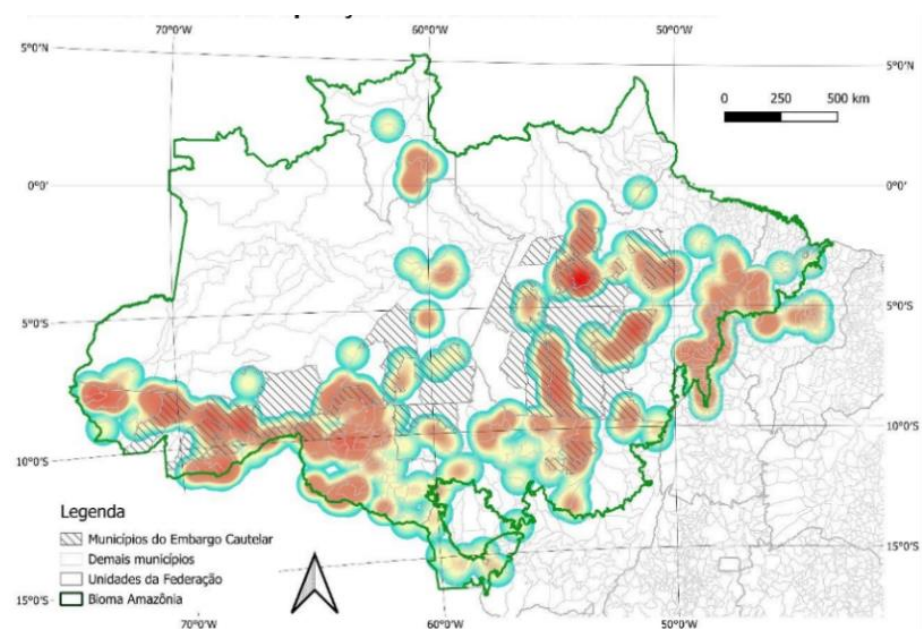


Figura 11: Análise espacial dos alvos da Operação Controle Remoto no bioma Amazônico

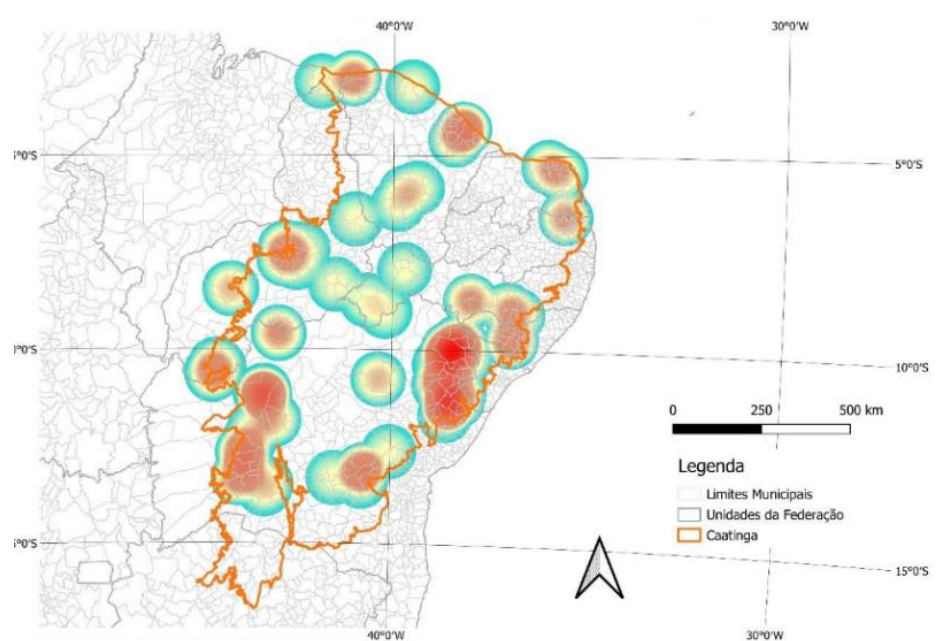


Figura 12: Análise espacial dos alvos da Operação Controle Remoto no bioma da Caatinga

Na Amazônia Legal, o Boletim Mensal de Alertas de Desmatamento sistematizou os alertas DETER-B do INPE relativos à supressão de vegetação nativa e à mineração, com base em análises

geoespaciais, cruzamento com bases oficiais — como unidades de conservação, Terras Indígenas, CAR, assentamentos e CNFP — e priorização via sistema Crotalus. Como resultado, foram produzidos 12 boletins mensais, contendo mapas, gráficos e tabelas destinados a apoiar o monitoramento das tendências de desmatamento e a atuação do poder público, com publicação em formatos PDF e HTML.

Também foram elaborados 49 mapas preditivos de risco de desmatamento na Amazônia Legal, com horizonte de 15 dias, a partir do uso de ferramentas de Inteligência Artificial. O algoritmo empregado foi atualizado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a PUC-RJ e do projeto financiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA), com melhoria de desempenho e redução da taxa de erro.

No MonitoRAD, foram monitorados remotamente 1.178.208 hectares de áreas embargadas, por meio da análise de séries temporais de índices de vegetação. Considerando a disponibilidade de dados, foram avaliados 3.979 embargos, tendo-se verificado que 82,8% não apresentaram indícios de recuperação, enquanto 5,9% apresentaram indícios de recuperação. Nos demais casos, o resultado foi inconclusivo.

Os resultados consolidados desse monitoramento podem ser apresentados no gráfico a seguir.

Resultados do Monitoramento de Embargo - Projeto MonitoRAD

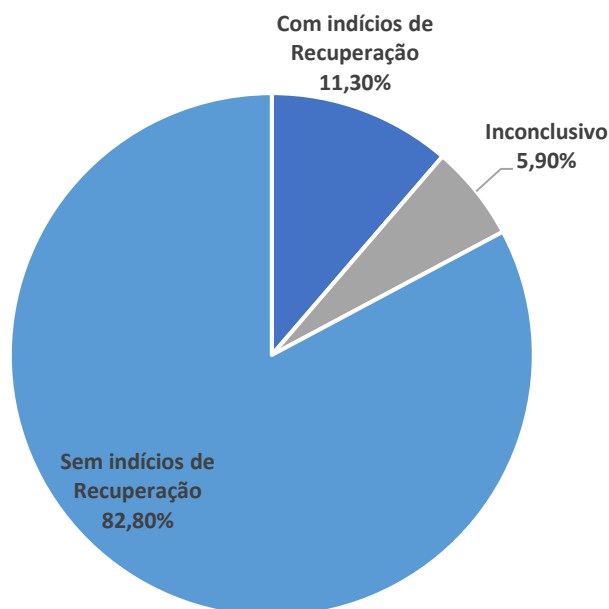


Gráfico 8: Resultados do monitoramento de embargo (Projeto MonitoRAD)

Entre os resultados das análises espaciais realizadas a partir de dados do PRODES, de autorizações e de embargos, destaca-se que, na Amazônia, dos 6.269 km² desmatados em 2024, 424 km² (6,7%) foram autorizados e 857 km² (13,7%) foram embargados. Em 2025, o

desmatamento total chegou a 5.120 km², com 500 km² autorizados e 763 km² embargados, o que representa redução de 18,3% no desmatamento total, aumento de 17,9% nas áreas autorizadas e redução de 11% nas áreas embargadas.

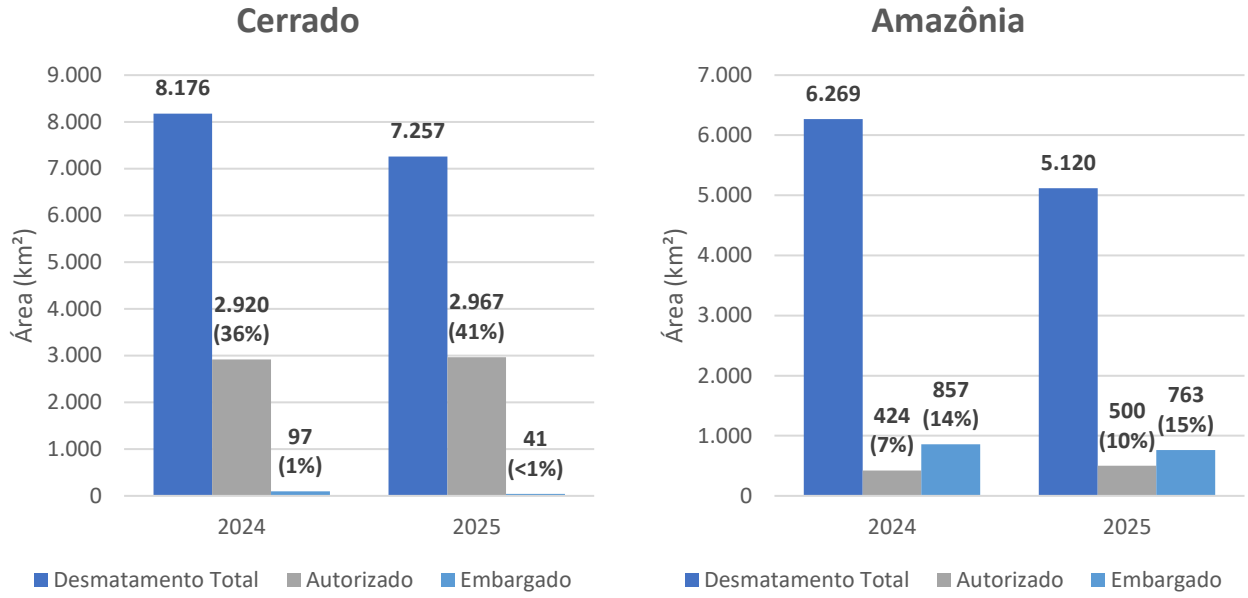


Gráfico 9: Comparativo Amazônia e Cerrado

As atividades realizadas para o monitoramento ambiental da BR-319 durante o ano de 2025 tiveram como objetivo a análise integrada do desmatamento, da degradação florestal e da expansão da malha viária no interflúvio Purus–Madeira, utilizando dados dos sistemas DETER e PRODES, mapeamento de ramais e modelagem espacial por meio de análises de distância euclidiana em relação às classes fundiárias, áreas protegidas e à infraestrutura viária da área de estudo.

As ações incluíram a consolidação e padronização de bases geoespaciais, análises temporais e a elaboração de insumos técnicos destinados ao subsídio de decisões institucionais, ao planejamento de fiscalizações no âmbito da Controle Remoto e ao acompanhamento contínuo das dinâmicas territoriais associadas à influência da BR-319. Durante as atividades realizadas entre 2022 e 2024, verificou-se que, no interflúvio, o número de estradas secundárias mapeadas aumentou de 4.784, totalizando 9.436,3 km de extensão acumulada, para 7.691 estradas secundárias, atingindo 12.419,7 km de extensão acumulada. Em sentido oposto, observou-se uma redução de 72% na área desmatada detectada pelo sistema DETER/INPE no mesmo período.

Ibama na biodiversidade e florestas

Ao longo de 2025, a DBFlo concentrou esforços no fortalecimento da governança institucional, na qualificação de instrumentos normativos e operacionais, na ampliação da transparência e no uso estratégico de sistemas de in-formação, com vistas a assegurar maior coerência entre normas, sistemas e prática administrativa. As ações de-senvolvidas buscaram

responder tanto a metas previamente pactuadas quanto a desafios emergentes do cenário ambiental, regulatório e institucional.

Em alinhamento à Meta Global do Ibama, o apoio às vistorias em PMFS e POA em Concessões Florestais Federais assegura que o uso das florestas públicas ocorra em conformidade com a legislação ambiental e com critérios técnicos de sustentabilidade, sendo que todos os 21 PMFS sob responsabilidade do Ibama foram vistoriados. As vistorias contribuem para a prevenção de irregularidades, a redução de impactos ambientais e o fortalecimento da credibilidade do modelo de concessões florestais, ao conciliar conservação ambiental, geração de renda e desenvolvimento regional, reafirmando o papel do Ibama no combate ao desmatamento ilegal.

Bioeconomia na Prática: Segurança nas Florestas Públicas

Apoio às vistorias em Concessões Florestais Federais (PMFS/POA)



Figura 13: PMFS/POA vistoriados em 2025

Nesse contexto, durante o ano de 2025 foram auditadas 24 autorizações PFMS-POA. A auditoria de dados de PMFS e POA no Sinaflor assegurou maior confiabilidade, consistência e transparência das informações utilizadas nos processos de autorização e fiscalização, além de permitir o bloqueio de créditos indevidos e a prevenção da continuidade de atividades ilegais.

Foi também elaborado relatório anual sobre a situação da exploração e comercialização de produtos florestais em cada UF, consolidado no Relatório Semestral de Atividades do Sinaflor-Lab – 1º semestre de 2025. ([link](#))

A elaboração dos relatórios qualificou o diagnóstico nacional e regional da cadeia produtiva florestal, subsidiando o planejamento das ações de gestão e monitoramento da cadeia produtiva, a formulação de políticas públicas e o fortalecimento da transparência dos dados dos sistemas de controle.

Auditoria PMFS-POA (Ocorrências Mais Encontradas na Amazônia Legal)

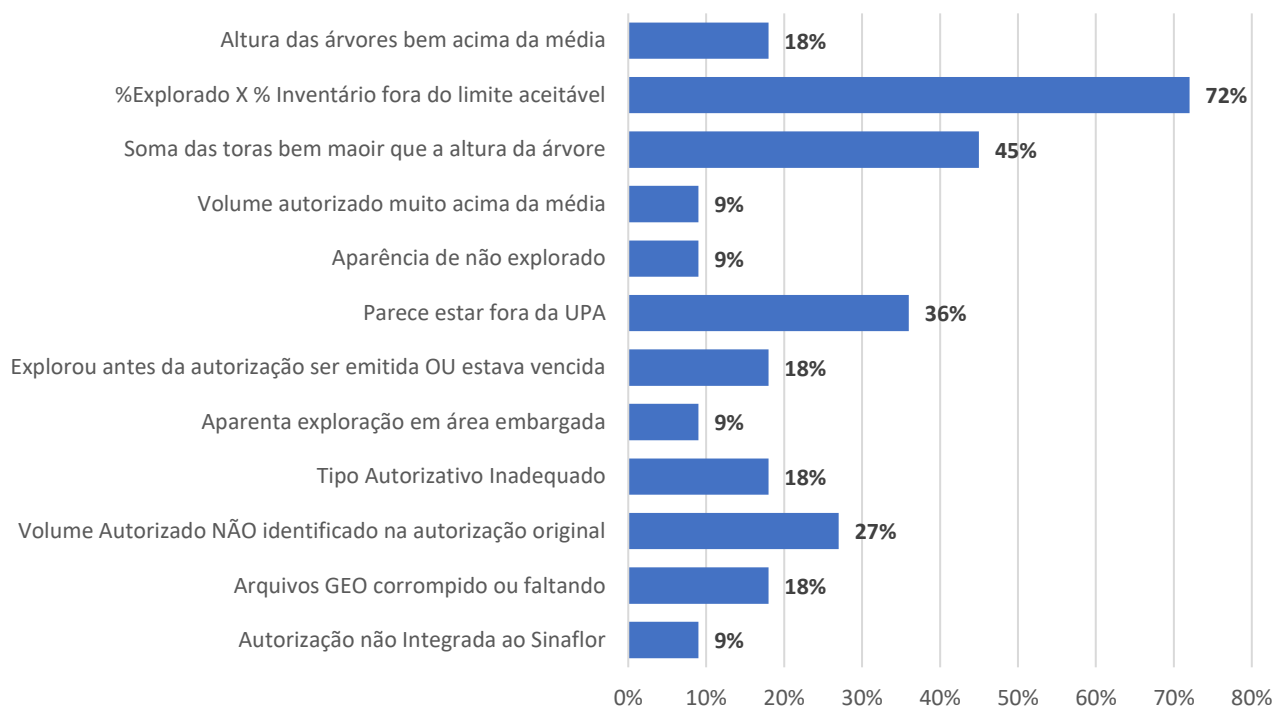


Gráfico 10: Relatório Semestral de Atividades do Sinaflor-Lab – 1º semestre de 2025

A capacitação realizada no âmbito do Projeto Redeser, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, fortaleceu a implementação da Resolução Conama nº 507/2024 ao qualificar aproximadamente 50 técnicos dos órgãos ambientais estaduais licenciadores e de órgãos federais para a análise, o licenciamento, o monitoramento e a execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável na Caatinga. A atividade está alinhada com o Programa “1189 Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade”, vinculada ao Planejamento Estratégico do Ibama, bem como aos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Caatinga.

A capacitação ocorreu no estado do Ceará, com parceria do Instituto Federal do Crato, contando com a participação de representantes de estados com ampla ocorrência do bioma, como Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, entre outros. O valor público gerado está no alinhamento técnico entre União e estados, na padronização de entendimentos e na redução de inseguranças técnicas e jurídicas nos processos de manejo florestal. ([link](#))

A troca de experiências interinstitucionais, o uso qualificado do Sinaflor e as atividades práticas, incluindo visita de campo, ampliaram a capacidade institucional de monitorar resultados e avaliar impactos, contribuindo para a conservação da Caatinga, o uso sustentável dos recursos florestais e o fortalecimento de atividades produtivas legais, com benefícios ambientais, sociais e econômicos para o semiárido.

No campo da gestão da fauna silvestre, o Ibama manteve a gestão nacional da criação amadorista de passeriformes por meio do Sistema SISPASS, assegurando a padronização de procedimentos, o controle das atividades e a rastreabilidade das informações associadas à criação em cativeiro.

A COFAP manteve a gestão nacional da criação amadorista de passeriformes por meio do Sistema SISPASS, assegurando a padronização de procedimentos, o controle das atividades e a rastreabilidade das informações. A atuação contribuiu para a redução de ilícitos ambientais e para o fortalecimento da governança da fauna em cativeiro.

Em 2025, avançou-se também no desenvolvimento da Plataforma Nacional de Gestão de Fauna – Bem-te-vi, com a realização de testes para seu lançamento. A iniciativa, regulamentada principalmente pela Resolução Conama nº 487/2018, tem como objetivo integrar sistemas de gestão de fauna silvestre em cativeiro em nível nacional, conectando órgãos estaduais e federais para controle, manejo e acesso público às informações.

No âmbito da conservação da fauna, o Instituto manteve a atuação no Programa Quelônios da Amazônia, com ações de manejo, monitoramento e educação ambiental que contribuíram para a conservação e a recuperação populacional de espécies e para o fortalecimento de práticas sustentáveis em territórios amazônicos.

Status nacional de conservação das espécies (ICMBio)

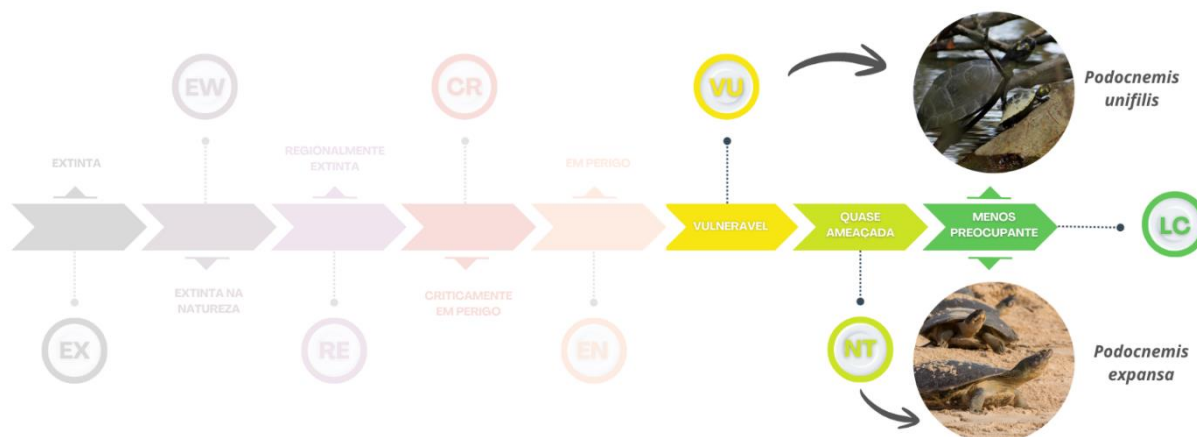


Figura 14: Status de conservação IUCN Red List para *Podocnemis unifilis* e *Podocnemis expansa*

Outra iniciativa relevante foi a instituição e o lançamento do Programa Caminhos da Biodiversidade, voltado à valorização da sociobioeconomia e do turismo de natureza de base comunitária. A iniciativa busca fomentar práticas de observação de animais silvestres em seu ambiente natural, promovendo alternativas econômicas sustentáveis associadas à conservação da fauna e ao reconhecimento dos conhecimentos tradicionais das populações locais.

No campo do atendimento e da reabilitação da fauna silvestre, avançou-se na consolidação da Rede de Centros de Triagem de Animais Silvestres (Rede CETAS) como política pública nacional. Em 2025, mais de 63 mil animais silvestres foram recebidos pelas unidades da rede, dos quais mais de 39 mil tiveram destinação adequada, incluindo soltura, encaminhamento a cativeiro autorizado ou uso em pesquisa científica, enquanto cerca de 23 mil permaneceram em atendimento, refletindo a complexidade e a duração dos ciclos de reabilitação.

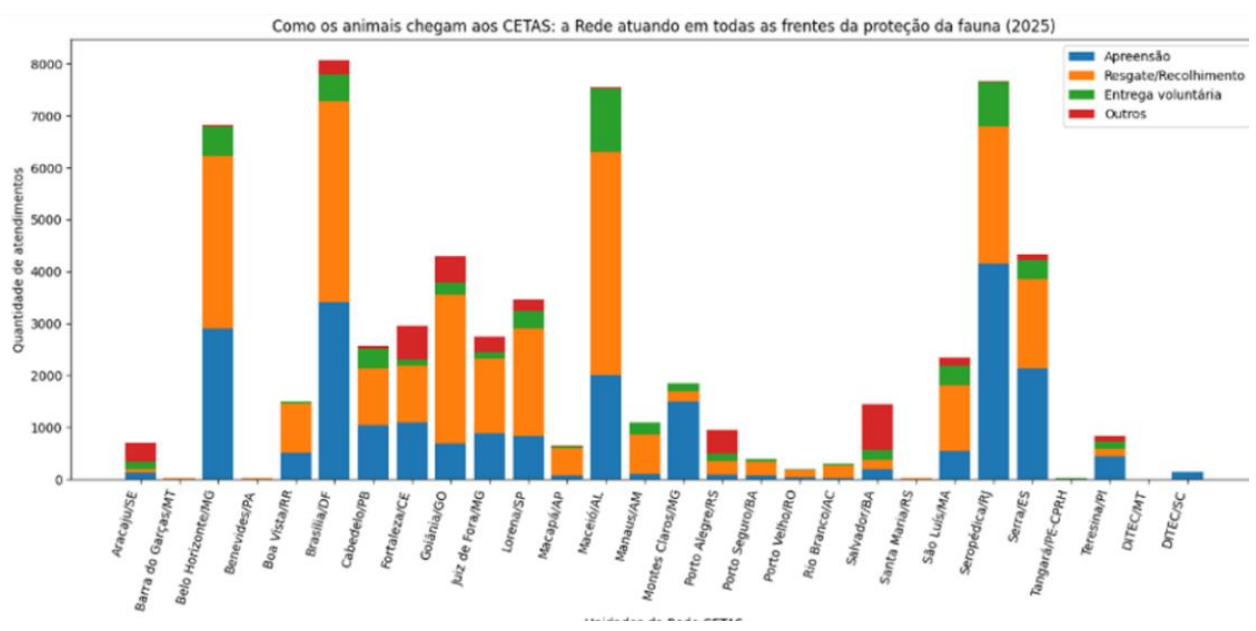


Gráfico 11: Atendimento e destinação de animais pela Rede CETAS

A gestão integrada do ciclo de atendimento — que envolve recebimento, triagem, reabilitação e destinação — permitiu ao Ibama responder de forma técnica e responsável a apreensões, resgates, entregas voluntárias e emergências ambientais, evitando destinações inadequadas e reduzindo riscos sanitários, ambientais e legais. A atuação da Rede CETAS contribuiu diretamente para o enfrentamento ao tráfico de animais, a mitigação dos impactos de crimes ambientais e a resposta a eventos críticos, como incêndios e eventos climáticos extremos, além de gerar dados estratégicos que subsidiam políticas públicas, ações de fiscalização, planejamento e medidas preventivas. Mesmo nos casos em que a soltura não foi possível, houve geração de valor público indireto por meio do apoio à pesquisa científica e do aprimoramento das estratégias de conservação da fauna.

A gestão da Rede CETAS enfrenta desafios estruturais que impactam sua capacidade operacional e a efetividade das ações de proteção da fauna silvestre. Entre os principais desafios destacam-se as limitações orçamentárias e de infraestrutura, a superlotação das unidades em função do elevado volume de animais recebidos, o déficit de profissionais especializados, o aumento contínuo da demanda associado ao tráfico de animais e à intensificação de eventos ambientais extremos, bem como a necessidade permanente de modernização tecnológica.

Apesar desse contexto, a DICETAS manteve a continuidade das ações por meio da priorização estratégica de recursos, do fortalecimento da articulação institucional e do aprimoramento progressivo da governança da Rede CETAS, assegurando a manutenção dos serviços essenciais de atendimento, reabilitação e destinação da fauna silvestre.

Ainda nesse contexto, foram realizados investimentos em infraestrutura por meio do Programa Reabilita CETAS e implantado o SamuVet, equipamento de atendimento emergencial à fauna afetada por eventos climáticos extremos, ampliando a capacidade de resposta rápida do Estado em situações de desastre ambiental.

Paralelamente, o Ibama consolidou a Plataforma Recooperar como instrumento de registro e acompanhamento das áreas passíveis de recuperação ambiental sob responsabilidade do Instituto. Em 2025, foram cadastrados e qualificados 120.460 hectares de áreas em acompanhamento, conforme dados do painel público da plataforma.

No campo regulatório, a agenda de Conversão de Multas Ambientais foi impactada pela publicação do Acórdão nº 1.348/2025 do Tribunal de Contas da União, que determinou alterações no arranjo da conversão indireta de multas. Em resposta, o Ibama publicou a Portaria nº 109/2025, suspendendo temporariamente a celebração de novos termos de compromisso enquanto promove a revisão dos procedimentos e da instrução normativa vigente.

No contexto internacional, o Instituto desempenhou papel relevante na articulação técnica das posições brasileiras na 20ª Conferência das Partes da CITES (CoP20), contribuindo para a consolidação das propostas apresentadas pelo país no âmbito da Convenção.

Além disso, As mudanças institucionais ocorridas em 2025, especialmente a implementação do Novo Processo de Importação (NPI), alteraram de forma substancial os procedimentos de anuência no comércio exterior da biodiversidade, impondo a necessidade de revisão e adequação gradual do arcabouço normativo e dos POPs, de modo a assegurar coerência entre norma, sistemas e prática administrativa.

Os dados referentes às licenças CITES e não CITES emitidas pelo SISCITES encontram-se a seguir.

Licenças CITES emitida pelo SISCITES					
Ano	Reexportação	Exportação	Importação	Certificado Pré Convenção	Total
2025	74	584	1.487	2.584	4.729
2024	76	451	1.745	130	2.402

Licenças NÃO CITES emitidas pelo SISCITES				
Ano	Reexportação	Exportação	Importação	Total
2025	7	127	446	580
2024	3	110	405	518

Tabela 18: Controle Administrativo de importações / exportações

A análise do volume exportado de madeiras das espécies mencionadas na Instrução Normativa Ibama nº 28/2024 indica que a maior parte do volume exportado foi proveniente do gênero *Handroanthus*, observando-se também aumento do volume exportado dos gêneros *Cedrela* e *Dipteryx*.

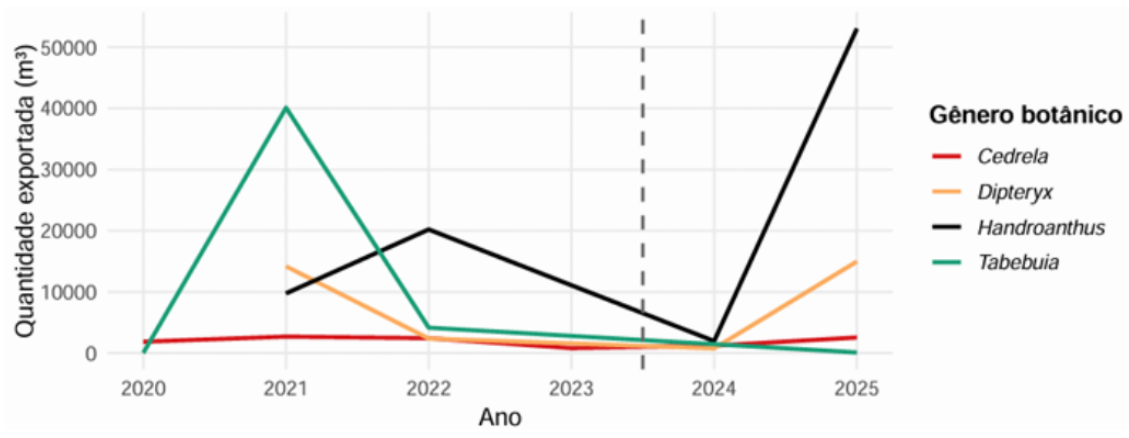


Gráfico 12: Volume exportado por gênero

Ibama na educação ambiental

Segundo estimativas do Centro Nacional de Educação Ambiental, durante o ano de 2025 foram realizadas 170 ações de Educação Ambiental em cerca de 50 municípios, alcançando 17 mil pessoas. A distribuição das ações por região evidencia a forte presença da Educação Ambiental na Amazônia e, ao mesmo tempo, sua ocorrência em quase todos os biomas brasileiros.

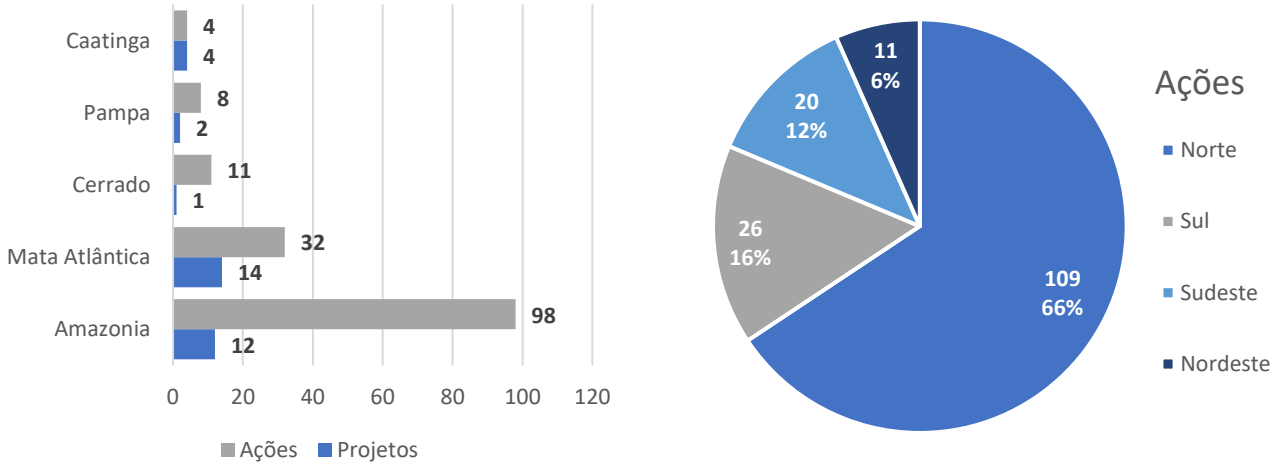


Gráfico 13 e 14: Ações de educação ambiental por região e por bioma

A realização do IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA) configurou-se como a principal ação estruturante do Cenea em 2025 e um marco no processo de fortalecimento institucional da Educação Ambiental no Instituto. Realizado pela primeira vez fora do Distrito Federal, em Manaus/AM, o Encontro reuniu educadores ambientais de todas as regiões do país em uma programação híbrida e integrada ao VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza.

Mais do que um evento, o IX ENEA constituiu-se como um espaço de articulação nacional, integração das Equipes de Educação Ambiental, diálogo entre diretorias finalísticas,

fortalecimento do Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea) e produção coletiva de diagnósticos e encaminhamentos estratégicos para a política de EA no Ibama.

Outra iniciativa de destaque foi a campanha “Leve a Cultura, Deixe a Natureza”. realizada em parceria com a Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) ao integrar as ações da Operação Hermes (Nucomex/CGFis)., representou uma das mais relevantes ações territoriais de Educação Ambiental do Ibama em 2025. Realizada em Belém (PA) durante o período preparatório da COP30, configurou-se como a maior ação intersectorial coordenada pelo Cenea em 2025, articulando Educação Ambiental, Fiscalização e Comunicação Institucional em uma estratégia conjunta de prevenção ao tráfico e comercialização ilegal de fauna e flora silvestres.

A ação evidenciou, na prática, a integração entre Educação Ambiental e fiscalização, demonstrando o potencial da atuação conjunta entre áreas do Ibama na promoção da proteção ambiental e no diálogo direto com a sociedade.



Figura 15: Cartaz da campanha “Leve a Cultura, Deixe a Natureza”

Durante a campanha, a equipe atuou em aeroportos, portos, mercados, espaços turísticos e na Green Zone da COP30, promovendo diálogo direto com a sociedade e ampla produção de materiais educativos e registros audiovisuais, posteriormente utilizados pela Ascom/Ibama na comunicação institucional.

A experiência evidenciou um modelo inovador de atuação, com potencial de consolidação como estratégia permanente de educação e fiscalização preventiva em aeroportos e áreas turísticas do país. A campanha demonstrou que a Educação Ambiental pode atuar como ferramenta estratégica de prevenção de ilícitos ambientais quando integrada às ações de fiscalização.

Tendo sido instituído ainda em 2024, através do Decreto nº 12.130, de 2024, o Centro Nacional de Educação Ambiental do Ibama avançou na consolidação de sua atuação durante o

ano de 2025, ao mesmo tempo em que enfrentou desafios estruturais e institucionais compatíveis com a complexidade e a abrangência de suas atribuições. Entre os principais desafios, destacam-se a estrutura organizacional, espaço físico de trabalho, a capacidade operacional e força de trabalho, limitações orçamentárias e a necessidade de consolidação e aprimoramento normativo.

Para 2026, os esforços institucionais concentram-se na superação desses desafios, com vistas ao fortalecimento da estrutura organizacional, à consolidação normativa da política de Educação Ambiental e à ampliação da capacidade operacional, de modo a assegurar maior efetividade, integração e alcance nacional das ações desenvolvidas pelo Ibama na área.

Ibama na qualidade ambiental

No âmbito da política de qualidade ambiental, o Ibama desenvolveu, em 2025, um conjunto articulado de ações voltadas ao controle de substâncias perigosas, à gestão de contaminantes, ao fortalecimento de instrumentos regulatórios e ao acompanhamento de grandes compromissos ambientais, reafirmando seu papel estratégico na proteção ambiental e na promoção da segurança jurídica.

Entre as iniciativas de maior relevância, destaca-se a reanálise de ingredientes ativos classificados como altamente perigosos. Do grupo químico dos carbamatos, o metomil e o tiodicarbe são considerados substâncias altamente perigosas, transportáveis e persistentes no meio ambiente, além de reconhecidamente nocivas a organismos como abelhas e pequenos crustáceos aquáticos.

A seleção dessas substâncias para reavaliação seguiu critérios técnicos que consideram o perigo inerente dos ingredientes ativos, o potencial de exposição ambiental e alertas internacionais sobre riscos associados ao uso. O tiodicarbe, que se degrada em metomil, encontra-se proibido em diversos países, incluindo membros da União Europeia, e sob alerta em outros, como Austrália, Canadá e Estados Unidos. O metomil, por sua vez, já foi banido em 50 países, ao passo que sua comercialização no Brasil apresentou crescimento nos últimos quatro anos avaliados, alcançando a 11ª posição no ranking em 2024. ([link](#))

Já o Fipronil teve seu processo de reanálise iniciado em setembro de 2022 e segue em andamento. Diante de indícios de risco ambiental às abelhas, o Ibama decidiu suspender temporariamente algumas autorizações de uso de agrotóxicos que contêm o ingrediente ativo fipronil. A medida é preventiva e vale até a conclusão da reanálise ambiental desse produto.

A suspensão atinge determinadas formas de aplicação e usos específicos, principalmente em tratamentos de sementes, aplicações no solo e imersão de mudas, quando realizadas em culturas como milho, soja, batata, feijão, trigo, sorgo, eucalipto e outras, especialmente em doses mais elevadas.

Em 2025, foram apresentados os primeiros resultados do Projeto de Monitoramento Ambiental da contaminação por mercúrio na Terra Indígena Yanomami (TIY). Os resultados preliminares das análises de amostras de água para consumo humano, água de rio, sedimentos e peixes indicaram a presença de mercúrio e cianeto em alguns pontos de coleta, enquanto, na

maioria dos locais, as concentrações observadas permaneceram abaixo dos padrões estabelecidos. Em respeito aos protocolos de consulta às comunidades indígenas, os detalhes dos resultados serão apresentados prioritariamente às populações envolvidas.

A gestão do mercúrio metálico foi fortalecida com a implementação da Instrução Normativa Ibama nº 26, de 2024, ao longo de 2025. Paralelamente, avançou a construção de novo sistema de rastreabilidade da cadeia do mercúrio e foi acompanhado o processo de descomissionamento das plantas de cloro-álcalis, o que permitiu a redução da importação de mercúrio a zero no ano de 2025.

Ainda nesse contexto, foram adquiridos kits de acondicionamento para apreensão de mercúrio metálico nas ações de combate ao garimpo ilegal e de controle da cadeia de contaminantes, no âmbito do Projeto FortFisc, financiado pelo Fundo Amazônia.

A autorização ambiental constitui instrumento central da política de qualidade ambiental, pois viabiliza a avaliação prévia de riscos e impactos de atividades ou produtos potencialmente poluidores, permitindo a definição de condicionantes, limites e medidas de controle antes de sua implementação. Ao operacionalizar os princípios da prevenção e da precaução, esse instrumento confere segurança jurídica, orienta a atuação dos agentes regulados e possibilita o acompanhamento e a fiscalização pelo poder público.

No período de 2022 a 2025, o Ibama manteve atuação expressiva na análise e concessão de autorizações ambientais, abrangendo registros, licenças, licenças de importação, anuências e outros atos administrativos vinculados à regulação ambiental. Os dados a seguir demonstram o volume de autorizações concedidas no período, evidenciando a centralidade desse instrumento na proteção da qualidade ambiental.

Autorizações ambientais concedidas pelo Ibama (2022–2025)

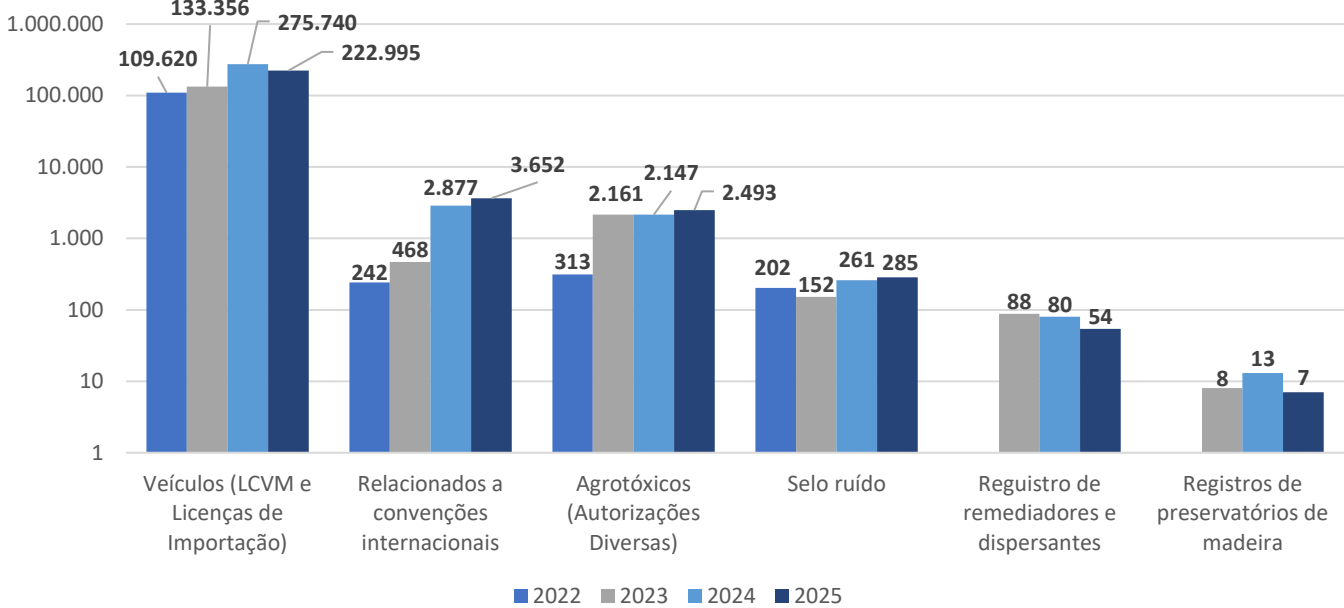


Gráfico 15: Autorizações ambientais concedidas pelo Ibama (2022–2025)

Os números refletem a continuidade das atividades regulatórias exercidas pelo Instituto, reforçando o papel preventivo e estruturante das autorizações no sistema de controle ambiental.

Em 2025, o Ibama estruturou a governança institucional para acompanhamento do Novo Acordo do Rio Doce, com a participação das diretorias competentes e das Superintendências em Minas Gerais e no Espírito Santo. No período, foram realizadas vistorias e reuniões técnicas com a Samarco Mineração S/A para o início do monitoramento das obrigações de fazer previstas no acordo.

A empresa apresentou o Plano de Recuperação Ambiental (PRA), em atendimento ao Anexo 16 do Acordo. O documento, contudo, demandou ajustes técnicos e, por esse motivo, não foi aprovado no exercício, permanecendo em fase de adequação.

O acompanhamento dos programas relacionados à gestão de áreas contaminadas e ao monitoramento da Bacia do Rio Doce enfrentou limitações decorrentes da impossibilidade de acesso aos recursos do Fundo Rio Doce destinados ao custeio das ações em 2025, o que comprometeu o cronograma das atividades. Para 2026, o principal desafio consiste em viabilizar o acesso a esses recursos e assegurar estrutura adequada para o acompanhamento e a fiscalização tempestiva das obrigações previstas.

No âmbito da regulamentação da Nova Lei de Agrotóxicos, o Ibama apresentou contribuições técnicas à proposta de decreto regulamentador. O andamento dos debates, contudo, tem sido impactado por divergências institucionais, gerando insegurança jurídica e aumento da judicialização. O desafio para 2026 será assegurar que a regulamentação infralegal respeite as competências dos órgãos responsáveis pelas áreas ambiental e de saúde, garantindo a efetividade do controle ambiental.

No campo do controle da poluição atmosférica, o Instituto passou a discutir os próximos rumos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), diante da progressiva redução das emissões veiculares. Em 2026, as discussões deverão ser ampliadas, considerando o papel do Ibama na eficiência energética e na descarbonização da economia.

Com apoio do Fundo Amazônia, foi iniciado o Projeto da Certidão Ambiental, que reunirá, em documento único, informações dos principais sistemas de controle ambiental. A iniciativa visa ampliar a transparência, facilitar a verificação da regularidade ambiental por pessoas físicas e jurídicas e incentivar a conformidade ambiental.

O conjunto das ações desenvolvidas ao longo de 2025 evidencia a atuação integrada do Ibama na promoção da qualidade ambiental, combinando controle de substâncias perigosas, monitoramento de contaminantes, instrumentos regulatórios preventivos e acompanhamento de grandes acordos ambientais. Para 2026, os principais desafios concentram-se no fortalecimento da capacidade institucional, na consolidação normativa, na ampliação da segurança jurídica e na garantia de estrutura adequada para assegurar maior efetividade às políticas públicas ambientais sob responsabilidade do Instituto.

Ibama no licenciamento ambiental

O Licenciamento Ambiental Federal (LAF) desempenha papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, na proteção ambiental e na garantia de segurança jurídica aos

empreendimentos no país. Por meio desse instrumento, o Ibama avalia os impactos ambientais de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, estabelece condicionantes e acompanha a implementação de medidas de mitigação e compensação ambiental.

Ao longo de 2025, as ações no âmbito do LAF envolveram o aprimoramento de sistemas e instrumentos de gestão, a atualização do arcabouço normativo, a condução de processos de licenciamento de empreendimentos estratégicos, a ampliação da participação pública e o acompanhamento de medidas de compensação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

Nesse contexto, destaca-se o desenvolvimento do novo Sistema de Licenciamento Ambiental Federal, iniciativa voltada à modernização dos instrumentos tecnológicos utilizados no processo de licenciamento. O projeto tem como premissa a criação de uma plataforma única que permita aos usuários realizar todo o processo de licenciamento ambiental federal em ambiente integrado, superando o modelo anterior baseado em múltiplos sistemas.

O novo sistema contempla módulos voltados à gestão do fluxo processual do licenciamento, componente geoespacial dos projetos em análise, bancos de dados ambientais gerados nos estudos ambientais, módulo de compensação ambiental e ferramentas de monitoramento e execução de medidas ambientais. Ao longo de 2025, foram realizadas 12 sprints de desenvolvimento, com a criação dos módulos internos de recepção e gerenciamento de tarefas, documentos e equipes, além do diagnóstico e desenvolvimento da nova Ficha de Caracterização Ambiental (FCA).

Atualmente, o projeto encontra-se na Sprint nº 17, dedicada ao desenvolvimento dos requisitos de assinatura de documentos, conclusão de tarefas e integração com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A previsão é que o projeto seja concluído em dezembro de 2026, quando deverão ser descontinuados os sistemas SIGA, SISGLAF e SISLIC.

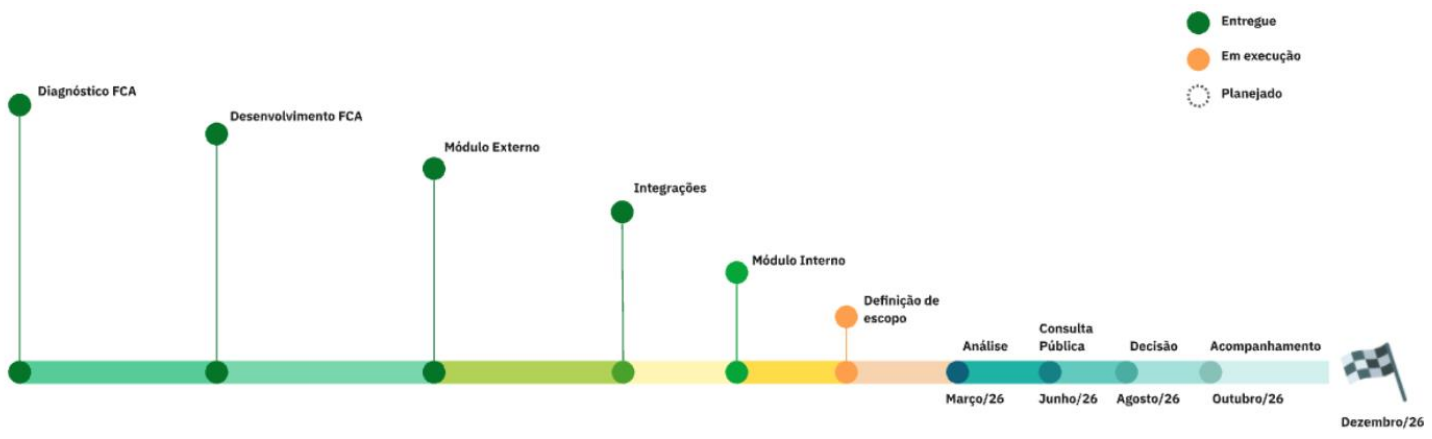


Figura 16: Andamento do novo Sistema de Licenciamento Ambiental Federal

No campo normativo, o ano de 2025 também registrou avanços relevantes. Destaca-se a publicação da Portaria Ibama nº 90, de 24 de junho de 2025, que revisou a classificação de risco de atividades econômicas anteriormente estabelecida pela Portaria nº 78/2021. A atualização modernizou o arcabouço regulatório ao conferir maior proporcionalidade e eficiência regulatória, além de concentrar os esforços de licenciamento em atividades com maior potencial de impacto ambiental. A norma também estabeleceu atividades não sujeitas ao licenciamento em razão do

baixo potencial de degradação ambiental, incluindo determinadas atividades desenvolvidas em terras indígenas e unidades de conservação federais.

Outra medida relevante foi a publicação da Portaria Ibama nº 104, de 11 de agosto de 2025, que tornou obrigatório o uso do Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental (SISBia) para registro dos dados brutos de biodiversidade gerados nos processos de licenciamento ambiental.

Ainda no âmbito das iniciativas relacionadas ao conhecimento da biodiversidade, destaca-se o lançamento da Coleção de Guias de Fauna e Flora do Bioma Pampa, elaborada como medida compensatória associada ao licenciamento de parques eólicos no sul do país. A coleção reúne sete volumes com informações taxonômicas, ecológicas, mapas de distribuição e registros fotográficos de 1.438 espécies de peixes, anfíbios, répteis, aves, mamíferos e plantas presentes nos campos do Rio Grande do Sul.



Figura 17: Coleção de Guias de Fauna e Flora do Bioma Pampa

No que se refere aos resultados operacionais do licenciamento ambiental federal, em 2025 o Ibama concedeu 850 licenças ambientais, autorizações e anuências, incluindo licenças prévias, de instalação, de operação, de pesquisa sísmica, autorizações de supressão de vegetação e autorizações de fauna. Trata-se do maior volume de licenças e autorizações emitidas na última década, evidenciando o aumento da demanda por processos de licenciamento e a capacidade operacional do Instituto.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de licenças e autorizações concedidas, bem como a distribuição dessas autorizações por tipo de empreendedor, destacando a predominância de demandas provenientes dos setores de petróleo e gás, transportes, geração e transmissão de energia e mineração.

Nº de licenças e autorizações por ano

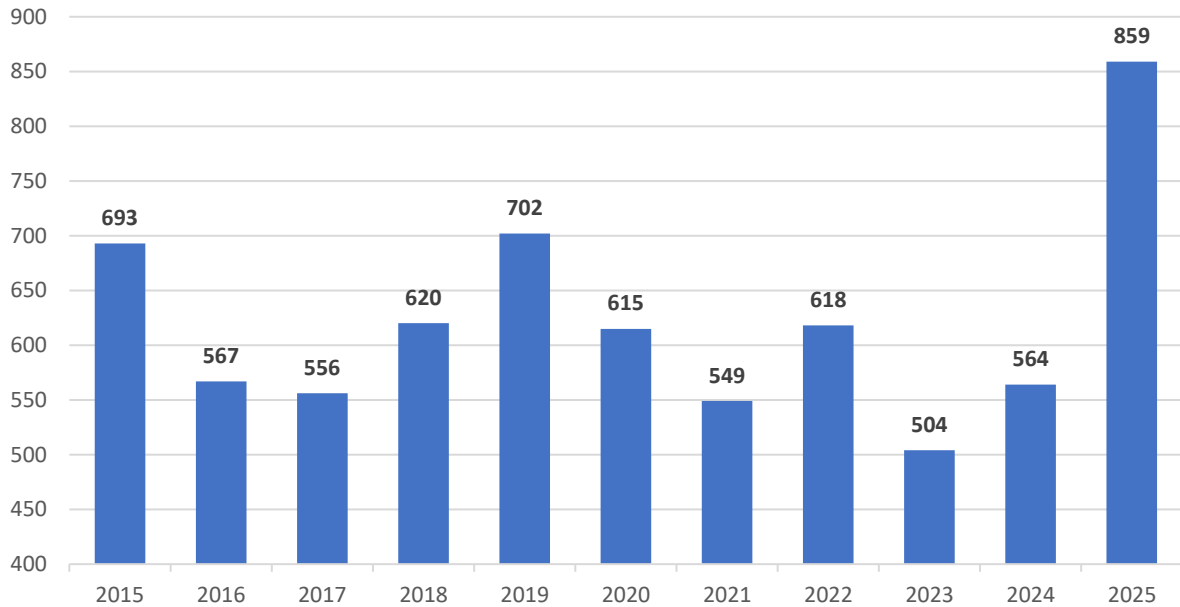


Gráfico 16: Licenças ambientais, autorizações e anuências concedidas

No âmbito das obras do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o Ibama realizou o acompanhamento do licenciamento ambiental federal em articulação com a Casa Civil da Presidência da República. Em 2025, foram acompanhados 67 empreendimentos estratégicos, abrangendo projetos de rodovias, ferrovias, linhas de transmissão, hidrovias, portos e empreendimentos do setor de petróleo e gás.

Também avançaram os processos de licenciamento ambiental corretivo, voltados à regularização ambiental de empreendimentos em operação. Nesse contexto, foram concedidas licenças ambientais e autorizações de operação para diferentes empreendimentos de infraestrutura rodoviária e de transmissão de energia, contribuindo para a regularização ambiental de trechos relevantes da malha rodoviária e de sistemas de transmissão do país.

Outro componente essencial do licenciamento ambiental são as vistorias técnicas, que permitem verificar presencialmente o cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças e autorizações ambientais, bem como acompanhar a execução de programas ambientais sob responsabilidade dos empreendedores.

Em 2025, foram realizadas 156 vistorias técnicas em empreendimentos e atividades licenciados pelo Ibama ou delegados a entes estaduais. O gráfico a seguir apresenta a distribuição das vistorias por tipologia de empreendimento.

Distribuição de Vitorias por Tipologia

Total de vitorias: 156

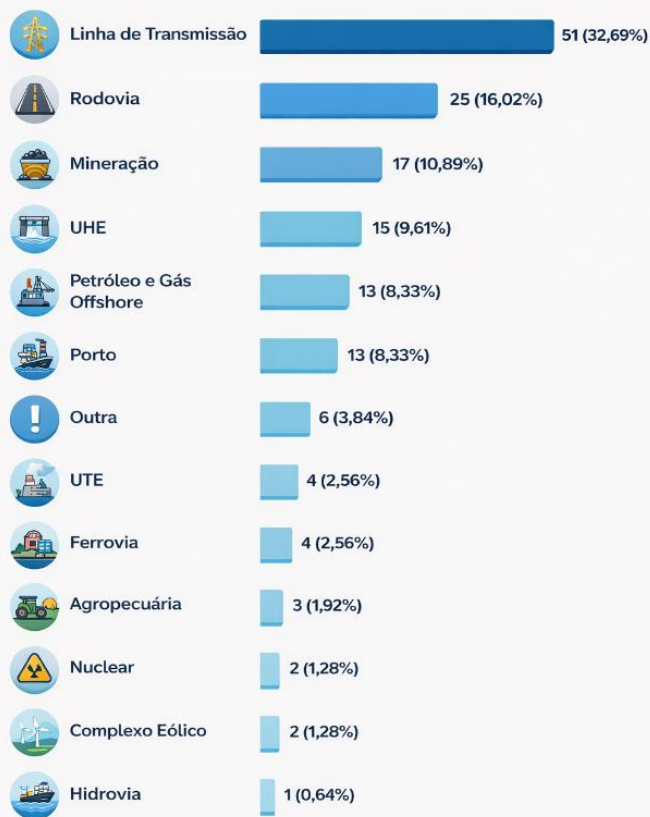


Figura 18: Vitorias técnicas realizadas por tipologia de empreendimento

Nesse contexto, destaca-se o uso crescente de aeronaves remotamente pilotadas (ARP) nas atividades de vistoria. A utilização dessa tecnologia tem ampliado a capacidade de análise das equipes técnicas, reduzido riscos operacionais e permitido a realização de inspeções em áreas de difícil acesso.

A participação pública também constitui etapa relevante dos processos de licenciamento ambiental. Regidas pela Resolução Conama nº 9/1987, as Audiências Públicas e as Reuniões Técnicas Informativas (RTI) permitem ampliar o acesso da sociedade às informações sobre os empreendimentos em análise e fortalecer o exercício da cidadania nos processos decisórios.

Durante o ano de 2025, foram realizadas diversas audiências públicas e reuniões técnicas relacionadas a empreendimentos de diferentes tipologias, incluindo projetos de mineração, linhas de transmissão, rodovias, portos e empreendimentos do setor de petróleo e gás.

Tipologia	Empreendimento	Estado
Porto	Pontal Paraná - audiência judicial de conciliação no âmbito de ACP proposta pelo Ministério Público Federal (MPF)	PR
	Porto de Aratu - audiência em Salvador/BA sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	BA
	Tecon Salvador - Terminal Portuário de Salvador (delegação)	BA

	Projeto Seeds- DPWorld	SP
	Porto de São Francisco do Sul S.A.	SC
Mineração	Projeto Santa Quitéria - PSQ	CE
Linha de Transmissão	LT 500 KV Governador Valadares 6 Leopoldina 2 Terminal Rio	MG/RJ
	Transmissão LT 500kV SE Bom Jesus da Lapa II - SE Jaíba, C1 e C2 - SE Jaíba - SE Buritizeiro III, C1 e C2	DF/BA/MG/PE
	LT 500 kV Ceará-Mirim II - João Pessoa II C1, CS, LT 500 kV João Pessoa II - Pau Ferro C1, CS e Subestações Associadas	PE/PB/RN
	LT 500 kV Garanhuns II - Messias C1, CS e Subestações Associadas	PE/AL
Petróleo e Gás Offshore	Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 4	SP
	Projeto do Sistema de Produção de Óleo e Gás do Bloco BM-C-33, Campos Raia Manta e Raia Pintada	RJ
	Pesquisas Sísmicas na Bacia Sedimentar de Pelotas	RS/SC
Rodovia	Rodovia BR-317-AM	AM
Dragagem	Dragagem e derrocamento do rio Tocantins: audiência e vistoria realizadas por ordem judicial	PA
UTE	UTE Brasília: não foi concluída em razão de manifestações no local da audiência	DF
	UTE Brasília: não foi realizada por decisão judicial	DF
Outros	Licenciamento da atividade de fundeio de navios de cruzeiro junto ao Ibama: audiência realizada por ordem judicial	RJ
	Engorda da Praia de Ponta Negra (delegação)	RN
	Comperj - atual Complexo de Energias Boaventura (delegação)	RJ
	Piscicultura, Ostricultura e Algocultura de interesse da Miriri Alimentos e Bioenergia S/A	PB

Tabela 19: Audiências públicas e reuniões técnicas realizadas

No campo da compensação ambiental, instrumento previsto na Lei nº 9.985/2000 e regulamentado pelo Decreto nº 4.340/2002, foram destinados recursos para 163 unidades de conservação, totalizando R\$ 235.549.152,09 em 2025.

O gráfico a seguir apresenta as 20 unidades de conservação mais contempladas com recursos da compensação ambiental federal.

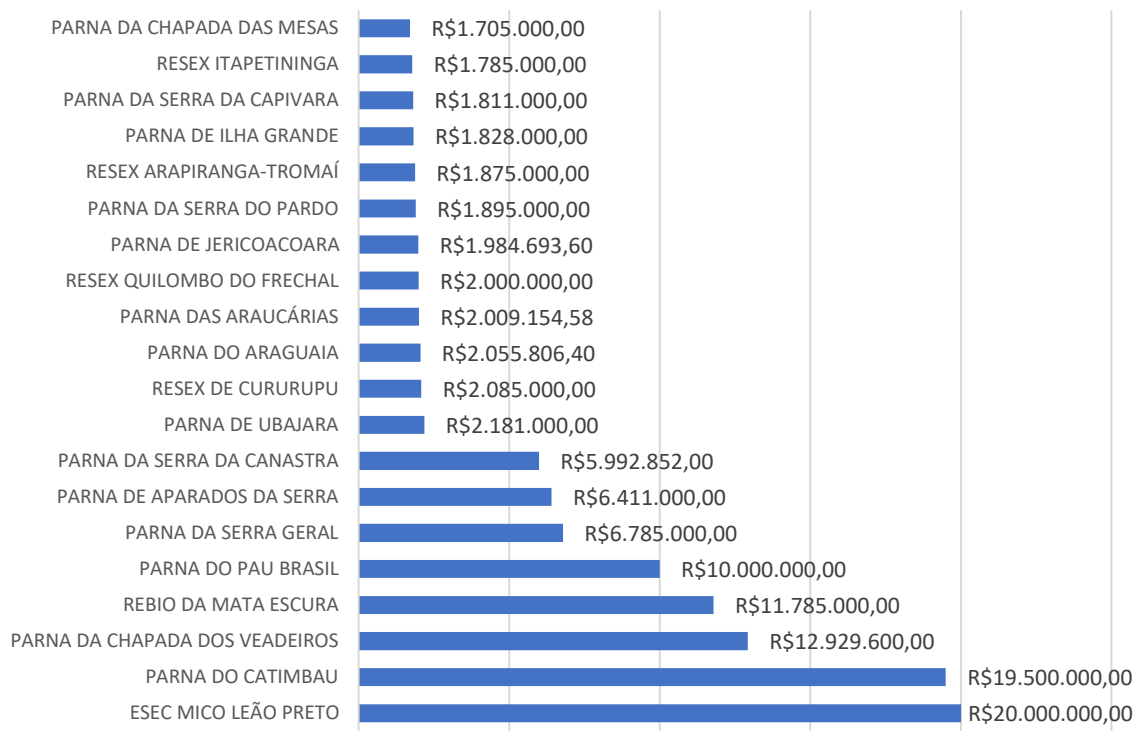


Gráfico 17: Unidades de conservação contempladas com recursos de compensação ambiental

Ainda no âmbito da recuperação ambiental, o LAF registrou 55 mil hectares de áreas em recuperação cadastradas na Plataforma Recooperar, distribuídas em 62 áreas, com predominância de empreendimentos associados aos setores de geração hidrelétrica e mineração.

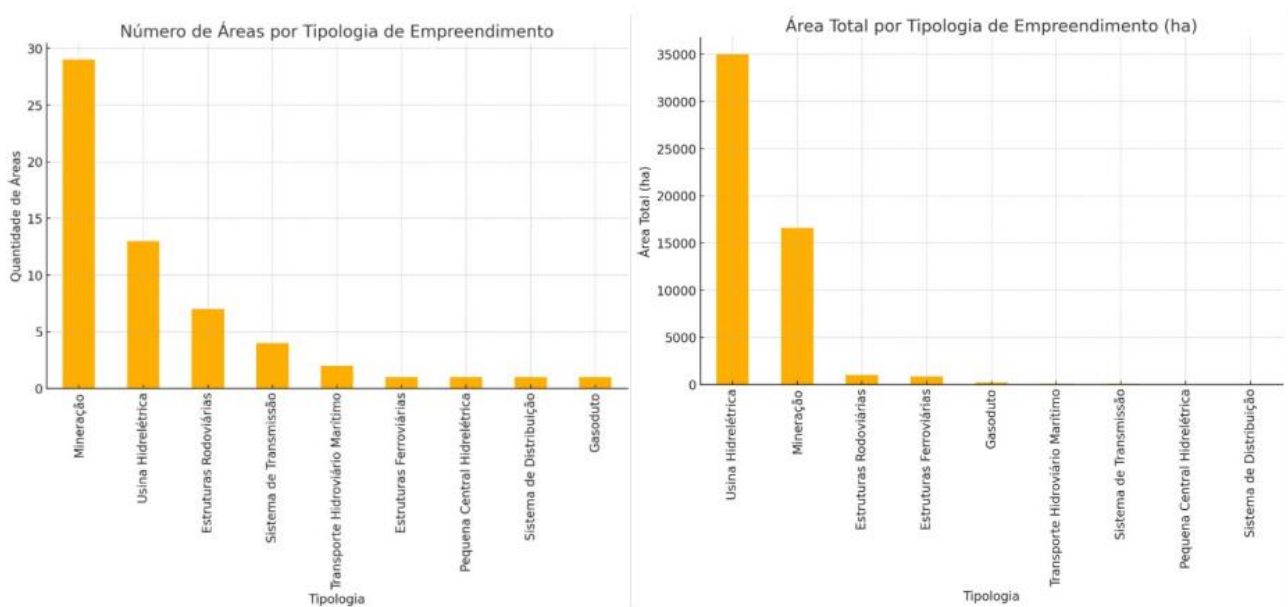


Gráfico 18 e 19: Áreas cadastradas no Recooperar dentro do Licenciamento Ambiental Federal (LAF)

Além da dimensão ambiental, o licenciamento ambiental federal possui capacidade arrecadatória associada à emissão de licenças, autorizações e análises técnicas. O gráfico a seguir apresenta a evolução da arrecadação do licenciamento ambiental federal nos últimos anos.

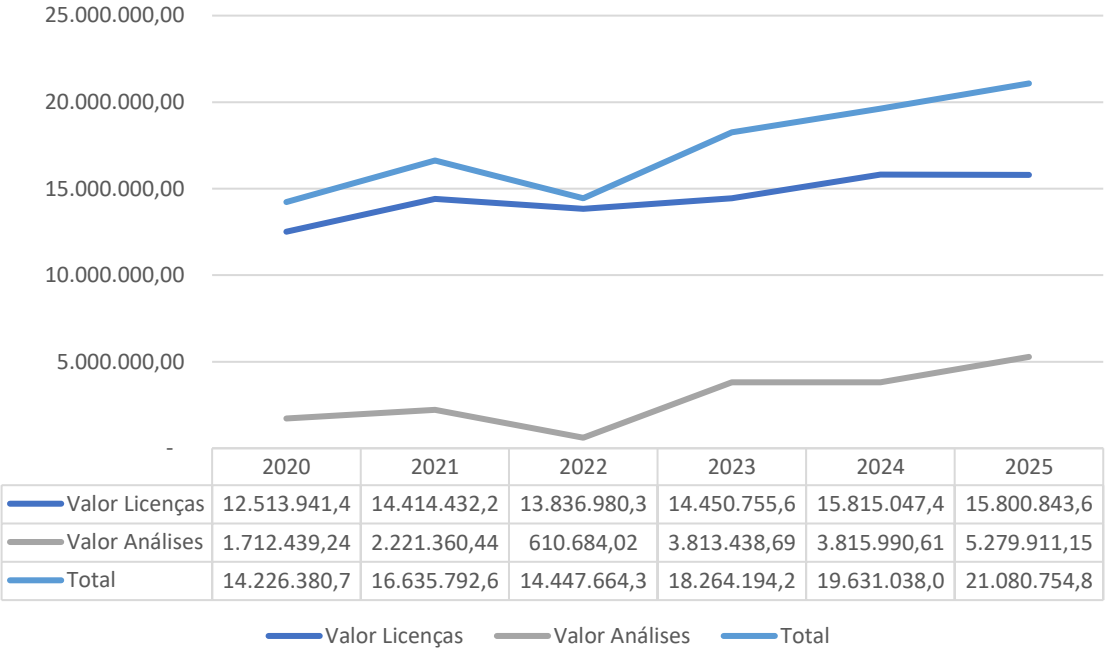


Gráfico 20: Arrecadação do licenciamento ambiental federal (2022–2025)

Por fim, o ano de 2025 registrou resultados ambientais relevantes decorrentes das análises e condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental federal. Entre os destaques, incluem-se a adoção de critérios mais restritivos para supressão de vegetação em empreendimentos eólicos na Caatinga, o avanço dos Projetos de Monitoramento de Praias (PMP) voltados ao acompanhamento da fauna marinha, a identificação de corredores ecológicos funcionais para espécies de grande mobilidade, a ampliação do acesso à energia elétrica em comunidades rurais e tradicionais e a viabilização de empreendimentos estratégicos para o país mediante processos de licenciamento conduzidos com rigor técnico e participação social.

CONTROLE INTERNO E EXTERNO



5. CONTROLE INTERNO E EXTERNO

5.1 Atuação da Auditoria Interna e da Corregedoria

Auditoria Interna

A Auditoria Interna (Audit) é órgão seccional da estrutura organizacional do Ibama, vinculada diretamente à Presidência, conforme disposto no Regimento Interno do Instituto. Integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, submete-se à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU). Sua atuação tem como finalidade agregar valor e contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do Ibama, por meio da realização de atividades de avaliação, consultoria, assessoramento e aconselhamento baseadas em riscos, apoiando os gestores no desempenho de suas atribuições mediante a emissão de análises, apreciações e recomendações sobre os atos e fatos examinados.

Seu principal objetivo é aferir a regularidade e a eficiência da gestão administrativa, bem como avaliar os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos, verificando sua conformidade com os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública Federal.

Durante o ano de 2025, as ações de auditoria tiveram por objetivo fornecer avaliações independentes sobre os objetos de auditoria e fomentar o aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos; e envolveram tanto auditorias operacionais como auditorias de conformidade.

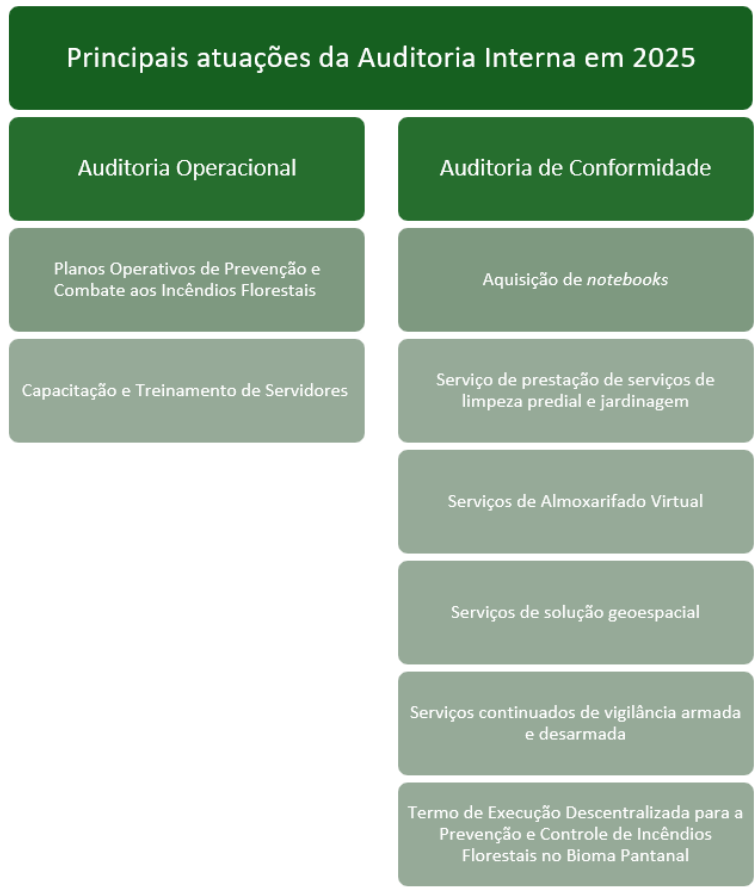


Figura 19: Principais atividades realizadas pela Auditoria Interna em 2025

As auditorias operacionais realizadas ao longo do ano foram motivadas, sobretudo, pela relevância dos temas examinados e pelo caráter estratégico das atividades na cadeia de valor do Ibama. A lógica estruturante dos trabalhos fundamentou-se na avaliação de riscos, controles e processos críticos, com vistas a subsidiar a tomada de decisão pelas áreas responsáveis e, conseqüentemente, pela alta administração, contribuindo para o aperfeiçoamento da governança institucional.

No âmbito da atuação operacional, destacaram-se as auditorias realizadas no Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e na Coordenação de Educação Corporativa (Ceduc). Os trabalhos desenvolvidos evidenciaram oportunidades de melhoria na gestão e no desempenho de atividades das áreas que requerem atuação específica e tempestiva por parte da administração.

As auditorias de conformidade realizadas em 2025, de modo geral, atestaram a existência de controles adotados pelas unidades auditadas nos processos de licitação, contratação e fiscalização da execução das ações previstas. Não obstante, em alguns trabalhos, foram identificadas oportunidades de melhorias, especialmente quanto à utilização de Índices de Medição de Resultados, ao fortalecimento da segregação de funções, à capacitação dos fiscais e à maior tempestividade no acompanhamento da execução pactuada nos termos.

Além dos trabalhos de auditorias operacionais e de conformidade selecionados com base em fatores de riscos como materialidade, relevância e criticidade, foram executados trabalhos de auditoria sobre o processo de prestação de contas anual do Ibama e sobre o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras de maneira a atender exigência normativa da [IN CGU nº 5/2021](#).

O acompanhamento da gestão das Superintendências abrangeu as unidades representadas na figura a seguir:



Figura 20: Auditorias de Gestão nas Superintendências do Ibama em 2025, por unidade auditada

*Auditorias em andamento em 2026, não finalizadas em 2025

De modo geral, verificou-se que as unidades atuam em conformidade com os normativos e preceitos legais atinentes ao Contrato de Locação de Veículos; à Emergência Ambiental; à Gestão da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA); ao Cadastro Técnico Federal (CTF); às Metas Intermediárias da Unidade; à Conformidade de Registro de Gestão; e ao Comércio Exterior; sendo as fragilidades identificadas devidamente registradas e encaminhadas para acompanhamento por parte dos gestores e da auditoria interna.

Conforme demonstrado no gráfico a seguir, em 2025 a Auditoria Interna concluiu integralmente os serviços previstos no PAINT referentes às auditorias operacionais, às auditorias de conformidade e aos atendimentos à Instrução Normativa CGU nº 5/2021. Quanto às auditorias realizadas nas Superintendências, das 8 (oito) ações planejadas para o exercício, 6 (seis) foram concluídas até 31 de dezembro de 2025, permanecendo 2 (duas) em execução, no âmbito das Superintendências do Paraná e de Rondônia, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026.

Serviços de Auditoria - 2025

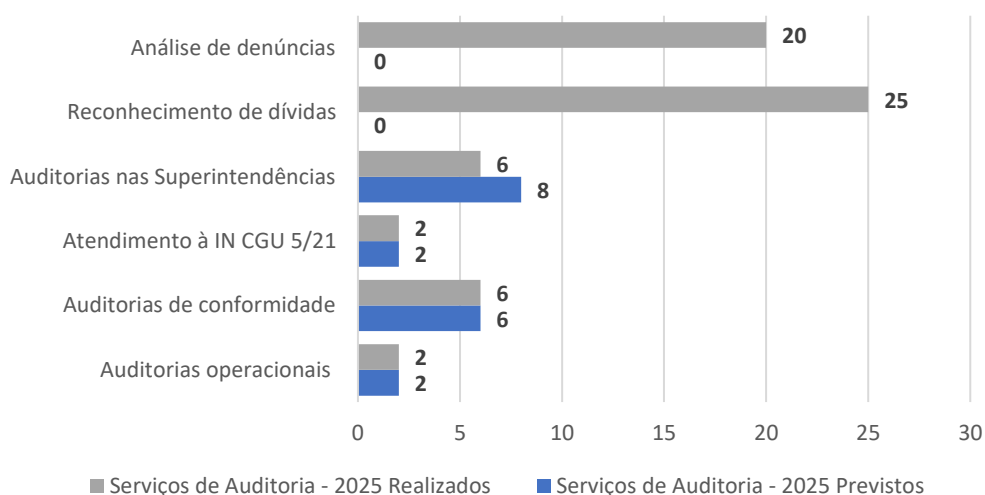


Gráfico 21: Serviços prestados pela unidade de Auditoria Interna do Ibama em 2025

Além das ações previstas no PAINT 2025, a unidade realizou 25 (vinte e cinco) análises de processos de reconhecimento de dívidas e 20 (vinte) análises de denúncias, demandas supervenientes atendidas no decorrer do exercício.

O detalhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna no ano de 2025 pode ser consultada no Relatório Anual de Atividades de Auditoria 2025 ([Auditoria Interna — Ibama \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)).

No que se refere ao fortalecimento da unidade, a Auditoria Interna do Ibama realizou, em 2025, a autoavaliação de sua maturidade institucional com base no Modelo de Capacidade da Auditoria Interna para o Setor Público (IA-CM), referência internacional do Instituto de Auditores Internos (IIA).

Consolidação dos resultados da autoavaliação do nível 2 do IA-CM por KPA (macroprocessos-chave) e Atividades Essenciais

Nível	KPA	Atividades Essenciais													
N Í V E L 2	KPA 2.1	2	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	4.1	4.2	4.3	4.4	5.1	5.2
	KPA 2.2	2	3	4	5	6									
	KPA 2.3	2	3	4	5	6									
	KPA 2.4	2	3	4	5	6	7	8	9						
	KPA 2.5	2	3	4	5	6	7	8	9						
	KPA 2.6	2	3	4	5	6	7								
	KPA 2.7	2	3	4	5										
	KPA 2.8	2	3	4	5	6	7								
	KPA 2.9	2	3	4	5	6	7								
	KPA 2.10	2	3	4	5										

Legenda

- Não existe
- Existe
- Institucionalizado

Tabela 20: Consolidação dos resultados da autoavaliação do nível 2 do IA-CM por KPA (macroprocessos-chave) e Atividades Essenciais

Conforme demonstrado na tabela, os resultados indicam posicionamento no Nível 1 (Inicial), com avanços relevantes em relação ao Nível 2 (Infraestrutura), evidenciados pela existência ou institucionalização da maior parte das atividades essenciais previstas para esse nível (54 de 66). A avaliação subsidiou a elaboração de plano de ação para o fortalecimento progressivo das capacidades da Auditoria Interna, a ser implementado e monitorado ao longo de 2026, estando prevista a realização de validação externa do nível 2 do modelo em 2027, em consonância com as boas práticas e o referencial técnico aplicável.

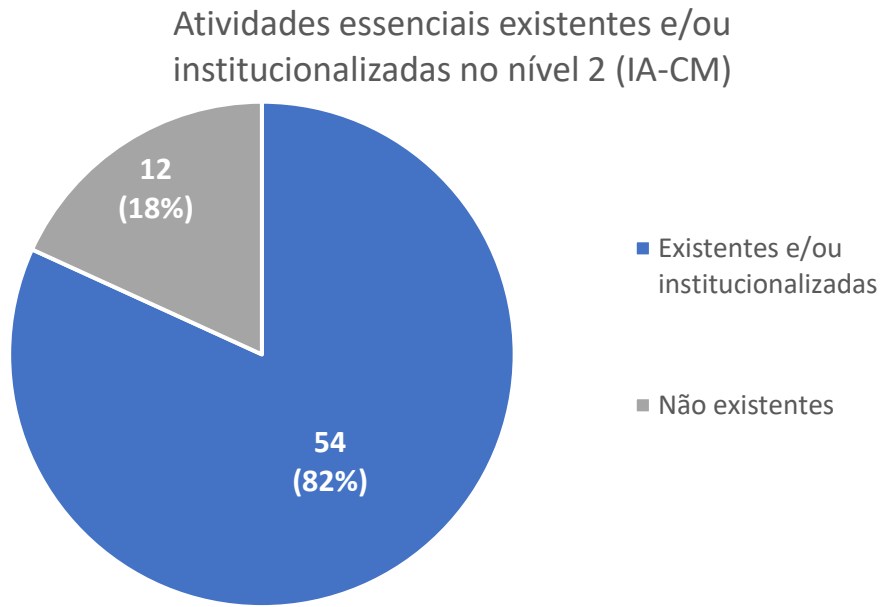


Gráfico 22: Atividades essenciais existentes e/ou institucionalizadas

Tendo em vista o plano de ação mencionado, alguns trabalhos foram iniciados em 2025 e encontram-se em fase final de conclusão no início de 2026, a exemplo da revisão do Estatuto da Auditoria Interna, da elaboração do Manual de Procedimentos da Auditoria Interna do Ibama, do Manual de Procedimentos para Atendimento a Demandas Externas, bem como da realização do mapeamento de competências da equipe de auditoria interna, ações que contribuem para o fortalecimento da estrutura, da padronização dos processos e do desenvolvimento das capacidades institucionais da Unidade.

No âmbito dos Indicadores e componentes do Planejamento Estratégico 2024–2027, destaca-se o Índice de Implementação das Recomendações Emitidas, calculado pela razão entre o total de recomendações implementadas e o total de recomendações emitidas, descontadas aquelas canceladas, cujo objetivo é acompanhar a implementação das recomendações pelos gestores. Considerando que a efetividade dos trabalhos de auditoria depende diretamente da implementação das recomendações emitidas, o referido índice alcançou 91% ao final do exercício de 2025.

$$\text{Índice de Implementação das Recomendações Emitidas} = \frac{\text{Total de recomendações implementadas}}{\text{Total de recomendações emitidas} - \text{Total de recomendações canceladas}}$$

Figura 21: Fórmula de cálculo do Índice de Implementação das Recomendações Emitidas

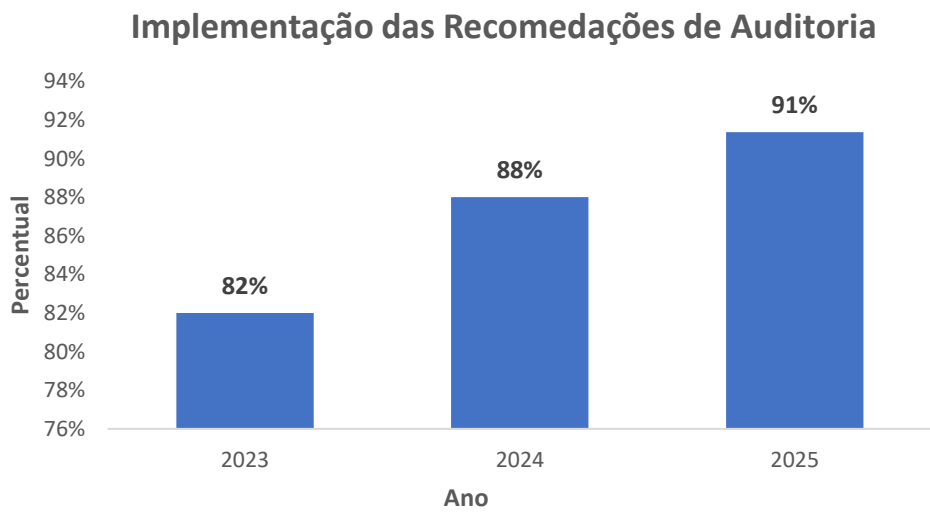


Gráfico 23: Índice de implementação das recomendações emitidas pela Auditoria, de 2023 a 2025

Observa-se evolução contínua do indicador nos últimos três anos, passando de 82% em 2023 para 91% em 2025, refletindo a melhoria do processo de acompanhamento das

recomendações e o fortalecimento da sensibilização dos gestores quanto à importância de sua implementação, em especial em decorrência das iniciativas implementadas no âmbito do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade, adotado a partir de 2023.

A Auditoria Interna também é responsável pela sistematização e pelo controle do atendimento às diligências e aos pedidos de informações encaminhados pelos órgãos federais de controle interno e externo - Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Compete à Audit acompanhar as comunicações recebidas por meio das plataformas oficiais, promover o seu encaminhamento às Diretorias responsáveis, orientar as unidades quanto aos procedimentos necessários, monitorar prazos e confirmar se as respostas apresentadas pelas diretorias atendem integralmente o que foi solicitado, cooperando, dessa forma, com as atividades dos órgãos de controle no âmbito do Ibama.

Corregedoria

A Corregedoria desempenha um papel fundamental na promoção da ética, da transparência e da integridade no serviço público. Sua atuação abrange a fiscalização, o controle disciplinar e a orientação de servidores e agentes públicos, garantindo o cumprimento das normas e o aperfeiçoamento da gestão administrativa.

No âmbito de suas atribuições, a Corregedoria conduz procedimentos investigativos e disciplinares, analisando eventuais infrações funcionais cometidas por servidores, bem como Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), que visam apurar irregularidades praticadas por empresas no contexto da Lei Anticorrupção. Essas atividades são conduzidas com base nos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, assegurando a legalidade e a imparcialidade das decisões, além de desempenhar papel fundamental na promoção da ética, da transparência e da integridade no serviço público, atuando na orientação e correção da conduta dos servidores do Ibama, a fim de que as políticas públicas de responsabilidade da Autarquia sejam entregues à sociedade de forma completa, íntegra e tempestiva.

Como reflexo do compromisso da Corregedoria do Ibama em consolidar a atuação correcional pautada pela justa responsabilização, eficiência, transparência e prevenção, no ano de 2025, foram concentrados esforços para aumentar o grau de maturidade da atuação correcional, conforme Modelo de Maturidade Correcional da Controladoria- Geral da União – CRG-MM, a fim de ascender do Nível de 1 (Inicial) – resultado da avaliação bianual de 2024 –, para o Nível 3 (Integrado), na avaliação a ser realizada em 2026.



Figura 22: Níveis de maturidade correcional (CRG-MM)

Informações detalhadas sobre o Modelo de Maturidade Correcional – CRG-MM e os resultados da Corregedoria sobre o tema podem ser consultado no Relatório de Gestão da Corregedoria dos anos de 2024 e 2025. ([link](#))

Ainda no intuito de aprimorar a atuação correcional, foram implementadas estratégias para reduzir os prazos de análise de admissibilidade das denúncias recebidas, assim como os prazos de conclusão dos processos acusatórios, estabelecendo, para tanto, dois indicadores de produção, acompanhados indiretamente no Planejamento Estratégico do Ibama 2024-2027 (Portaria Ibama nº 7, de 8 de janeiro de 2026).

INDICADOR DE PRODUÇÃO	ÍNDICE	FORMA DE CÁLCULO	AValiação PARCIAL 2025
Realizar o juízo de admissibilidade das denúncias e representações recebidas com decisões fundamentas no prazo definido	65%	(nº de processos concluídos em até 180 dias/ nº de processos investigativos concluídos no período avaliativo)* 100	55%
Concluir processos correcionais (PAD, sindicância e PAR) com entrega do relatório final nos prazos definidos	75%	(nº de processos concluídos com RF em até 360 dias/número de processo acusatórios concluídos com entrega de RF no período avaliativo)*100	59%

Tabela 21: Consolidação dos resultados da autoavaliação do nível 2 do IA-CM por KPA (macroprocessos-chave) e Atividades Essenciais

Essa iniciativa se alinha ao aperfeiçoamento do Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional do SisCor – IDECOR, instituído pela [Portaria Normativa CGU nº 181, de 31 de outubro de 2024](#), cujo objetivo é avaliar a performance das Corregedorias do Poder Executivo Federal, por faixas de pontuação, organizadas em cinco grupos.

O Índice é composto por Indicadores de Gestão e Indicadores de Desempenho Correcional na Apuração de Ilícitos Praticados por Agentes Públicos, e seu resultado é formado pela soma da

pontuação de todos os indicadores, de forma que as Corregedorias mais bem classificadas se encontram no Grupo 1, e as de menor pontuação figuram o Grupo 5.

Na última aferição do ano de 2025, a Corregedoria do Ibama encerrou o exercício com a soma da pontuação dos indicadores igual a 6,9, classificando-se, portanto, no Grupo 3.

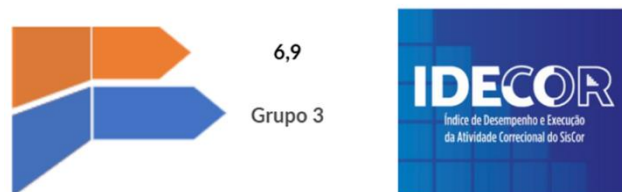


Figura 23: IDECOR – Corregedoria do Ibama – Aferição 31/12/2025

No âmbito das ações de integridade, no exercício de 2025, a Corregedoria elaborou, pela primeira vez na Autarquia, o Mapeamento de Áreas de Maior Vulnerabilidade quanto à Ocorrência de Atos Lesivos à Administração por parte de Entes Privados, para implementação de ações corretivas pela unidade competente.

A iniciativa compõe uma das Ações do Plano de Integridade do Ibama 2025-2026, publicado no Boletim de Serviço nº 21, de 30 de janeiro de 2025, cuja finalidade é promover a prevenção, a detecção, a remediação e a punição de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades, e desvios éticos e de conduta no âmbito institucional.

Outra iniciativa inédita foi a realização do Primeiro Encontro de Corregedorias Ambientais Federais – 2025, organizado pela Corregedoria do Ibama em conjunto com as Corregedorias do MMA e do ICMBio. Realizado de 1º a 5 de dezembro de 2025, o evento constituiu marco na atuação das Corregedorias Ambientais Federais ao reunir, pela primeira vez, seus servidores em atividade de integração e aprimoramento profissional, fortalecendo a cooperação entre os órgãos, contando ainda com o apoio do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a CGU, representada na abertura pela Corregedora-Geral da União, Fernanda Álvares da Rocha.

Por fim, cumpre registrar a supervisão realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) na Corregedoria do Ibama, no exercício de 2024, ocasião em que foi pactuado Plano de Providências firmado entre o Corregedor do Ibama e a Corregedoria-Geral da União (CRG), no qual foram estabelecidas as medidas a serem implementadas pela unidade com vistas ao aprimoramento da atuação correcional.

Para o exercício de 2025, permanecia pendente a adequação da competência para instauração de processos em face de servidores temporários e de processos administrativos de responsabilização de entes privados (PAR).

Com a publicação do novo Regimento Interno do Ibama (Portaria Ibama nº 73, de 26 de maio de 2025), passou a ser atribuída ao Corregedor a competência para instaurar processos acusatórios em face de servidores temporários e processos de responsabilização de pessoa jurídica, nos termos do art. 228, incisos IV e VII.

Assim, considera-se integralmente cumprido o Plano de Providências pactuado com a CGU.

No que se refere ao monitoramento das atividades e entregas da Corregedoria do Ibama, o acompanhamento é realizado por meio do sistema ePAD, que disponibiliza dados relativos às demandas executadas (finalizadas) e distribuídas, permitindo o controle tempestivo dos prazos de duração de cada procedimento, bem como dos respectivos prazos prescricionais das penalidades disciplinares.



Figura 24: Principais atividades da Corregedoria do Ibama em 2026 em números

As informações de acesso público encontram-se disponibilizadas em transparência ativa no Painel Correição em Dados. ([link](#))

Por fim, outra frente de destaque em 2025 foi a atuação no enfrentamento do passivo de processos relacionados a Autos de Infração (AI) e à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) prescritos, matéria objeto de acompanhamento pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da execução do Plano Estratégico de Enfrentamento a Processos de Autos de Infração Prescritos.

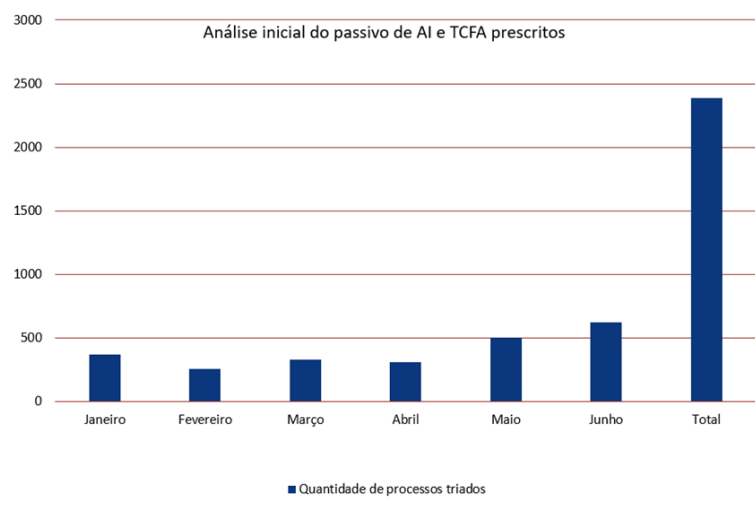


Gráfico 24: Conclusão da triagem do passivo de AI e TCFA PRESCRITOS

Com o esforço empreendido, foi possível concluir a análise inicial dos 2.388 processos que se encontravam pendentes de encaminhamento correcional.

5.2 Principais recomendações dos órgãos de controle

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do governo federal responsável por assistir direta e imediatamente o Presidente da República nos assuntos relacionados à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Ao longo do exercício de 2025, a CGU emitiu 13 (treze) recomendações ao Ibama, resultado de 4 (quatro) trabalhos de auditoria. As demais recomendações em acompanhamento referem-se a deliberações proferidas em exercícios anteriores.

O estágio de atendimento dessas recomendações é apresentado na tabela a seguir:

Quantitativo e Situação das Recomendações da CGU em 2025

Situação	Quantidade
Em monitoramento	20
Aguardando análise da CGU	3
Em implementação pelas unidades responsáveis	17
Concluídas	9

Tabela 22: Quantitativo e Situação das Recomendações da CGU

O Tribunal de Contas da União, no exercício de suas competências constitucionais, realiza o controle externo dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal por meio de auditorias e fiscalizações, das quais decorrem determinações e recomendações a serem atendidas pelos respectivos jurisdicionados. As comunicações e o acompanhamento dessas demandas ocorrem por meio do sistema Conecta-TCU.

Ao longo do exercício de 2025, o TCU emitiu (oito) determinações e 6 (três) recomendações ao Ibama, distribuídas em 4 (quatro) acórdãos. As demais determinações e recomendações que permanecem em monitoramento pela egrégia Corte de Contas foram proferidas em exercícios anteriores.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo e a situação das determinações e recomendações do TCU sob responsabilidade do Ibama:

Quantitativo e Situação das Determinações e Recomendações do TCU em 2025

Situação	Quantidade
Em monitoramento	67
Aguardando análise do TCU	21
Em implementação pelas unidades responsáveis	46

Tabela 23: Quantitativo e Situação das Determinações e Recomendações do TCU em 2025

Cabe destacar o monitoramento e as providências adotadas pelo Instituto para cumprir os acórdãos listados abaixo:

Acórdão 1.789/2019 – TCU – Plenário

O referido acórdão trata do relatório de auditoria, que teve por objeto realizar auditoria operacional nos procedimentos para expedição de licenças ambientais.

Por meio do Acórdão 139/2025 - Plenário, o TCU considerou cumpridas as determinações prolatadas na primeira parte do item 9.1. e nos itens 9.2.1. e 9.2.2.; em cumprimento as determinações da segunda parte do item 9.1.

Acórdão 1.970/2017 - TCU - Plenário

O referido acórdão trata do monitoramento das determinações para que fosse inserido, nos relatórios anuais de gestão de agências reguladoras e órgãos e entidades fiscalizadoras, seção específica sobre o tema "arrecadação de multas", com as respectivas planilhas elaboradas pela Semag, bem como a consolidação das análises realizadas pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas da União (TCU), dos tópicos de multas administrativas dos relatórios de gestão, no cumprimento das deliberações prolatadas nos subitens 9.6 e 9.7 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário.

Providências: extraído do Despacho nº 25954359/2026-CCob/CGFin/Diplan

Não há pendência no cumprimento da solicitação, que versa sobre a apresentação do número absoluto e percentual de pessoas físicas e jurídicas pendentes de inscrição no CADIN.

Acórdão 1.515/2021 - TCU - Plenário

O referido acórdão refere-se ao relatório sobre as Contas do Presidente da República referentes ao exercício de 2020.

Providências: extraído do Despacho nº 25954359/2026-CCob/CGFin/Diplan

O levantamento dos créditos a receber, provenientes da constituição definitiva das multas decorrentes de Auto de Infração depende da criação do status de "constituição definitiva" para lançamento na memória de cálculo e, em sequência, da criação de painel em BI para a extração de planilha dos débitos constituídos (sem inscrição em dívida ativa), com os saldos consolidados mensalmente.

Nesse sentido, a criação de Painel em BI, autorizado pela área de dados do Ibama, atende à demanda, servindo como solução enquanto a ferramenta de registro da data não é desenvolvida. Portanto, o acompanhamento dessa recomendação pode ser considerado finalizado com a entrega do referido painel.

5.3 Relacionamento com a sociedade

Instituída pelo meio do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, a Ouvidoria do Ibama se constitui uma instância democrática de diálogo com a sociedade, que, por meio das

manifestações recebidas, se torna ferramenta capaz de auxiliar a transformação permanente do Instituto, uma vez que possibilita mudanças e ajustes nos serviços por ele prestados, em consonância com as demandas sociais.

Ela integra o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (SisOuv) a título de unidade setorial, estando, portanto, sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU).

Sua atuação, porém, vai além do atendimento ao público externo. A Ouvidoria também desempenha um papel fundamental dentro da própria organização, atuando como ouvidoria mista, na medida em que recepciona manifestações advindas tanto da comunidade interna (servidores, estagiários, colaboradores, consultores) quanto da externa (cidadãos, de forma individual ou coletiva). Ainda, busca promover um ambiente de trabalho saudável, incentivando a escuta ativa, fortalecendo a cultura de integridade e a participação e impulsionando a melhoria contínua da gestão.

Com o propósito de garantir amplo acesso e participação social, o cidadão dispõe de diferentes canais para registrar uma demanda na Ouvidoria do Ibama. A Figura 1 abaixo apresenta os canais disponíveis conforme o tipo de demanda. Também são indicados os meios de contato para dúvidas, solicitações e notificações relativas a incidentes envolvendo a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.



Figura 25: Canais de atendimento da Ouvidoria.

Alinhada com o planejamento anual projetado para 2025, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, a Ouvidoria do Ibama recebeu, analisou e encaminhou às unidades administrativas e áreas técnicas do Ibama 19.232 manifestações típicas de ouvidoria, 2.091 pedidos de acesso à informação, 71.565 demandas dos Serviços Ibama e 115 manifestações do Sistema Comex, conforme apresentado na Figura abaixo.

COMPARATIVO DAS DEMANDAS RECEBIDAS NA OUVIDORIA POR ANO

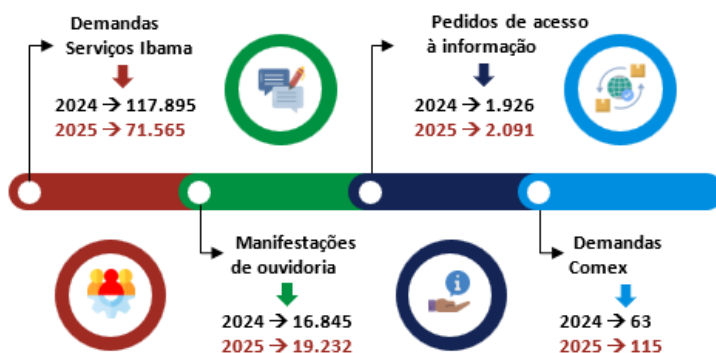


Figura 26: Comparativo de demandas recebidas por ano

Como já mencionado anteriormente, as manifestações típicas de ouvidoria são classificadas da seguinte forma: Reclamação, Denúncia, Solicitação de providências, Sugestão, Elogio, Comunicação de irregularidade e Simplifique!. Todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria são tratadas com independência, isenção, confidencialidade, eficiência e em consonância com a legislação vigente e os princípios éticos do instituto, reforçando o seu papel frente à sociedade.

De acordo com o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, as ouvidorias públicas dos órgãos e entidades públicas federais devem utilizar obrigatoriamente a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) para o tratamento dessas manifestações. O Fala.BR é uma plataforma informatizada desenvolvida pela CGU, que permite a qualquer cidadão registrar suas manifestações e seus pedidos de acesso à informação de forma ágil e segura, contando com funcionalidades de inteligência artificial que podem auxiliar no tratamento das manifestações.



Figura 27: Comparativo de demandas recebidas por ano

Em relação às manifestações recebidas em 2025, do total de 19.232, 9.978 manifestações

foram sobre comunicação de irregularidades (denúncia anônima), sendo a maioria vinculada a animais silvestres em cativeiro.

Mês	Comunicação de Irregularidade	Denúncia	Elogio	Reclamação	Simplifique	Solicitação	Sugestão	Total Geral
janeiro	688	562	3	73	-	72	4	1.402
fevereiro	678	592	11	84	-	61	7	1.433
março	642	536	3	76	-	61	9	1.327
abril	686	580	1	69	-	75	3	1.414
maio	725	540	6	77	-	77	6	1.431
junho	665	513	3	54	-	70	5	1.310
julho	773	598	3	76	1	78	9	1.538
agosto	855	605	-	66	-	72	3	1.601
setembro	1.081	730	3	56	-	81	10	1.961
outubro	1.223	856	3	88	-	78	12	2.260
novembro	955	622	-	65	-	78	7	1.727
dezembro	1.007	631	2	107	-	72	9	1.828
Total Geral	9.978	7.365	38	891	1	875	84	19.232

Tabela 24: Manifestações recebidas mensalmente por tipo



Figuras 28: Principais assuntos das manifestações de ouvidoria

No âmbito do fortalecimento da transparência e da melhoria dos instrumentos de acompanhamento das demandas institucionais, o Ibama desenvolveu e divulgou três painéis em Power BI (Cidadão, Áreas e Monitoramento Interno) com o objetivo de ampliar a transparência das informações e aprimorar o monitoramento das manifestações, dos pedidos de acesso à informação e dos dados da central de atendimento. Estruturados para atender diferentes públicos, interno e externo, os painéis passaram a oferecer ao cidadão uma visão atualizada e acessível dos dados, além de disponibilizar informações quase em tempo real às unidades e áreas técnicas do Instituto, fortalecendo a gestão das demandas pela própria Ouvidoria. Os painéis

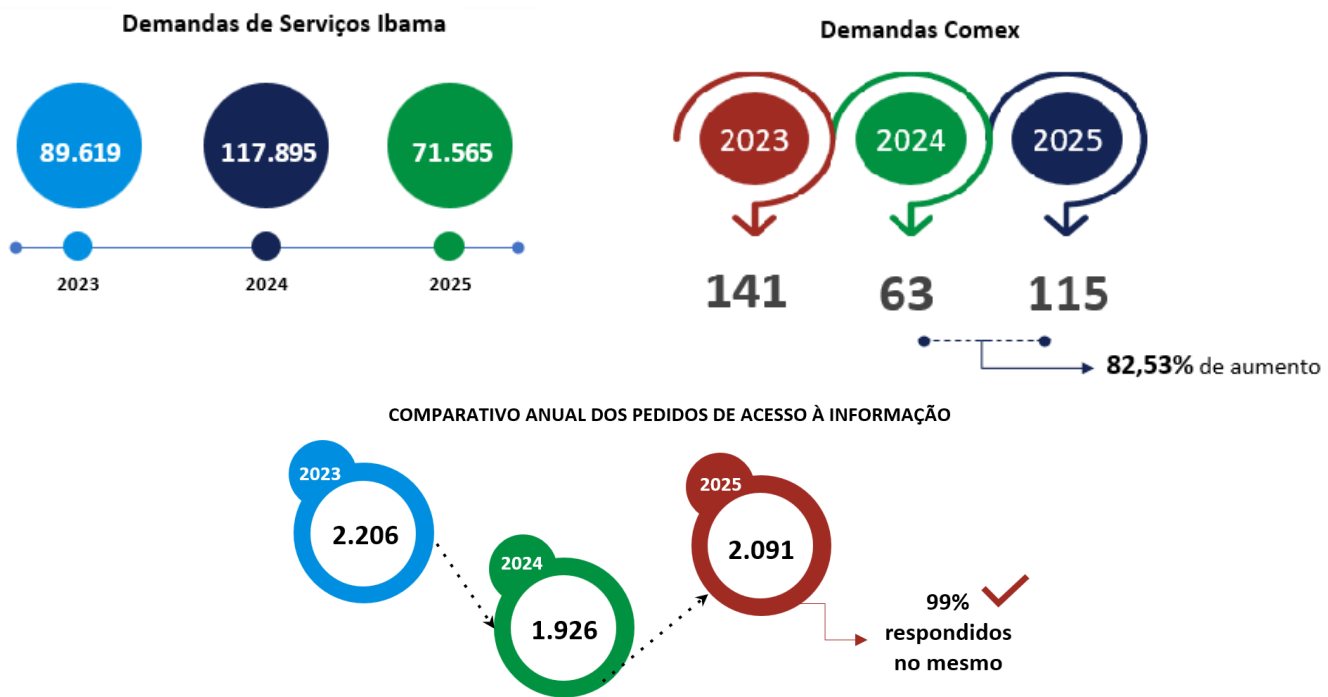
foram lançados em maio de 2025 e podem ser acessados [neste link](#).

Ainda no exercício, o Ibama atuou de forma ativa na construção e implementação do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do Ibama (PSPEAD/Ibama). A participação envolveu apresentações ao Conselho Gestor e aos integrantes do Núcleo Gestor, contribuição na elaboração do Plano de Ação e execução de medidas previstas, como a divulgação mensal de boletins informativos sobre assédio e discriminação ao público interno do Instituto, reforçando a cultura organizacional baseada no respeito e na prevenção de condutas inadequadas.

Destaca-se, também, a reformulação da Carta de Serviços do Ibama, processo que envolveu todas as áreas técnicas da Autarquia. Foram identificados 87 serviços, dos quais 61 foram atualizados, 26 incluídos como novos e 5 excluídos em decorrência de alterações normativas. A experiência institucional foi compartilhada em Webinar promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU), em 22 de outubro de 2025, ampliando a disseminação das boas práticas adotadas pelo Instituto.

Por fim, foi inaugurada, no edifício Sede, a Sala de Acolhimento do Ibama, criando espaço dedicado ao atendimento humanizado e à escuta qualificada de servidores e cidadãos. A iniciativa tem como foco o acolhimento, a orientação e o fortalecimento das ações institucionais voltadas ao cuidado, à prevenção de conflitos e à promoção de ambiente organizacional mais seguro e respeitoso.

Por fim, demandas como pedidos de acesso à informação, solicitações de serviços do Ibama e manifestações relacionadas ao comércio exterior (Comex) foram regularmente processadas e acompanhadas, assegurando a observância dos prazos legais, a adequada instrução dos expedientes e a prestação tempestiva das informações aos cidadãos e às partes interessadas.



Figuras 29: Comparativo entre demandas da Ouvidoria nos últimos três anos

Por fim, no Ibama, a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais é exercida pelo titular da Ouvidoria, responsável por receber dúvidas, solicitações e notificações de incidentes relacionadas à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709, de 2018 – nos serviços prestados pelo Instituto. Paralelamente, a autoridade de monitoramento, designada nos termos do artigo 40 da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), tem a atribuição de garantir o cumprimento dessa legislação no âmbito da Autarquia. Atualmente, essa função é desempenhada pela servidora Fernanda Silveira Campos (SIAPE nº 1540750), designada pela Portaria de Pessoal nº 3.207, de 09 de novembro de 2023.

5.4 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, visa, dentre outros, assegurar que dados pessoais sejam utilizados de forma transparente e com fins legítimos, ao mesmo tempo em que são garantidos os direitos dos titulares.

O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público possui muitas peculiaridades, que decorrem, em geral, da necessidade de compatibilizar o exercício de prerrogativas estatais típicas e os princípios, regras e direitos estabelecidos na lei referenciada. A adequação dos órgãos e entidades em relação à LGPD envolve uma transformação cultural que deve alcançar os níveis estratégico, tático e operacional da instituição.

O Regimento Interno do Ibama prevê que compete ao ouvidor a incumbência de exercer as atribuições de encarregado pelo tratamento de dados pessoais, à luz da LGPD.

Para uma implementação contínua de ações relacionadas à proteção de dados pessoais ao longo de todas as fases de planejamento, execução e avaliação de seus serviços e processos internos, observando as recomendações previstas na LGPD, foi operacionalizada uma estrutura organizacional voltada para a temática, conforme demonstrado a seguir:

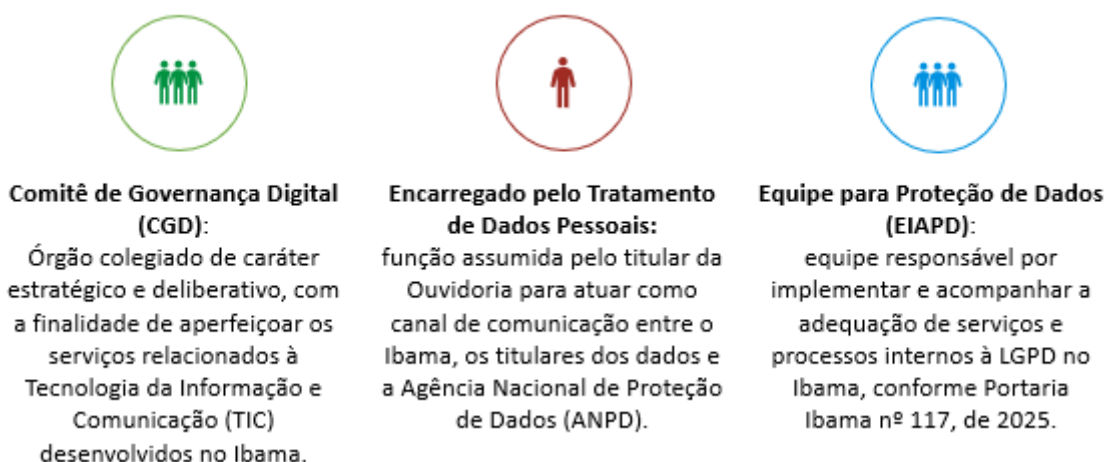


Figura 30: Estrutura organizacional dedicada à proteção de dados pessoais

Em continuidade as ações estratégicas da Ouvidoria, esforços são rotineiramente mobilizados para adequação do Instituto à LGPD e, em 2025, foram implementadas as seguintes

medidas visando a tal objetivo:

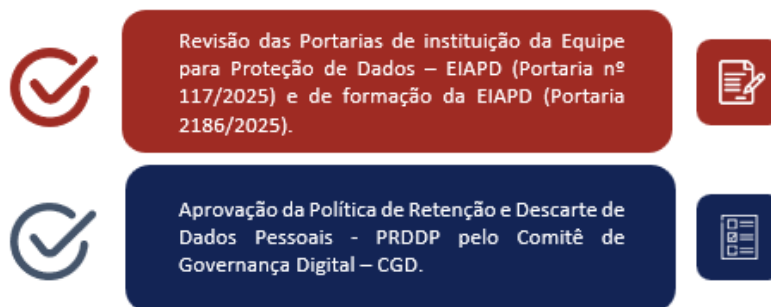


Figura 31: Medidas implementadas da LGPD em 2025

Além disso, o Instituto esteve presente e desenvolveu atividades coordenadas com outras unidades internas e outros órgãos e entidades da Administração Pública federal, nos seguintes processos:



Figura 32: Atividades coordenadas pela LGPD em 2025

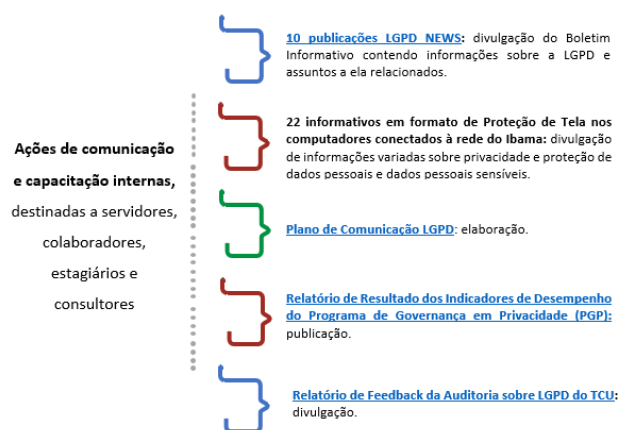


Figura 33: Ações de comunicação e capacitação internas da LGPD em 2025

Por fim, foram recebidas e tratadas 22 demandas relacionadas à aplicação da LGPD em processos de trabalho do Instituto, conforme detalhado abaixo.

				Total por assunto
 Acesso aos dados	11	-	-	11 (50%)
 Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados	1	-	1	2 (9%)
 Aplicação da LGPD no Ibama	1	2	-	3 (14%)
 Compartilhamento de dados	-	3	3	6 (27%)

Tabela 25: Meios de recebimento de demandas sobre a LGPD

5.5 Ambiente externo

Em 2025, o Ibama exerceu papel de destaque na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém/PA, tanto no apoio operacional ao evento quanto na agenda ambiental internacional. Destaca-se a execução da Operação Hermes COP30 Pará, voltada à fiscalização de bagagens e cargas no Aeroporto Internacional de Belém, com atuação integrada das equipes de Fiscalização Ambiental e de Educação Ambiental para prevenir e combater o tráfico ilegal de animais silvestres, subprodutos da fauna amazônica e artesanatos confeccionados com partes da fauna e da flora. A iniciativa foi conduzida em consonância com a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente no âmbito da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), contribuindo para a proteção da biodiversidade e para o fortalecimento da imagem internacional do país.

Paralelamente às ações fiscalizatórias, foram realizadas campanhas educativas em áreas de grande circulação de visitantes, incluindo pontos turísticos da capital paraense. Nesse contexto, destaca-se a campanha “Leve a Cultura, Deixe a Natureza”, desenvolvida no âmbito da Operação Hermes, que combinou ações de sensibilização socioambiental, coordenadas pelo Centro Nacional de Educação Ambiental (Cenea), com atividades de fiscalização. A iniciativa buscou orientar comerciantes, informar turistas e incentivar práticas de consumo consciente, alinhando-se aos temas centrais da COP30 e ao compromisso brasileiro com a conservação da biodiversidade.

O Instituto participou ainda de painéis oficiais e eventos paralelos da Conferência, abordando temas como manejo integrado do fogo, monitoramento ambiental e redução do desmatamento. Durante a COP30, foi assinado o “Chamado à Ação sobre Manejo Integrado do Fogo e Resiliência a Incêndios Florestais”, iniciativa liderada pelo Brasil e apoiada por mais de 50 países, voltada ao uso planejado e controlado do fogo como ferramenta de conservação, respeitando a legislação nacional e os conhecimentos tradicionais, com vistas ao fortalecimento da governança global do fogo.

Na ocasião, o Brasil apresentou resultados expressivos na redução do desmatamento. A taxa oficial na Amazônia Legal, medida pelo PRODES/INPE para o período de agosto de 2024 a julho de 2025, foi de 5.796 km², o menor valor registrado em 11 anos, representando redução

de 11% em relação ao período anterior. Dados complementares indicaram queda de 8,7% nos alertas de desmatamento entre janeiro e setembro de 2025, enquanto o Cerrado apresentou redução aproximada de 11% no mesmo intervalo, com recuo registrado em praticamente todos os biomas. Em fóruns internacionais, foi reiterado o compromisso de alcançar o desmatamento ilegal zero na Amazônia até 2030.

A participação na COP30 incluiu, ainda, agendas voltadas à consolidação de parcerias de cooperação técnica nacional e internacional, intercâmbio de conhecimento e debates técnicos de alto nível, evidenciando o protagonismo técnico do Ibama nas discussões globais sobre clima, biodiversidade e monitoramento ambiental. Nesse contexto, foram identificadas oportunidades para o fortalecimento da gestão territorial compartilhada, especialmente por meio da integração de bases de dados com as unidades da federação, bem como desafios relacionados à modernização da infraestrutura de monitoramento ambiental.

O Ibama participou também da 20ª Conferência das Partes da CITES (COP20), realizada em Samarcanda, Uzbequistão, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos do Governo Federal. O Brasil apresentou propostas relativas à inclusão e alteração do status de espécies nos Apêndices da Convenção, com destaque para o *Paubrasilia echinata* (pau-brasil). Após debates técnicos, optou-se pela manutenção da espécie no Apêndice II, com regras mais restritivas para o comércio internacional. Foram ainda aprovadas propostas relativas à inclusão de espécies de elasmobrânquios, mamíferos e aves brasileiras nos Apêndices da Convenção, reforçando a proteção internacional da biodiversidade nacional.

Em 2025, o Instituto participou das Conferências das Partes das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo (BRS), cujo tema foi “Tornar visível o invisível: gestão adequada de produtos químicos e resíduos”. A Diretoria de Qualidade Ambiental (Diqua), como autoridade competente para o controle das movimentações transfronteiriças de resíduos perigosos, atuou na discussão de decisões com potencial impacto no ordenamento jurídico nacional. Destacam-se avanços na regulação de substâncias críticas, que demandarão revisão de registros de agrotóxicos, em articulação com a Anvisa e o Ministério da Agricultura e Pecuária, além de debates sobre poluentes orgânicos persistentes, resíduos eletrônicos e plásticos.

No campo da cooperação internacional e capacitação, destaca-se a parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em iniciativas voltadas ao combate aos ilícitos ambientais. Em setembro, foi realizado o I Simpósio Internacional de Fiscalização Ambiental, na sede do Ibama, em Brasília, com participação de países da América Latina e especialistas internacionais. Também foi promovido o Curso Básico de Inteligência Ambiental, realizado em Quito, no Equador, ambos com financiamento do UNODC.

O Instituto participou, ainda, do Seminário sobre Meio Ambiente e Licenciamento Ambiental, realizado na China, em outubro de 2025, promovendo intercâmbio técnico, fortalecimento de parcerias estratégicas e ampliação do conhecimento sobre tecnologias aplicadas ao setor elétrico. As agendas internacionais contribuíram para o desenvolvimento de cooperações científicas, projetos conjuntos e o aprimoramento dos processos de avaliação de impacto e licenciamento ambiental, com foco na mitigação das mudanças climáticas e na proteção ambiental.

5.6 Determinação da materialidade das informações

A seleção dos temas para a elaboração deste Relatório foi realizada com base nas diretrizes, objetivos e metas delineados pelos instrumentos de gestão e pelos programas do Ibama. Esses temas foram escolhidos considerando o impacto direto para a sociedade e uma visão integrada, alinhada aos programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 nos quais o Ibama desempenha um papel ativo.

PROGRAMAS FINALÍSTICOS DO PPA COM PARTICIPAÇÃO DO IBAMA

Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade (Programa 1189): Promove a transição para uma economia sustentável, baseada no uso racional da biodiversidade brasileira. As ações incluem o estímulo a cadeias produtivas integradas por comunidades tradicionais e pequenos agricultores, valorizando práticas agroecológicas e soluções baseadas na natureza. Este programa busca fomentar negócios inovadores e a repartição justa dos benefícios gerados, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo (Programa 1190): Direcionado à melhoria da qualidade ambiental em áreas urbanas e rurais, este programa abrange temas como saneamento básico, controle de emissões e gestão de resíduos sólidos. Visa reduzir os impactos ambientais, promovendo melhores condições de vida para a população e sustentabilidade ambiental.

Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios (Programa 6114): Voltado à proteção da biodiversidade e à mitigação dos impactos de atividades ilegais, como desmatamento e incêndios florestais. Este programa prioriza a fiscalização, recuperação de áreas degradadas e preservação de biomas, contribuindo para os compromissos internacionais de redução de emissões e para a conservação dos estoques de carbono.

Figura 34: programas do PPA 2024-2027 com participação do Ibama

Além do PPA, outras normas e instrumentos de planejamento foram fundamentais para embasar as informações apresentadas neste Relatório, incluindo:

Acordos de gestão firmados com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que estabelecem compromissos e prioridades institucionais;

Planejamento Estratégico do Ibama, que orienta suas ações a médio e longo prazo, com foco na eficiência, inovação e resultados concretos;

Planos, programas e normas específicas das áreas finalísticas, que asseguram a conformidade técnica e legal das atividades realizadas; e

Impactos financeiros, que regulam e condicionam as operações do instituto, reforçando a necessidade de uma gestão orçamentária responsável e transparente.

Com base nesses elementos, o Relatório de Gestão visa fornecer uma visão ampla e detalhada sobre as ações, desafios e resultados do Ibama, promovendo a transparência e demonstrando o compromisso do Instituto com a sustentabilidade e o desenvolvimento do Brasil.



DESAFIOS, TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES

6. DESAFIOS, TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES

6.1 Gestão de risco e controles internos

A gestão de riscos e o controle interno desempenham papéis cruciais na instituição, proporcionando uma abordagem estruturada e eficaz para garantir a eficiência, transparência e responsabilidade na administração dos recursos públicos. Esses elementos são fundamentais para promover uma governança sólida e mitigar possíveis impactos adversos nas atividades.

A gestão de riscos envolve a identificação, avaliação e monitoramento de eventos que podem afetar negativamente o alcance dos objetivos institucionais. Ela permite uma análise proativa dos desafios potenciais, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões informadas. A abordagem sistemática da gestão de riscos permite que a instituição esteja preparada para enfrentar ameaças, adaptando-se a mudanças e promovendo a resiliência organizacional.

Paralelamente, o controle interno desempenha um papel crucial na salvaguarda dos recursos e na promoção da eficácia operacional. Envolve a implementação de procedimentos, políticas e práticas destinadas a garantir a conformidade com leis e regulamentos, a confiabilidade das informações financeiras e a eficiência nas operações. O controle interno também contribui para a prevenção e detecção de fraudes, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e responsável.

A integração eficaz entre gestão de riscos e controle interno é essencial para fortalecer a governança nas instituições. Ao alinhar esses dois elementos, as organizações podem criar um ambiente que promove a responsabilidade, a transparência e a prestação de contas. A implementação de práticas de gestão de riscos e controle interno eficientes também contribui para a construção da confiança da sociedade nas instituições públicas, fortalecendo a credibilidade e a legitimidade do setor governamental.

Portanto, investir em processos robustos de gestão de riscos e controle interno não apenas protege o interesse público, mas também contribui para o alcance efetivo dos objetivos institucionais, promovendo uma administração pública eficiente, ética e responsável.

O Ibama vem trabalhando no aprimoramento da sua governança no intuito de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos, por meio da identificação antecipada de possíveis ameaças, o consumo adequado de recursos, bem como a melhoria contínua dos processos organizacionais.

Para a análise dos riscos e com o objetivo de prever e prevenir condições negativas e firmar diretrizes para se alcançar os resultados, durante a elaboração do Planejamento Estratégico para o ciclo (2024/27), elaborou-se a matriz SWOT abaixo apresentada:

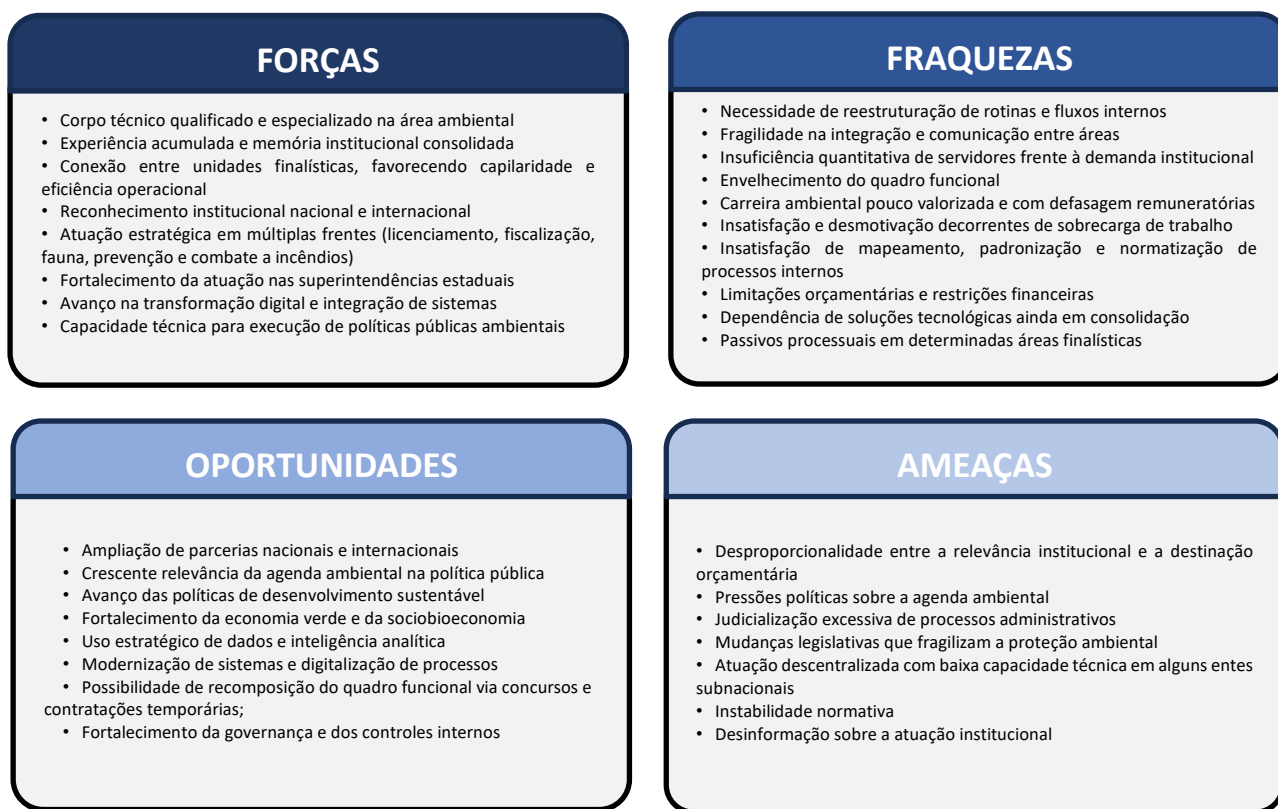


Figura 35: Matriz Swot atualizada para 2025

6.2 Gestão de riscos e programa de integridade

Além de sua importância operacional, a gestão de riscos é reconhecida como uma prática exemplar de governança organizacional. Ela engloba aspectos cruciais relacionados à accountability (prestação de contas) e à transparência, promovendo uma cultura organizacional fundamentada na responsabilidade e na abertura. Ao incorporar a gestão de riscos como parte integral da governança, a organização reforça seus mecanismos de controle e aprimora sua capacidade de enfrentar desafios de maneira proativa.

PRINCÍPIOS DA GESTÃO DE RISCOS

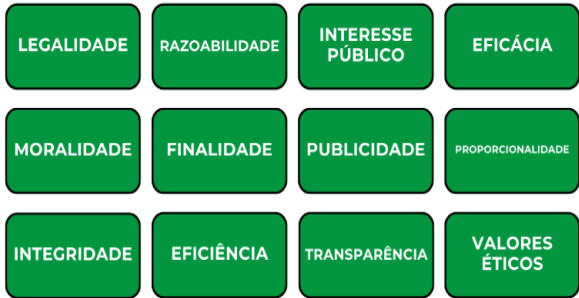


Figura 36: Princípios da Gestão de Riscos do Ibama em 2025

Tanto a Política de Gestão de Riscos, estabelecida pela Portaria Ibama nº 3.540, de 3 de dezembro de 2018, quanto o Programa de Integridade, instituído pela Portaria Ibama nº 9, de 16 de janeiro de 2025, figuram como instrumentos essenciais para o fortalecimento da boa governança pública. Essas iniciativas desempenham um papel crucial ao identificar e monitorar os riscos inerentes aos processos finalísticos, proporcionando um direcionamento claro para a Instituição alcançar seus objetivos. O monitoramento da integridade pública, integrado a esses instrumentos, visa a facilitar e orientar o percurso desejado pela Instituição, fomentando uma gestão eficaz, transparente e alinhada aos princípios éticos.



Figura 37: Objetivos da Gestão de Riscos

O Ibama tem trabalhado no aprimoramento de sua governança, para assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos, por meio da identificação antecipada de possíveis ameaças, do consumo adequado de recursos, bem como da melhoria contínua dos processos organizacionais.

A Política de Gestão de Riscos, instituída pela Portaria Ibama nº 3.540, de 3 de dezembro

de 2018, e o Programa de Integridade, instituído pela Portaria Ibama nº 9, de 16 de janeiro de 2025, configuram a base normativa que orienta essas ações. Esses instrumentos permitem o monitoramento sistemático de riscos relacionados aos processos organizacionais e direcionam a adoção de medidas que assegurem maior alinhamento às normas, aos princípios éticos e às diretrizes de governança pública.

Nesse cenário, destaca-se a elaboração do Plano de Gestão de Riscos à Integridade, que representa a aplicação prática dessas diretrizes no cotidiano das unidades do Ibama. O Plano promove o mapeamento estruturado dos principais riscos à integridade, a partir do levantamento de informações junto às áreas responsáveis, possibilitando a identificação de vulnerabilidades específicas e o estabelecimento de medidas de tratamento adequadas.

Sobre o Programa de Integridade, do Ibama, a Portaria Ibama nº 9, de 16 de janeiro de 2025, traz o objetivo de estruturar e fortalecer medidas voltadas à prevenção, detecção, remediação e responsabilização de irregularidades, fraudes e desvios éticos no âmbito institucional. O Programa consolida princípios, diretrizes e mecanismos destinados à promoção de uma cultura organizacional orientada pela ética, transparência e responsabilidade na gestão pública.

Diretrizes do Programa de Integridade

Comprometimento da alta administração e envolvimento de todo o corpo funcional com a manutenção de um adequado ambiente de integridade, em todas as unidades organizacionais do Ibama	Colaboração entre as instâncias internas de integridade e apoio à governança da alta administração	Dar maior visibilidade, transparência e importância ao tema integridade e às ações e medidas propostas para promovê-la efetivamente	Identificação e tratamento dos riscos à integridade no âmbito das unidades organizacionais do Ibama	Implementação gradual e monitoramento permanente dos mecanismos de integridade no âmbito das unidades organizacionais do Ibama	Sensibilização e capacitação contínua de todos os colaboradores que atuam nas unidades organizacionais em relação aos mecanismos de integridade
---	--	---	---	--	---

Figura 38: Diretrizes do Programa de Integridade

Assim, o Programa de Integridade configura-se como instrumento estruturante de governança, voltado ao aprimoramento contínuo da gestão institucional e ao fortalecimento da confiança da sociedade na atuação do Ibama. Apresentam-se a seguir as principais ações e resultados alcançados ao longo do exercício de 2025:

Gestão de Risco à Integridade

- Boletins periódicos de Assédio e Discriminação divulgados pela Ouvidoria;
- 50 banners educativos produzidos pela Comissão de Ética;

- Conteúdos de conscientização divulgados no Ibamanet pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP.

e-Agendas

Monitoramento contínuo pela Divisão de Governança e Apoio Institucional:

- 41 Agentes Públicos Obrigados – Titulares;
- 76 Agentes Públicos Obrigados – Eventuais;
- 2 Substituições de Cargo Vago;
- 65 Administradores Institucionais – Gestores;
- 151 Assistentes Técnicos.

Capacitação

- 4 palestras sobre Governança, Integridade e Conflito de Interesses, promovidas pela Digov, com média aproximada de 140 participantes por evento;
- 10 eventos de capacitação promovidos pela CGU e outros órgãos com a participação de servidores da USI em capacitações internas e externas.

Comunicação

- 113 notas informativas de integridade/Governança, publicadas no Ibamanet pela Ascom.

Acompanhamento de Recomendações — CGU e TCU

Acompanhamento realizado pela Auditoria Interna:

- 32 processos monitorados no sistema e-CGU/CGU;
- 64 processos monitorados no sistema Conecta/TCU.

Processos de Trabalho da Corregedoria

- Mapeamento de áreas vulneráveis a ilícitos funcionais previsto no POA/2025 da Corregedoria (ainda não iniciado).

Ouvidoria e Atendimento ao Cidadão

- 19.232 manifestações registradas na Plataforma Fala.BR;
- 2.091 pedidos de acesso à informação | 231 recursos | 0 reclamações;
- 11.124 ligações telefônicas atendidas;
- 115 demandas registradas no Comex Responde;
- Portal do Ibama com 100% de conformidade nos indicadores de Transparência Ativa em 2025.

Tratamento das Manifestações da Comissão de Ética

- 35 processos analisados no SeCi;
- 23 denúncias de condutas potencialmente antiéticas apreciadas.

Em relação ao Plano de Dados Abertos (vigência 2024 a 2026) as ações do ano de 2025 concentraram-se na manutenção, qualificação e adequação das bases já publicadas, além da divulgação de dois conjuntos de dados que haviam sido estruturados em 2024. Destacou-se, ainda, a adequação dos metadados dos conjuntos do Sinaflor e do Sisfogo-ROI ao padrão DCAT-BR (selo Bronze da CGU), alinhado ao modelo do Cadastro Ambiental Rural, bem como a conclusão de demandas de manutenção técnica no âmbito do Contrato nº 40/2020 (Ibama –

Serpro). Também foi identificada divergência pontual entre o quantitativo de bases exibido no Portal dados.gov.br e o CKAN (Ferramenta de Portal de Dados) sem qualquer prejuízo à transparência, uma vez que todos os conjuntos permaneceram regularmente acessíveis.

Com a efetiva publicação dos conjuntos “Fila de acompanhamento de registro de agrotóxicos químicos” e “Relatórios de Comercialização de Agrotóxicos” em outubro de 2025, o Portal de Dados Abertos do Ibama passou a contar com 70 conjuntos de dados ao final do exercício.

Para 2026, está prevista a priorização da ampliação, atualização e qualificação do acervo institucional de Dados Abertos, com a publicação das 13 bases remanescentes previstas no planejamento vigente, além da continuidade da articulação com as áreas técnicas e da observância aos normativos que regem a transparência pública e o acesso à informação.

Nos próximos anos, o Ibama buscará fortalecer suas práticas de governança, promovendo uma gestão pública mais eficiente, ética e transparente. A integração entre a gestão de riscos, o Programa de Integridade e o Planejamento Estratégico visa potencializar resultados, identificar e mitigar riscos proativamente e melhorar processos para garantir o cumprimento de seus objetivos estratégicos com responsabilidade.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO



7. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

7.1 Desempenho da gestão financeira e orçamentária

Perfil do Gasto

A gestão orçamentária e financeira é um pilar fundamental para garantir a execução das atividades do Ibama, assegurando os recursos necessários para fiscalização ambiental, licenciamento, monitoramento e demais ações estratégicas da Autarquia. Como Unidade Orçamentária (UO), o Instituto é responsável por gerenciar seu orçamento tanto na sede, em Brasília/DF, quanto em suas Unidades Descentralizadas nos estados, garantindo a alocação eficiente dos recursos para suas diversas frentes de atuação. A maior parte das despesas ocorre na sede da Autarquia, com destaque para gastos com pessoal, custeio e investimentos.

Para o exercício de 2025, a Lei Orçamentária Anual (LOA) consignou ao Ibama dotação atualizada no montante de R\$ 2,475 bilhões, já contemplando a execução de emendas parlamentares e créditos extraordinários abertos no exercício anterior. Desse total, foram executados R\$ 2,4 bilhões, sendo a maior parcela destinada ao pagamento de despesas obrigatórias, especialmente folha de pessoal (ativos e inativos), encargos sociais e benefícios legalmente instituídos.

Acrescem-se a esses valores os recursos oriundos de emendas parlamentares individuais (RP 6), que totalizaram R\$ 3,7 milhões alocados ao orçamento do Instituto, com execução financeira de 99,85%.

No que se refere ao orçamento discricionário, registrou-se execução correspondente a 89% da dotação atualizada, conforme detalhamento apresentado ao longo deste tópico.

Série histórica

Com base na análise da série histórica, especialmente dos três últimos exercícios, observa-se a manutenção do patamar das despesas obrigatórias e financeiras, acompanhada de crescimento das despesas discricionárias.

Verificou-se incremento no orçamento do Ibama, com destaque para as ações voltadas ao fortalecimento da fiscalização ambiental e ao combate a incêndios florestais, que representaram aumento aproximado de 47% do orçamento discricionário em comparação com o exercício de 2023. Tal variação decorre, em grande medida, da abertura de créditos extraordinários nos exercícios de 2024 e 2025.

Adicionalmente, o Instituto foi contemplado com doação oriunda do Fundo Amazônia, operacionalizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada à implementação do Projeto de Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia (FortFisc). Trata-se de iniciativa estratégica estruturada em cinco eixos: (i) gestão e governança; (ii) fiscalização remota baseada em sensoriamento por satélite; (iii) modernização dos sistemas sancionatórios; (iv) aquisição de meios operacionais de campo; e (v) incorporação de aeronaves especializadas. O projeto tem por finalidade ampliar a capacidade

O valor total do projeto é estimado em R\$ 825.732.460,00, com aportes distribuídos ao longo de cinco exercícios financeiros, a partir de 2025, sendo que, no exercício inicial, foi aportado o montante de R\$ 42.820.710,00.

Dotação Final

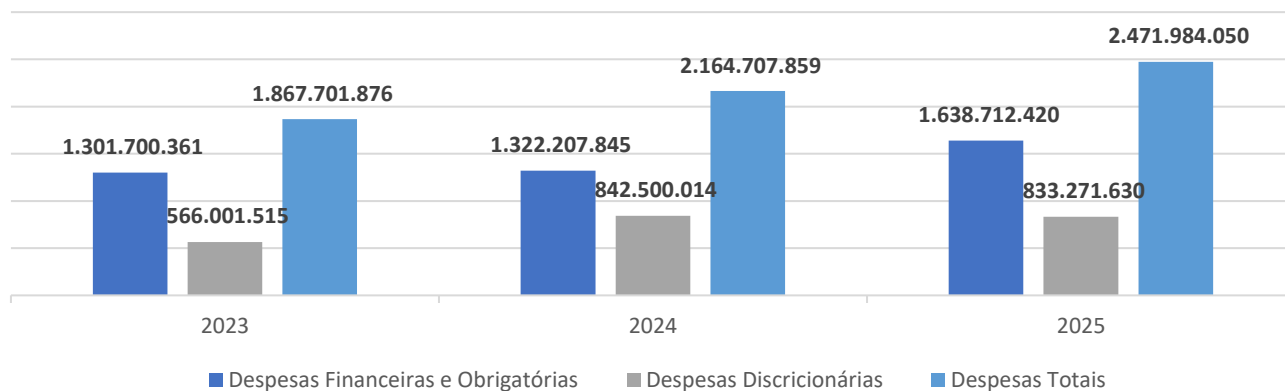


Gráfico 25: Dotação Final

Dotação Final por Resultado Primário (RP) e Tipo de Crédito

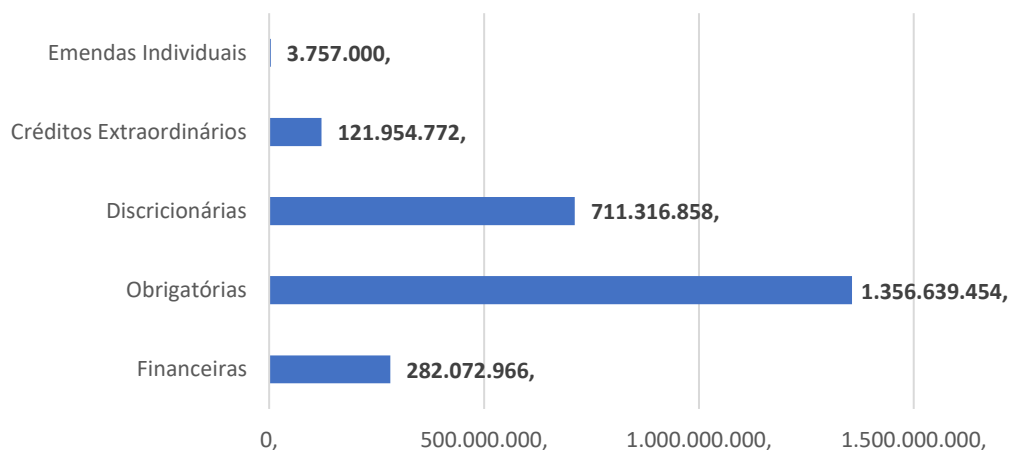


Gráfico 26: Dotação Final por Resultado Primário (RP) e Tipo de Crédito

Pessoal, encargos e benefícios e Grupo de Despesa (GND)

A execução orçamentária relacionada a pessoal, encargos e benefícios constitui parcela relevante das despesas do Instituto, refletindo os custos associados à manutenção da força de trabalho necessária à execução de suas competências institucionais. O montante empenhado foi de R\$ 1,4 bilhão, sendo que as despesas com pessoal ativo representam 38%; aposentadorias e pensões, 51%; e as demais despesas desse grupo, 11%.

Dotação Final das Despesas Obrigatórias

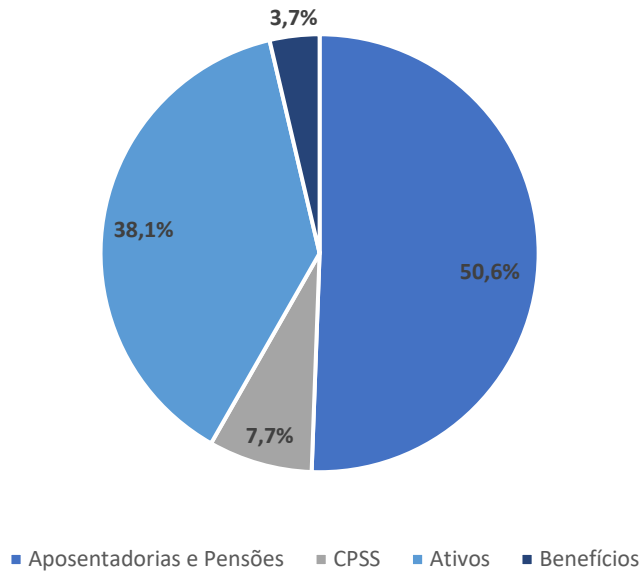


Gráfico 27: Dotação Final das Despesas Obrigatórias

Nesse contexto, a análise por Grupo de Natureza de Despesa (GND) permite compreender a distribuição dos recursos destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais, bem como sua participação no conjunto das despesas executadas no exercício.

Dotação Final das Despesas Obrigatórias - GND

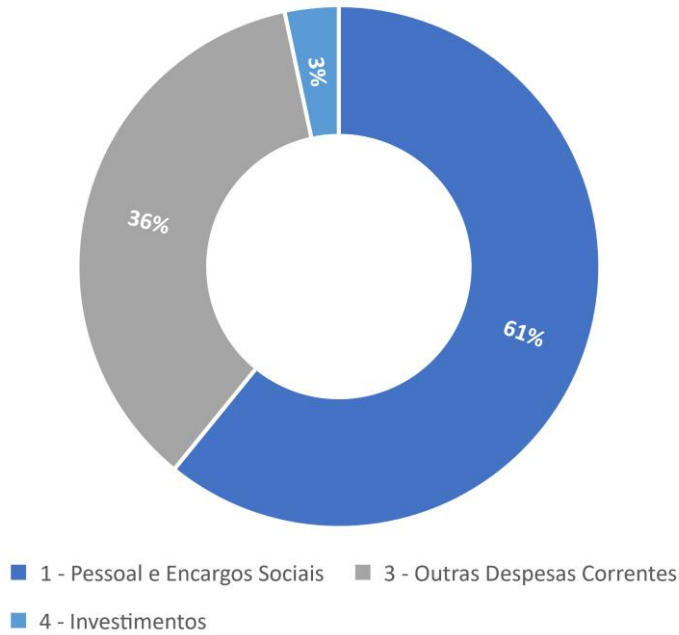


Gráfico 28: Dotação Final das Despesas Obrigatórias por GND

Por Tipo de Ação (atividades)

Além da análise por grupo de despesa, a execução orçamentária pode ser observada também sob a perspectiva do tipo de ação orçamentária, o que possibilita identificar a aplicação dos recursos nas atividades finalísticas e administrativas desenvolvidas pelo Instituto.

Essa abordagem permite visualizar de forma mais clara a vinculação entre os recursos executados e as entregas institucionais associadas às políticas públicas sob responsabilidade do órgão.

A execução do orçamento discricionário, incluiu recursos de doação (BNDES), além dos créditos extraordinários abertos no exercício, ocorreu em ações do tipo atividade, sendo que 69% (sessenta e nove por cento) foram desenvolvidas em 7 (sete) ações finalísticas, com dotação final disponível de R\$ 593,4 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 545,2 milhões. Os valores não empenhados devem-se ao fato da doação oriunda do BNDES ter sido incluída ao orçamento somente em agosto e pela liberação tardia de créditos extraordinários (18 de dezembro de 2025). Já com relação às atividades meio, destacam-se as despesas administrativas de manutenção e funcionamento da sede e das Unidades Descentralizadas, por meio dos contratos administrativos, serviços continuados, pagamento de obrigações tributárias e demais despesas.

Despesas Discricionárias

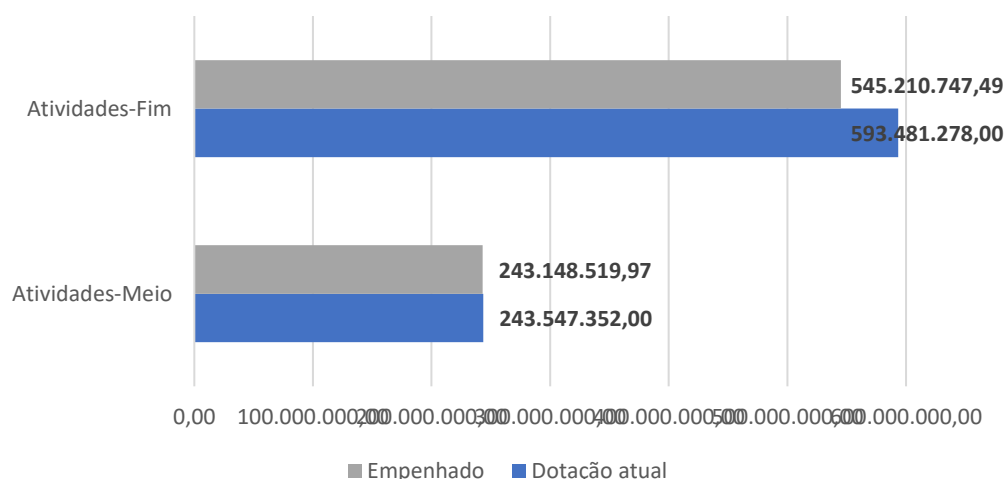


Gráfico 29: Execução orçamentárias das despesas discricionárias

Créditos Extraordinários (atividades finalísticas)

No decorrer do exercício, também foram disponibilizados créditos extraordinários destinados ao atendimento de demandas emergenciais, os quais contribuíram para o financiamento de ações finalísticas do Instituto.

A utilização desses créditos permite ampliar a capacidade de resposta institucional diante de situações excepcionais ou de urgência, garantindo a continuidade das atividades estratégicas.

No exercício de 2025 foram publicados créditos extraordinários, com dotação atual final de R\$ 121,9 milhões, abertos conforme autorizações:

- Medida Provisória nº 1.258, de 18 de setembro de 2024 - Ações de Apoio Logístico e Respostas Emergenciais aos Incêndios na Amazônia – Reabertura de saldos não empenhados em 2024, no valor de R\$ 431.032;

- Medida Provisória nº 1.281, de 23 de dezembro de 2024 - Combate a Incêndios e Seca na Amazônia e Pantanal – Reabertura de saldos não empenhados em 2024, no valor de R\$ 81.063.740 e;

- Medida Provisória nº 1.330, de 18 de dezembro de 2025 - Combate a Incêndios e Seca na Amazônia e Pantanal – R\$ 40.460.000.

Com relação aos créditos executados nas ações finalísticas, apresenta-se o gráfico abaixo, que demonstra os valores executados por ação, sendo que, com relação à Medida Provisória nº 1.330, publicada no final do ano, em 18 de dezembro de 2025, para o Combate a Incêndios e Seca na Amazônia e Pantanal, o valor de R\$ 40.4 milhões, será reaberto no exercício de 2026, em sua integralidade.

Créditos extraordinários - Por ação

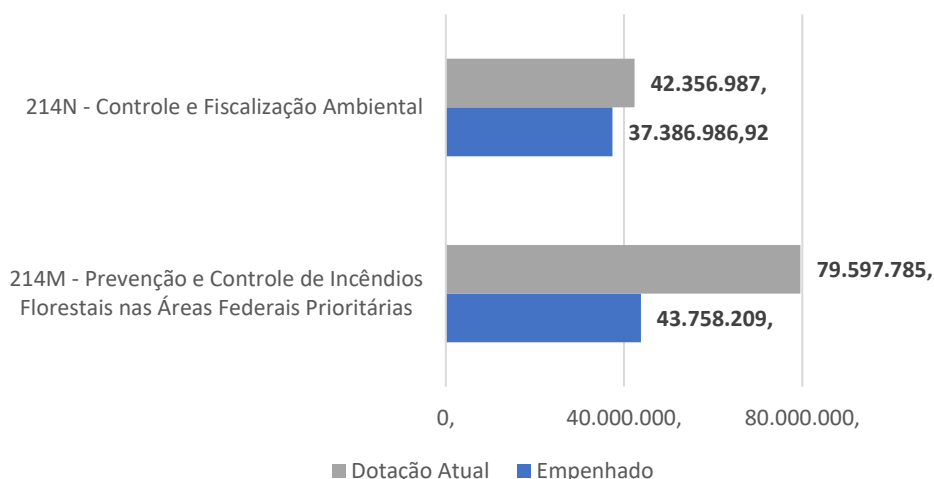


Gráfico 30: Execução orçamentária dos créditos extraordinários

Diárias e passagens

No que se refere às despesas com diárias e passagens, essas estão diretamente relacionadas às atividades de deslocamento necessárias à execução das ações institucionais, especialmente aquelas que demandam atuação em campo, articulação federativa ou participação em eventos técnicos.

A análise desses gastos permite avaliar a dinâmica operacional do Instituto e sua capacidade de atuação em diferentes regiões do território nacional.

Os valores executados encontram-se no gráfico subsequente.

Empenho de Diárias e Passagens

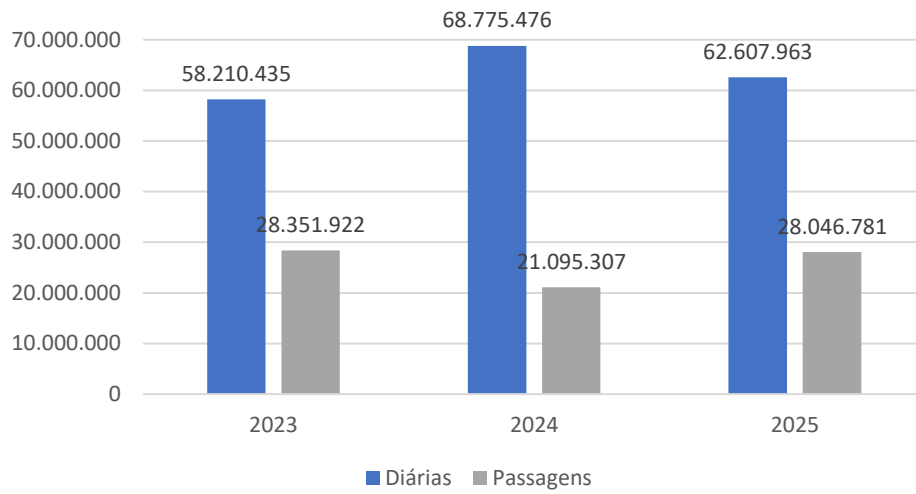


Gráfico 31: Execução orçamentária das diárias e passagens

Receita: valores arrecadados

Os dados apresentados baseiam-se nos valores totais arrecadados no exercício financeiros, base extraída no sistema SICAFI.

Receitas Totais

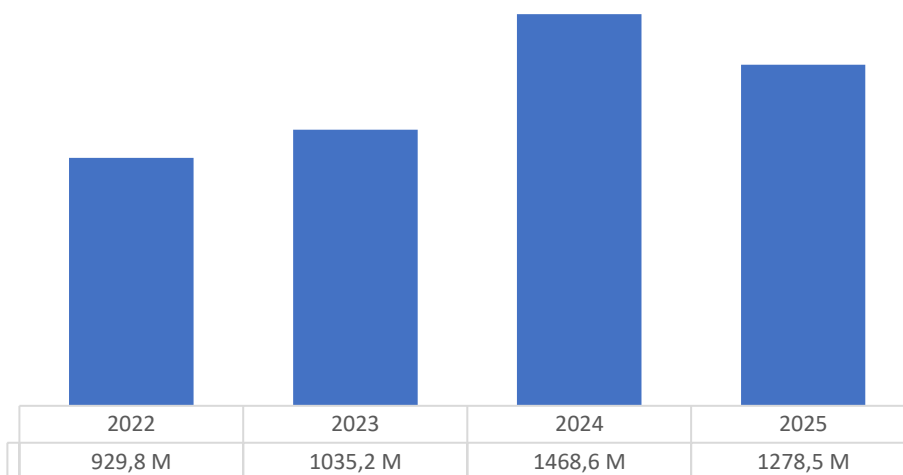


Gráfico 32: Arrecadação da receita

Composição da Receita

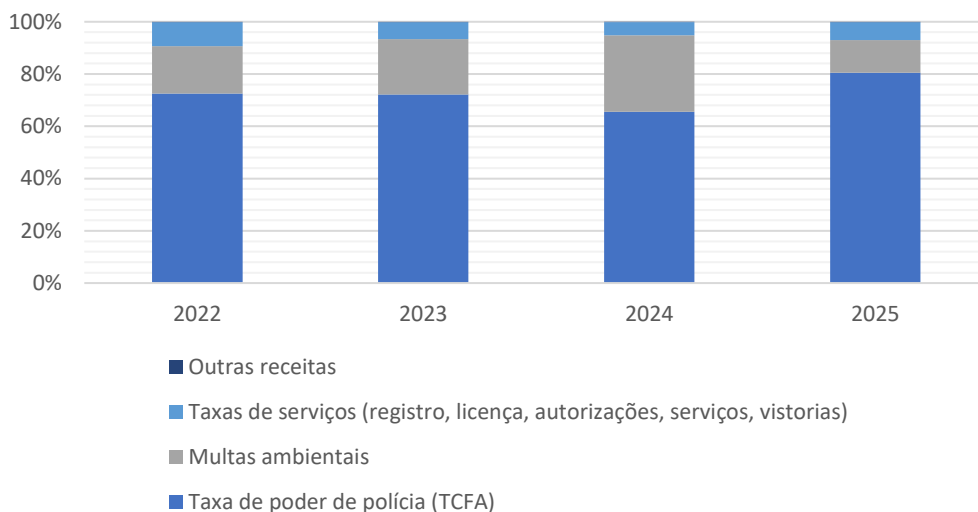


Gráfico 33: Série histórica - Composição da receita

Principais desafios e ações futuras

Diante do exposto, vislumbra-se como grande desafio para 2026 a manutenção do equilíbrio orçamentário, considerando o aumento das demandas operacionais e a necessidade de fortalecer áreas essenciais, como fiscalização e combate a incêndios. O Ibama buscará otimizar a alocação de recursos e melhorar a execução das ações finalísticas.

A Autarquia também trabalhará para aumentar suas receitas, com foco em ações de fiscalização, e garantir a execução eficiente do orçamento, priorizando investimentos estratégicos. A gestão financeira será ajustada para garantir a continuidade das atividades essenciais e o cumprimento das metas ambientais, assegurando a sustentabilidade financeira e operacional do Ibama.

7.2 Gestão de pessoas: aperfeiçoando a capacitação e o desempenho

Conformidade legal

Os atos de gestão de pessoas, no âmbito do Ibama, são praticados em estrita conformidade com o ordenamento jurídico vigente, observando-se a legislação aplicável ao regime jurídico dos servidores públicos federais. Destacam-se, especialmente, a Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União; a Lei nº 7.735, de 1989, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); a Lei nº 10.410, de 2002, que institui e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente; bem como as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 12.102, de 2024, que define as competências normativas da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Cumpra-se destacar que o Ibama, na condição de Órgão Seccional do Sistema de Pessoal Civil

da Administração Pública Federal (Sipec), atua em consonância com as orientações normativas emanadas pelo Órgão Central do Sistema, competindo-lhe assegurar a adequada aplicação dessas diretrizes no âmbito institucional, bem como orientar as demais unidades organizacionais quanto à observância dos regulamentos pertinentes à gestão de pessoas.

Indicadores de Monitoramento Anual

O monitoramento sistemático dos atos de pessoal constitui instrumento essencial de controle, prevenção e aperfeiçoamento da gestão administrativa.

Nesse contexto, o acompanhamento contínuo fortalece a integridade dos atos praticados, favorece a aderência às determinações dos órgãos de controle, contribui para a sustentabilidade fiscal do Instituto e amplia a maturidade dos controles internos.

A atuação preventiva e corretiva no tratamento dos indícios, por sua vez, evidencia o compromisso institucional com a conformidade normativa, a boa governança e a gestão responsável dos recursos públicos.

O Instituto garantiu a execução dos seguintes controles obrigatórios:

- ✓ Entrega das Declarações de Bens e Renda.
- ✓ Registros no Sistema Integrado de Admissões e Concessões (SISAC).
- ✓ Atendimento a determinações de Órgãos de Controle.
- ✓ Processos de Reposição ao Erário.
- ✓ Concessões de licenças e benefícios.

As auditorias preventivas e corretivas são conduzidas pelos órgãos de controle interno (Auditoria Interna e CGU). No âmbito do controle externo, o Tribunal de Contas da União (TCU) atua via Sistema e-Pessoal, notificando a gestão sobre ocorrências que demandam análise e saneamento.

Abaixo, o panorama dos indícios registrados no exercício:

Status dos Indícios (e-Pessoal)	Quantitativo
Em monitoramento pelo TCU	804
Arquivados (Resolvidos)	681
Aguardando Esclarecimentos	281
Tratados pelo Controle Externo	12

Tabela 26: Monitoramento de conformidade – Sistema e-Pessoal

Temática	Situação Encontrada	Providências Adotadas (Status Atual)
Filha maior solteira	24 indícios de irregularidade	- 12 pensões canceladas - 12 casos em análise final
Acumulação indevida	24 indícios de acumulação	- 15 analisados e enviados ao TCU - 6 em análise
Abate teto	11 indícios de extrapolação	- 100% analisados e enviados ao TCU (11 de 11 casos tratados)

Tabela 27: Indícios de inconformidades

Avaliação da força de trabalho

Mesmo após a realização do Concurso Público de 2021/2022, o Ibama permaneceu com déficit de pessoal superior a 40% de seus cargos efetivos, cenário que impôs desafios significativos à execução das atividades finalísticas e de suporte institucional.

Com vistas a mitigar esse quadro e fortalecer a capacidade de resposta do Instituto frente às crescentes demandas de licenciamento ambiental, proteção dos recursos naturais e enfrentamento da crise climática, foram elaborados e utilizados estudos técnicos de Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), em alinhamento com a Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), subsidiando a demonstração da necessidade institucional de recomposição do quadro.

Como resultado desse processo técnico e articulado, foi realizado o Concurso Público de 2025 (Portaria MGI nº 6.152/2024), homologado em agosto, que culminou na nomeação imediata de 460 novos servidores, sendo 130 Analistas Administrativos e 330 Analistas Ambientais, no mês de setembro. Em novembro, de forma célere, o Instituto obteve autorização para o provimento adicional de 114 vagas, correspondentes a 25% do quantitativo originalmente autorizado, ampliando ainda mais a recomposição da força de trabalho.

Em 2025, paralelamente à recomposição do quadro efetivo, o Ibama promoveu intensa movimentação interna com vistas à alocação mais estratégica de competências, orientada por critérios técnicos, aderência ao Planejamento Estratégico 2024–2027 e necessidades institucionais prioritárias.

Para além das dezenas de remoções realizadas, o Instituto estruturou e conduziu processos seletivos específicos destinados ao provimento de áreas consideradas críticas para a sustentabilidade administrativa e o desempenho finalístico. Essas iniciativas tiveram como objetivo otimizar a distribuição da força de trabalho, fortalecer unidades com maior sobrecarga operacional e assegurar que perfis profissionais e competências técnicas estivessem adequadamente alinhados às demandas estratégicas e aos riscos institucionais mapeados.

A movimentação interna foi pautada por princípios de transparência, impessoalidade e racionalidade administrativa, contribuindo para a valorização das trajetórias profissionais, para

o melhor aproveitamento do capital humano existente e para o aprimoramento contínuo da capacidade de entrega do Instituto.

Tal dinâmica reforça a maturidade da governança de pessoas no Ibama, evidenciando uma gestão orientada por dados, planejamento e visão sistêmica da força de trabalho, em consonância com as boas práticas da administração pública federal.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de servidores com condições de aposentadoria

Com a entrada dos novos servidores, ainda em novembro, foi promovido o Curso de Formação Inicial, realizado na Academia Nacional de Polícia, reunindo todos os ingressantes e proporcionando integração institucional direta com a Alta Gestão, além do alinhamento às diretrizes estratégicas do Ibama e às prioridades da agenda ambiental.

Paralelamente, com vistas a assegurar maior celeridade, transparência e modernização dos procedimentos de ingresso, foi disponibilizada a posse digital por meio da plataforma SouGov.br, bem como lançada a nova Cartilha do Servidor, documento orientador que consolida informações essenciais, desde a estrutura do Plano de Carreira até as diretrizes do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação.

No âmbito da conformidade administrativa, procedeu-se à análise individualizada de mais de 460 Atestados de Saúde Ocupacional, garantindo a higidez dos ingressos decorrentes do Concurso 2025 e a plena observância dos requisitos legais para nomeação.

Simultaneamente à incorporação dos novos servidores, foram realizadas 84 remoções internas, com o objetivo de ajustar a distribuição da força de trabalho às necessidades institucionais prioritárias, promovendo melhor equilíbrio entre demanda operacional e disponibilidade de competências nas diversas unidades do Instituto.

Processo Seletivo / Área	Vagas	Perfil / Objetivo
Gestão Administrativa (CGEAD)	06	Funções Comissionadas para Coordenação e Serviços
Gestão de Fauna (CETAS/RJ)	01	Chefia do Centro de Triagem de Animais Silvestres em Serópedica
Tecnologia da Informação (CGTI)	04	Gratificação GSISP para Transformação Digital e Segurança da Informação
Contabilidade (CCONT)	02	Gratificação GSISTE para fortalecimento da gestão contábil

Proteção Ambiental (DIPRO)	31	Remoção para áreas finalísticas (COPES, CGFIS, Prevfogo) e novas Unidades Técnicas
Licenciamento (DILIC/INCRA)	40	Contratação Temporária de Analistas Técnicos de Complexidade Intelectual

Tabela 28: Vagas para Concurso Interno de Remoção

A partir desse movimento combinado de recomposição e realocação, torna-se imprescindível examinar o perfil etário da força de trabalho, elemento central para o planejamento estratégico de pessoas, especialmente no que se refere à sustentabilidade institucional, à preservação do conhecimento organizacional e à projeção de futuras necessidades de reposição e desenvolvimento.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir a distribuição dos servidores por faixa etária, evidenciando a concentração significativa de profissionais em grupos próximos à maturidade funcional e à elegibilidade para aposentadoria. Tal cenário reforça a relevância das ações estruturadas de recomposição, movimentação estratégica e qualificação contínua, de modo a assegurar continuidade operacional, transferência de conhecimento e renovação qualificada do quadro institucional.

Servidores por faixa de idade

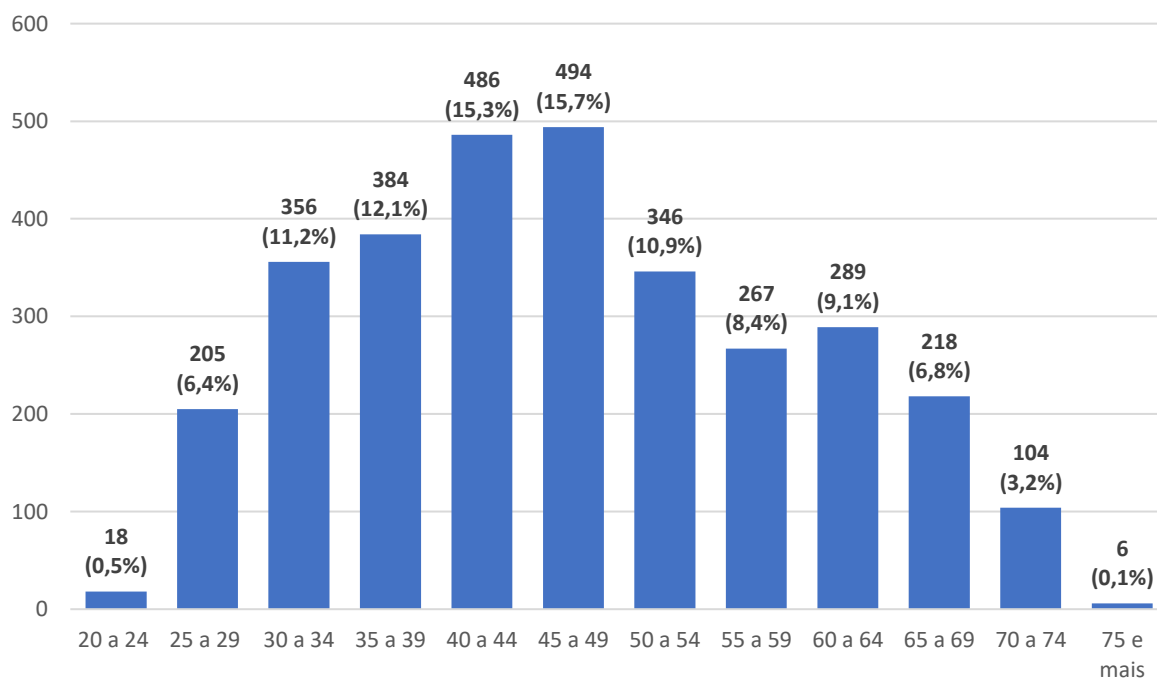


Gráfico 34: Servidores por faixa de idade

A partir do movimento combinado de recomposição e realocação, torna-se

imprescindível examinar o perfil etário da força de trabalho, elemento central para o planejamento estratégico de pessoas, especialmente no que se refere à sustentabilidade institucional, à preservação do conhecimento organizacional e à projeção de futuras necessidades de reposição e desenvolvimento.

Nesse contexto, a distribuição dos servidores por faixa etária evidencia a concentração significativa de profissionais em grupos próximos à maturidade funcional e à elegibilidade para aposentadoria, cenário que reforça a relevância das ações estruturadas de recomposição, movimentação estratégica e qualificação contínua, de modo a assegurar continuidade operacional, transferência de conhecimento e renovação qualificada do quadro institucional.

Sob a perspectiva previdenciária, os dados extraídos do Sistema Siape indicam que 423 servidores atualmente percebem Abono de Permanência, por já atenderem aos requisitos para Aposentadoria Voluntária e optarem por permanecer em atividade. Ademais, 502 servidores encontram-se na faixa etária entre 61 e 74 anos, estando próximos de preencher os requisitos cumulativos de tempo de contribuição e idade ou já elegíveis para a aposentadoria. Esse cenário evidencia a necessidade de ações estruturadas voltadas ao planejamento da transição do exercício funcional para a aposentadoria, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade institucional e perda abrupta de conhecimento técnico.

Principais UFs com servidores recebendo auxílio

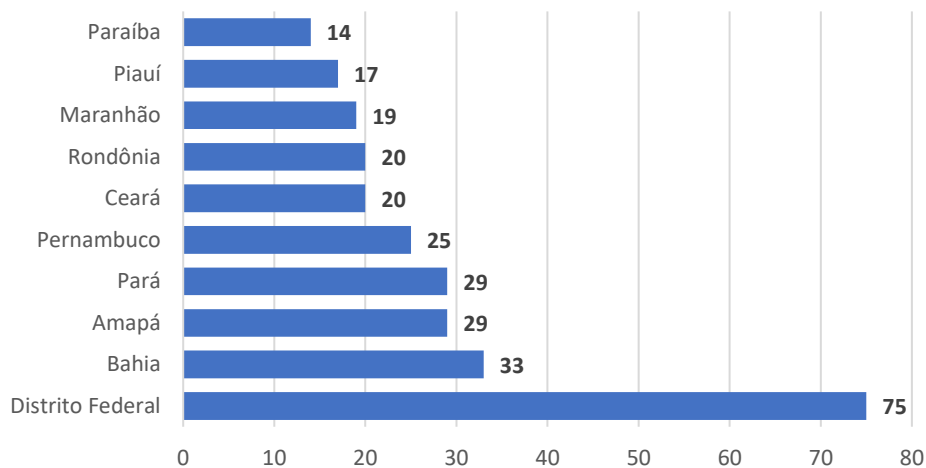


Gráfico 35: Servidores com Abono de Permanência

Além disso, os dados indicam que 502 servidores atualmente se encontram na faixa etária entre 61 e 74 anos, estando próximos de atender aos requisitos cumulativos de tempo de serviço e idade ou já elegíveis para a aposentadoria voluntária, o que evidencia a necessidade de ações voltadas ao planejamento e à preparação para o processo de transição do exercício das atividades funcionais para a aposentadoria.

Diante desse contexto, destaca-se a atuação do Programa de Educação para Aposentadoria – Qualivida, cujas ações implementadas adotaram abordagem preventiva, educativa e acolhedora, orientando os servidores quanto à escolha do momento mais adequado para aposentadoria e à preparação para a transição da vida profissional para essa nova etapa. Foram promovidos espaços de escuta qualificada, troca de experiências, orientações práticas e esclarecimento de dúvidas relativas às regras e normativos vigentes, possibilitando que os servidores refletissem sobre sua permanência em atividade à luz de aspectos pessoais, funcionais e institucionais.

Além de representar prática alinhada à valorização do servidor e à gestão estratégica de pessoas, a Educação para Aposentadoria produz benefícios institucionais relevantes, contribuindo para ambiente organizacional mais saudável, para a gestão planejada do ciclo funcional e para a tomada de decisões mais conscientes e voluntárias por parte de servidores experientes, favorecendo a previsibilidade na gestão da força de trabalho.

Em 2025, o Ibama registrou um aumento nas despesas, observou-se um aumento gradual nas despesas, justificado tanto pelas progressões funcionais dos servidores ativos quanto pelo crescimento do quadro de pessoal. Esse acréscimo se deve à realização do concurso público e da atualização de salários dos servidores ativos e inativos/pensionistas.

Despesa com Pessoal	Valores Liquidados			
	2022	2023	2024	2025
Ativos	401.374.863	433.388.801	471.369.235	551.858.150
Aposentadorias e Pensões	606.894.209	646.158.112	667.162.611	733.197.696
Total	1.008.269.072	1.079.548.936	1.138.533.870	1.285.055.846

Tabela 29: Valores em R\$ de liquidação com aposentadorias, pensões e servidores ativos.

Valorização, Capacitação e Ferramentas para o Fortalecimento do Desempenho Institucional

No exercício de 2025, a política de valorização e desenvolvimento de pessoas no Ibama foi conduzida sob perspectiva integrada, articulando capacitação, gestão do conhecimento, saúde ocupacional e inteligência de dados como pilares estruturantes do fortalecimento institucional. As iniciativas implementadas evidenciam o reposicionamento da área como elemento estratégico para a qualificação da força de trabalho e para a melhoria contínua do desempenho organizacional.

Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) consolidou-se não apenas como instrumento de atendimento a requisito normativo, mas como elo estruturante entre as necessidades de capacitação e os desafios estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2024–2027 (Portaria nº 108/2024). A elaboração do PDP 2026 ocorreu de forma colaborativa,

com participação das unidades da Sede e das Superintendências Estaduais, permitindo o mapeamento de competências essenciais e o direcionamento mais focalizado e eficiente dos investimentos em capacitação, com ênfase em resultados institucionais mensuráveis.

Ao longo de 2025, as ações implementadas refletiram esse reposicionamento estratégico. Destaca-se o desenvolvimento e a atualização de 18 cursos internos alinhados ao PDP, conduzidos pela equipe da Ceduc com assessoramento pedagógico da Universidade de Brasília (UnB), fortalecendo a qualidade técnica e metodológica das iniciativas formativas.

Indicadores de Alcance		
Indicador	Quantitativo	Impacto
Participações Totais	3.740	Cursos internos, externos, licenças e afastamentos.
Servidores Capacitados	1.908	Ampla engajamento do corpo funcional.

Nota: Observou-se também elevada adesão a iniciativas individuais (especialmente via ENAP), evidenciando a postura proativa dos servidores e o fortalecimento do capital humano do Ibama.

Figura 39: Indicadores de alcance

A Escola Virtual do Ibama foi igualmente reposicionada como plataforma estratégica de aprendizagem digital. A Educação a Distância (EaD) consolidou-se como vetor de democratização do acesso à capacitação, superando barreiras geográficas e promovendo maior racionalidade na aplicação de recursos públicos. Nesse contexto, foi realizada a atualização tecnológica e pedagógica da plataforma Moodle, bem como o aprimoramento da plataforma da Secretaria de Cursos, com vistas à melhoria da gestão, organização e governança das ações formativas. Também se avançou na modernização pedagógica, com a incorporação de princípios de aprendizagem ativa e centrada no servidor, superando o modelo tradicional de mera disponibilização de conteúdos. A Escola Virtual consolida-se, assim, como ecossistema digital integrado à educação corporativa e à gestão do conhecimento, contribuindo também, de forma indireta, para o fortalecimento da educação ambiental.

No campo da gestão do conhecimento, avançou-se com a implementação do Portal da Ceduc na plataforma SharePoint, iniciativa que concentrou conteúdos pedagógicos e normativos, contribuiu para a preservação da memória organizacional e ampliou o compartilhamento de boas práticas. A medida apoia a padronização de processos, reduz assimetrias de informação e favorece a continuidade administrativa.

Na dimensão de saúde e segurança no trabalho, O Ibama promoveu atualização estruturante do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), voltado à fiscalização ambiental. O documento passou a contemplar não apenas riscos operacionais, mas também riscos relacionados às atividades de apoio administrativo, ampliando a abrangência da proteção institucional. Para 2026, projeta-se a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de

implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), fortalecendo a governança preventiva em saúde ocupacional.

O Programa Qualivida (Portaria nº 148/2024) também foi fortalecido, com foco na promoção da saúde integral e na prevenção. Ao longo do exercício, foram realizadas 12 campanhas de conscientização, incluindo feiras, palestras e rodas de conversa, além de 255 atendimentos psicológicos presenciais e remotos, priorizando o acolhimento de servidores e chefias e consolidando a saúde mental como eixo estratégico da política de qualidade de vida no trabalho.

No âmbito previdenciário, concluiu-se com êxito a primeira etapa da Compensação Financeira Previdenciária entre o Regime Próprio da União e os regimes próprios de Estados e Municípios. Foram analisados aproximadamente 2.000 benefícios concedidos entre 1988 e 2021, com cumprimento integral da meta até 31/12/2025. Permanecem 32 demandas sobrestadas, aguardando dados complementares para envio ao Tribunal de Contas da União, o que evidencia a condução responsável e tempestiva do processo.

Por fim, no campo da inteligência de dados, foram disponibilizados na Ibamanet novos painéis de Business Intelligence (BI), consolidando informações relativas a benefícios, saúde e segurança, com recorte específico para a fiscalização ambiental. A iniciativa fortalece a tomada de decisão baseada em evidências, amplia a transparência e qualifica o planejamento institucional, alinhando-se às boas práticas de governança pública orientada por dados.

Principais desafios e ações futuras

O exercício de 2025 configurou-se como marco relevante na consolidação da gestão estratégica de pessoas no âmbito do Ibama. As entregas realizadas ao longo do período evidenciam o fortalecimento da capacidade institucional de integrar conformidade normativa, eficiência administrativa e visão estratégica, tendo como eixo estruturante uma atuação centrada nas pessoas, reconhecidas como o principal ativo para o cumprimento da missão ambiental do Instituto.

A recomposição qualificada da força de trabalho, aliada à modernização da educação corporativa e ao fortalecimento das políticas de saúde, segurança no trabalho e planejamento previdenciário, ampliou de forma significativa a capacidade institucional de resposta às crescentes demandas da agenda ambiental. Destaca-se, nesse contexto, o alinhamento das ações de desenvolvimento de pessoas ao Planejamento Estratégico 2024–2027, conferindo maior coerência sistêmica, racionalidade na alocação de recursos e foco em resultados à gestão do capital humano.

Os avanços registrados também refletem o amadurecimento da governança de pessoas, caracterizado pelo uso intensivo de dados para subsidiar decisões, pela padronização de processos, pela ampliação da transparência e pela integração entre as dimensões administrativa, educacional e de saúde e qualidade de vida no trabalho. Esse conjunto estruturado de iniciativas contribui para a sustentabilidade da força de trabalho, a preservação do conhecimento institucional e a valorização dos servidores ao longo de todo o ciclo funcional.

Em 2025, consolidou-se a interlocução com as Equipes de Apoio à Gestão de Pessoas

(Eageps) nas Superintendências, mediante a institucionalização de reuniões mensais e a realização de encontro presencial na Sede, em novembro, ocasião em que foram promovidas oficinas voltadas ao mapeamento de atribuições, ao compartilhamento de boas práticas e ao fortalecimento da atuação integrada em âmbito nacional.

Registram-se, ainda, a reativação dos colegiados de Capacitação e de Remoção, bem como a condução do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PSPEAD), reforçando o compromisso institucional com a integridade, a valorização profissional e a promoção de ambiente organizacional seguro, respeitoso e alinhado às boas práticas de governança pública.

Na dimensão social da sustentabilidade, a educação corporativa reafirmou o compromisso com a igualdade de oportunidades, ampliando o acesso equitativo às ações formativas (presenciais, híbridas e a distância) e valorizando a diversidade de perfis e contextos regionais. Tal direcionamento impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade e no fortalecimento das capacidades institucionais em âmbito nacional.

Para 2026, projeta-se a ampliação do uso de ferramentas analíticas, com a disponibilização de painéis em Power BI relativos às ações de desenvolvimento (incluindo PDP, licenças para capacitação, cursos internos e externos, pós-graduação, ações formativas e respectivas despesas), bem como o desenvolvimento e a atualização de cursos internos, a oferta de novas turmas e a revisão dos normativos de desenvolvimento de pessoas. Prevê-se, ainda, o aprimoramento contínuo das plataformas Moodle e da Secretaria de Cursos, a implementação de Banco de Talentos, a realização de turmas do Curso de Formação Inicial dos novos servidores e a intensificação da capacitação de lideranças e de servidores nas áreas de gestão, com ênfase em administração, planejamento, logística e inteligência artificial.

7.3 Gestão de licitações e contratos: assegurando conformidade nas aquisições

Conformidade legal

É imprescindível ressaltar que os procedimentos licitatórios no âmbito desta Autarquia são conduzidos com rigor e em estrita conformidade com os diversos normativos que regulamentam a matéria, garantindo transparência, legalidade e eficiência nas contratações públicas. No quadro abaixo, é possível visualizar o arcabouço de normas a esse respeito:

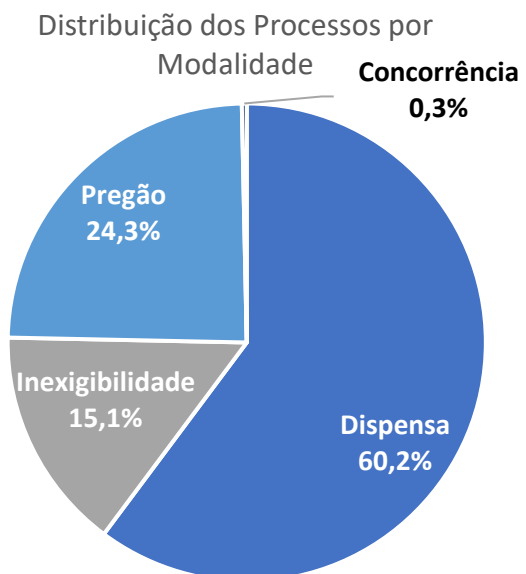
NORMATIVOS DE CONTRATAÇÃO UTILIZADOS



Figura 40: Normativos sobre licitação e contratos utilizados pelo Ibama

Gestão de licitações e contratos

Em 2025, a atividade contratual do Ibama foi conduzida de forma descentralizada pelas 27 unidades contratantes da Autarquia, totalizando 297 processos ao longo do exercício. Desse montante, 41 processos tramitaram na Sede e 256 nas Unidades Descentralizadas. As contratações distribuíram-se entre 170 dispensas, 60 pregões, 30 inexigibilidades e 1 concorrência, alcançando o valor total estimado de R\$ 210.251.555,21 (duzentos e dez milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos). O volume evidencia a dinâmica operacional da Autarquia e a necessidade contínua de suporte contratual às suas atividades finalísticas e administrativas.



Situação	Quantidade
Anulada	1
Divulgada no PNPC	297
Revogada	3
Suspensa	3

Gráfico 36: Distribuição dos Processos por modalidade
Tabela 30: Situação das compras

As Superintendências Estaduais (SUPES) concentraram a maior parte do quantitativo de contratações realizadas em 2025. No total, foram registradas 261 contratações, sendo 05 não concluídas e 256 contratações firmadas, distribuídas conforme as seguintes modalidades.

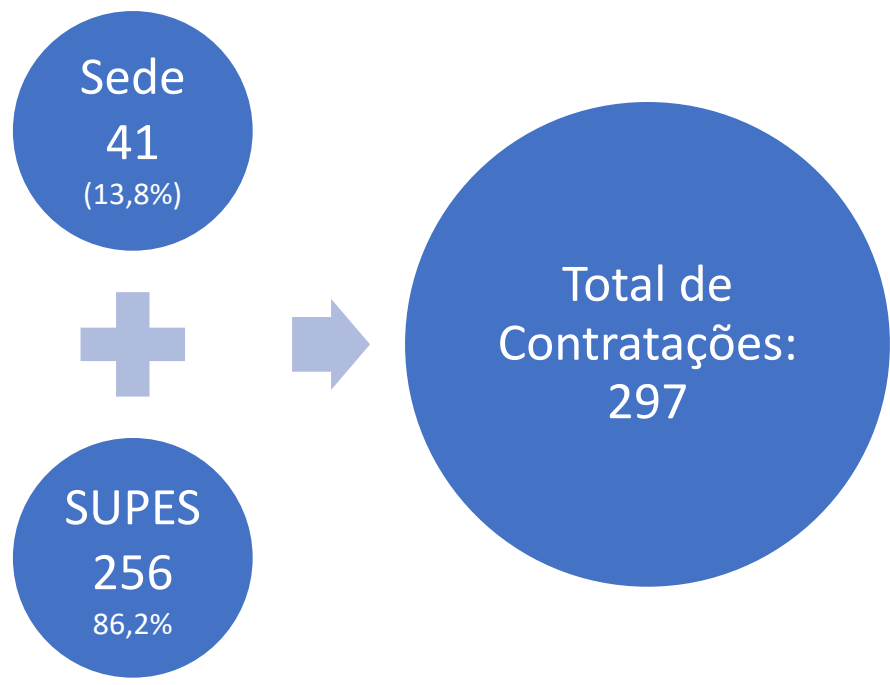
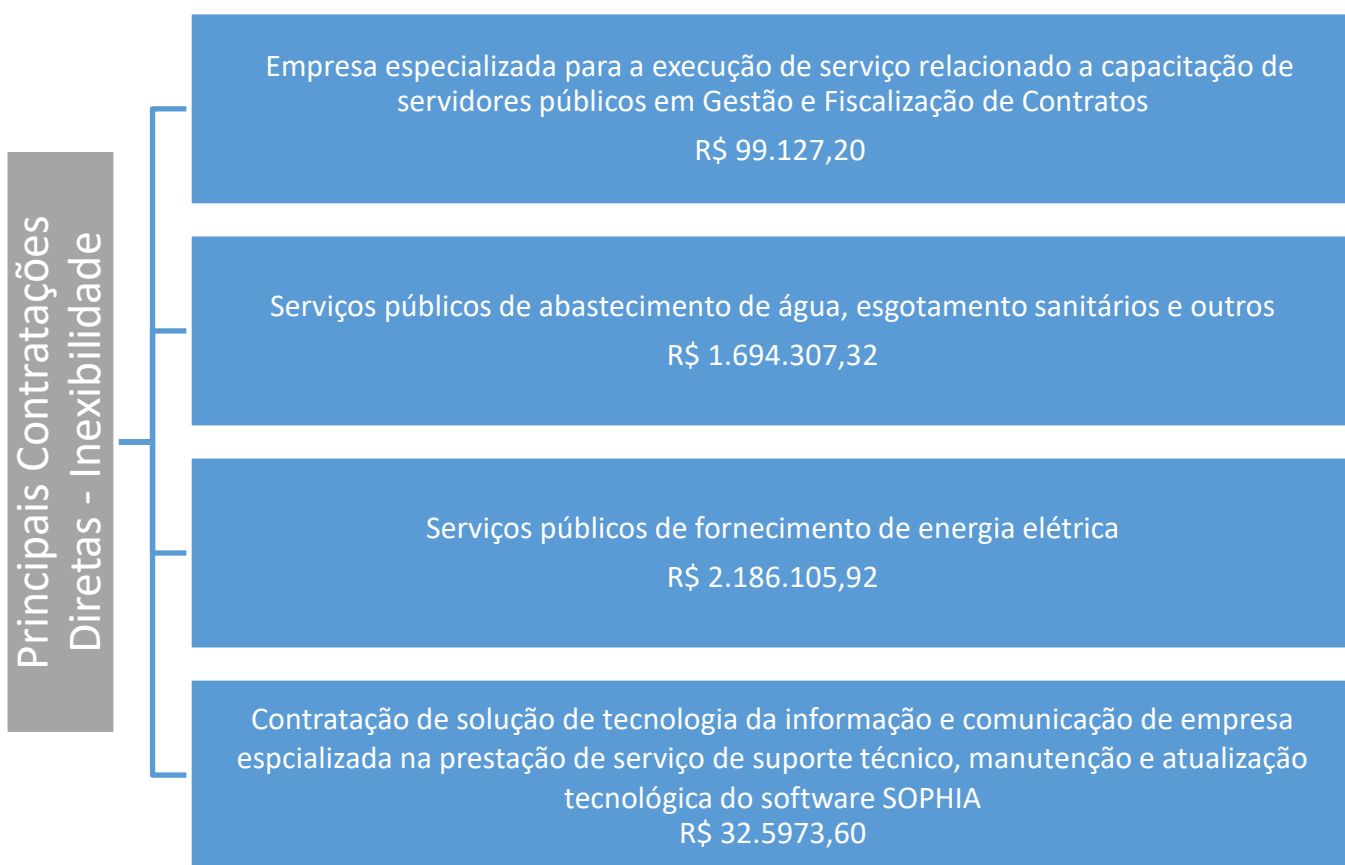


Figura 41: Total de contratações no Ibama

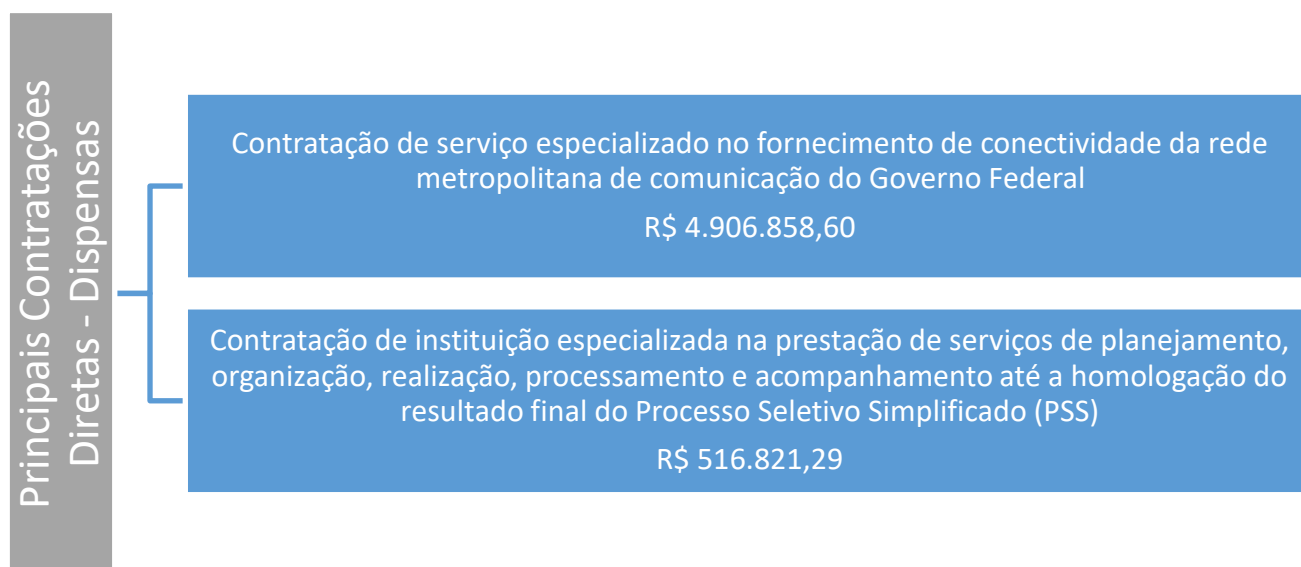
O volume de contratações no âmbito das Superintendências evidencia a descentralização das demandas administrativas, reforçando o papel do setor de licitações na orientação técnica, padronização de procedimentos, reforçando a importância da correta orientação técnica e da padronização de procedimentos, especialmente diante da diversidade de modalidades de licitação utilizadas.

Contratações mais relevantes e contratações diretas

No exercício, destacam-se as contratações de maior relevância para o funcionamento institucional do Ibama, seja pelo impacto estratégico, pela abrangência ou pelo volume financeiro envolvido, bem como as principais contratações diretas realizadas, efetuadas por dispensa ou inexigibilidade, nos termos da legislação vigente. As principais contratações do Ibama têm como objetivo suprir o desenvolvimento de atividades de apoio ao cumprimento de sua missão institucional, assegurar a continuidade da prestação dos serviços e conferir maior agilidade aos fluxos de trabalho.



Figuras 42: Principais Contratações Diretas - Inexigibilidades



Figuras 43: Principais Contratações Diretas - Inexigibilidades

As informações sobre editais, convites, chamamentos públicos e consultas públicas podem

ser acessadas através do seguinte endereço eletrônico: <https://portaldatransparencia.gov.br>.

Principais desafios e ações futuras

Para o exercício de 2026, o Ibama, na área de licitações e contratos tem como principais desafios o fortalecimento da atuação integrada com as áreas demandantes e o aprimoramento contínuo da capacitação técnica dos servidores envolvidos nos processos de contratação.

Destaca-se a necessidade de intensificar ações de treinamento, especialmente junto às áreas demandantes, a fim de promover maior alinhamento desde a fase de planejamento até a execução das contratações no Painel de Compras. Também se evidencia o desafio de capacitar novos servidores, diante da rotatividade e da incorporação de novos profissionais, assegurando padronização de procedimentos, disseminação de boas práticas e domínio da legislação e dos fluxos internos.

Como ações prioritárias, pretende-se ampliar a execução das contratações não concluídas no exercício anterior, reduzir o tempo de tramitação dos processos licitatórios e fortalecer o alinhamento institucional, estimulando maior qualificação técnica na elaboração de estudos preliminares, termos de referência e demais documentos de planejamento, com vistas a processos mais eficientes, tempestivos e aderentes às necessidades institucionais.

7.4 Gestão documental, patrimonial e infraestrutura: impulsionando a eficiência e a operação

Gestão Documental

Em 2025, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada – Projeto de Aprimoramento da Gestão Arquivística, celebrado com a Universidade de Brasília (UnB), o Ibama alcançou avanços mensuráveis na evolução e no tratamento de seu acervo documental. Segue abaixo o detalhamento das atividades realizadas no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2025.

- Realização de diagnóstico para medição do índice de Maturidade em Gestão de Documentos do Ibama (iMGD), incluindo as unidades da Sede e do Estados (cumprimento de 100% da meta 2 – “Diagnóstico Arquivístico” do projeto);
- Identificação e separação de conjuntos documentais passíveis de imediata eliminação, por cumprimento do tempo obrigatório de guarda e, portanto, destituídos de valor, em volume aproximado de 510 metros lineares (aprox. 3.600 caixas);
- Elaboração de códigos de classificação das atividades finalísticas do Ibama, com o envio da primeira minuta ao Arquivo Nacional, para homologação (cumprimento de 50% da meta 3 – “Elaboração de Instrumentos” do projeto);
- Desenvolvimento de ferramenta tecnológica para cadastramento de metadados e informações de documentos e processos, visando a rápida recuperação e localização dos conjuntos documentais físicos. Este sistema ainda não foi inserido

na rede de dados do Ibama, carecendo de atuação da CGTI para conclusão da meta proposta no projeto (cumprimento de 50% da meta 6 – “Solução Tecnológica de Indexação” do projeto);

- Tratamento de cerca de 47,24% da massa documental física do Ibama, nos moldes específicos abaixo:
 - 33.066 caixas de documentos classificados;
 - 21.431 caixas de documentos após a ordenação;
 - 21.395 caixas de documentos já indexados no sistema de indexação e recuperação de informações.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A infraestrutura do Ibama está estruturada de forma descentralizada, com presença em todo o território nacional por meio de sua Sede e das Superintendências estaduais. A gestão dos bens imóveis constitui elemento estratégico para a execução das competências institucionais, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades finalísticas e administrativas.



Figura 44: Panorama atualizado dos imóveis sob gestão da Autarquia

Com a promulgação da Lei nº 14.474, de 2022, que incluiu o art. 31-A na Lei nº 9.636, de 1998, foi instituído instrumento de gestão patrimonial ativa, possibilitando às entidades da administração indireta federal transferir à União imóveis que não mais atendam às suas necessidades institucionais, promovendo maior racionalidade, economicidade e eficiência na administração do patrimônio público federal.

Nesse contexto, a Portaria SPU/ME nº 310, de 14 de janeiro de 2022, autorizou a doação de 278 imóveis de propriedade do Ibama à Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Desse total, aproximadamente 100 imóveis (36%) foram efetivamente transferidos.

Em 2025, foram retomadas as tratativas com a SPU para a transferência dos imóveis remanescentes. No segundo semestre, promoveu-se a organização e atualização da documentação necessária à instrução dos processos. Contudo, após reavaliação institucional, aproximadamente 25 imóveis foram excluídos do rol de doação, em razão da necessidade de sua

manutenção para o cumprimento das atividades finalísticas do Ibama, especialmente para guarda e depósito de bens apreendidos. Assim, considerando que o exercício de 2025 foi dedicado à consolidação documental, a conclusão das transferências remanescentes está prevista para 2026.

Ainda em 2025, foi formalizada cooperação administrativa com o Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), com o objetivo de viabilizar a regularização cadastral e registral dos imóveis sob responsabilidade do Ibama, tanto na Sede quanto nas Superintendências Estaduais. A iniciativa integra a estratégia institucional de regularização dominial e racionalização do patrimônio imobiliário.

A implementação inicial concentrou-se na Região Norte, abrangendo os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, com previsão de expansão para outras unidades da Federação. Ressalte-se que nem todos os imóveis tiveram o trâmite de transferência dominial concluído pela SPU, razão pela qual a cooperação com o ONR tem sido fundamental para a regularização junto aos cartórios de registro de imóveis, conferindo maior segurança jurídica e efetividade administrativa ao processo

No âmbito da gestão de bens móveis, foram adquiridos aproximadamente 16.300 itens de mobiliário destinados ao atendimento das unidades do Ibama, incluindo a Sede e as unidades descentralizadas, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) nº 90025/2024.

Embora as atas tenham sido formalizadas em 2024, a maior parte das aquisições ocorreu em 2025, após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA 2025), que viabilizou a execução financeira.

No que se refere à incorporação patrimonial, os bens encontram-se em fase de registro e incorporação ao acervo do Ibama.

Quanto à implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), a Sede se encontra em fase final de implementação, com aproximadamente 100% dos bens cadastrados. A conclusão do processo depende apenas da etapa de conferência e etiquetagem física dos itens, destinada à regularização da responsabilidade patrimonial dos setores internos da Autarquia.

Nas unidades descentralizadas, a migração dos bens para o SIADS teve início em 2025, alcançando, até o momento, 67% do total de bens migrados para o novo sistema.

Principais desafios e ações futuras

Apesar dos avanços obtidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada celebrado com a Universidade de Brasília, a gestão documental do Ibama ainda enfrenta desafios estruturais que demandam atuação coordenada nos próximos exercícios.

Destaca-se a necessidade de conclusão e homologação dos instrumentos arquivísticos normativos, especialmente os códigos de classificação das atividades finalísticas, atualmente em validação interna e dependentes de aprovação pelo Arquivo Nacional. A ausência desses instrumentos limita a padronização definitiva da gestão documental em âmbito nacional.

No campo tecnológico, a solução de indexação e recuperação de informações desenvolvida ainda não foi integrada à rede corporativa do Ibama. Sua disponibilização institucional depende da área de Tecnologia da Informação e é fundamental para assegurar acesso, segurança da

informação e utilização plena do sistema pelas unidades da Sede e das Superintendências.

Outro desafio relevante refere-se ao volume remanescente de massa documental física não tratada, estimado em aproximadamente 52,76% do acervo, que ainda carece de classificação, ordenação e indexação, exigindo planejamento, recursos e apoio técnico especializado.

No âmbito da governança, permanece como prioridade a formalização da Política Arquivística institucional, a estruturação da governança de dados documentais, a definição de indicadores de desempenho e a elaboração do Plano de Digitalização, previstos para implementação a partir de 2026.

A adoção dessas medidas é essencial para consolidar os avanços alcançados, mitigar riscos institucionais, racionalizar fluxos informacionais e fortalecer a transparência, a eficiência administrativa e a preservação da memória institucional do Ibama.

7.5 Gestão da tecnologia da informação: aperfeiçoando infraestrutura e sistemas

Conformidade legal

A gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Ibama é pautada pelas [políticas, diretrizes, normas e informações disseminadas pela Secretaria de Governo Digital \(SGD/MGI\)](#), órgão central do [Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação \(Sisp\) do Poder Executivo Federal](#).

Nos processos de contratação, como em diversas outras frentes de trabalho da área de TIC, a [legislação reunida pela SGD no portal Governo Digital](#) é observada.

Em 2025, o [site do Ibama no portal Gov.br](#) ganhou uma seção específica de TIC no item de menu “Acesso à Informação”.



Figura 45: Seção “Tecnologia da Informação” no site institucional do Ibama

O objetivo é dar ampla divulgação a instrumentos de planejamento fundamentais à [Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027](#): o [Plano de Transformação Digital](#) (PTD), o [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação](#) (PDTIC) e o [Plano de Dados Abertos](#) (PDA). A seção também permite encontrar [orientações para o desenvolvimento de sistemas por empresas externas e uma série de normas e padrões](#) adotadas internamente pelo Ibama.

Em janeiro de 2025, o Ibama concluiu a elaboração do seu PTD, posteriormente integrado ao do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que também inclui ações previstas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O objetivo do Plano é a implementação de ações relacionadas à Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) na Administração Pública Federal, conforme estabelecido no [Decreto nº 12.198, 24 de setembro de 2024](#).

Em outubro, após monitoramento do 1º ciclo de execução do PDTIC 2024-2026 (1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025), foi publicada a [segunda edição do Plano](#), com ajustes em 7 das 72 metas previstas na primeira edição.

O acompanhamento do PDTIC revelou que, ao final de junho de 2025, o percentual de ações concluídas havia alcançado a marca de 50%.

Ações - 1º Ciclo de Execução

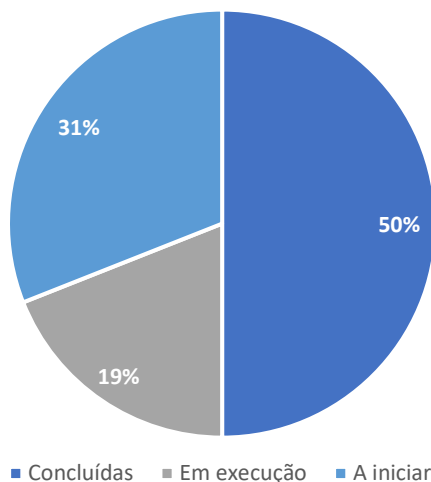


Gráfico 37: 1º Ciclo de execução do PDTIC

No âmbito do PDA- Ibama, dois novos conjuntos de dados abertos foram disponibilizados ao público em 2025:

- [Fila de acompanhamento de registro de agrotóxicos químicos](#); e
- [Relatórios de Comercialização de Agrotóxicos](#).

Modelo de governança de TIC

O ano de 2025 foi marcado pelo amadurecimento de estruturas de governança do Ibama. Ainda em janeiro, o Comitê de Governança Digital (CGD), colegiado de nível estratégico que delibera sobre ações, programas, políticas e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), teve uma nova versão do seu Regimento Interno aprovada ([Resolução CGD nº 1, de 17 de janeiro de 2025](#)), com o objetivo de viabilizar a criação de subcomitês temáticos de apoio.

Pouco depois, a [Resolução nº 2, de 27 de março de 2025](#) instituiu o Subcomitê de Governança de Dados e Informação (SGDI) para garantir que as boas práticas de governança e gestão de dados sejam implementadas de forma contínua e progressiva no Ibama.

Subordinado ao CGD, o SCGDI é um colegiado com funções consultivas e propositivas em relação a questões gerais da Política de Governança de Dados e Informação do Ibama. Seu escopo de atuação abrange os dados e informações produzidos, custodiados, mantidos ou recebidos no âmbito do Instituto, bem como os processos de análise, captação, geração, armazenamento, integração, utilização, compartilhamento, divulgação, retenção e descarte de dados.

A estruturação do SGDI, aliada à elaboração de instrumentos de capacitação, como o Manual dos Curadores de Dados e o Guia de Padronização de Painéis, bem como à implementação do Portal de Dados, voltado para a disseminação da cultura de dados, contribuíram para o fortalecimento da governança de dados ao estabelecer referências comuns

e orientar práticas que favorecem a qualidade, a consistência e a harmonização das soluções analíticas desenvolvidas em âmbito institucional.

Na frente de desenvolvimento de sistemas, a adoção de esteiras automatizadas e ágeis (DevOps) vem permitindo o lançamento mais rápido de novos recursos e a melhoria contínua de sistemas.

Principais Iniciativas e Resultados na área de TIC

Há pouco mais de dois anos, o Ibama tomou a decisão de migrar 68 sistemas organizacionais e suas respectivas bases para ambientes computacionais em nuvens de mercado. Para concretizar essa intenção seriam necessárias, inicialmente, duas medidas: a contratação de serviços de broker multicloud (Serpro Multicloud) e a contratação de uma nova empresa de desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software.

Os contratos foram assinados no segundo semestre de 2024 e, em 2025, ganharam tração que possibilitou concluir com êxito o projeto de migração, iniciativa mais ambiciosa do ano.

Com uma nova equipe de desenvolvimento, com maior capacidade e orientada por metodologia DevOps, as entregas de sistemas ganharam novo ritmo e permitiram a abertura de esteiras para novos projetos indispensáveis ao cumprimento da missão institucional do Ibama, como a plataforma única para o Licenciamento Ambiental Federal (Projeto LAF – desenvolvido em substituição aos sistemas Sislic, Sisg-LAF e Siga), o Sistema de Gestão de Bens Apreendidos e o Novo Sistema de Informação de Manejo de Fauna (Simaf). Também merecem destaque a reformulação da consulta pública a autos de infração e embargos na página do Ibama, com visualização de painéis, mapas e informações organizadas para uma transparência ativa mais efetiva; e a elaboração do módulo de adesão no Sistema de Apuração de Infrações Ambientais (Sabiá), que possibilita ao autuado optar pelo pagamento da multa com 30% de desconto, pelo parcelamento do valor ou pela conversão da penalidade em prestação de serviços ambientais, o que pode resultar em desconto de até 60%.

O fato de o contrato de desenvolvimento também disponibilizar profissionais especializados em dados permitiu a atualização do ambiente analítico. Iniciativas adotadas ao longo do ano proporcionaram ganhos relevantes em desempenho, escalabilidade, governança de acessos e agilidade na integração entre sistemas. Paralelamente, a migração do ambiente analítico para a nuvem, com a adoção do Azure Databricks como plataforma central, representou um avanço significativo na modernização da infraestrutura de dados e na consolidação do ecossistema Azure/Power BI como referência institucional.

Ainda em 2025, a implantação da funcionalidade Power BI Embedded possibilitou a disponibilização de painéis analíticos diretamente em sistemas institucionais. Essa solução favorece o acesso integrado às informações, contribui para a racionalização do uso de licenças e tende a gerar economia de recursos, ao reduzir a necessidade de acessos individuais a ferramentas analíticas dedicadas.

Contratações mais relevantes de recursos de TI e montante de recursos aplicados

Em 2025, o Ibama concluiu 9 contratações de TIC em 2025. Foram priorizadas iniciativas

voltadas para a modernização da infraestrutura de hardware, com a compra de servidores de rede, equipamentos de firewall, computadores de mesa e monitores para garantir a continuidade e segurança operacional das equipes em um cenário marcado pela chegada de mais de 574 novos servidores aprovados no concurso público mais recente.

Apesar da priorização, boa parte dos contratos voltados para a aquisição de hardware foram firmados apenas no final do ano, sem impactos financeiros em 2025, o que explica o baixo percentual de despesas de investimento evidenciado no montante de recursos aplicados no ano.

Entre os contratos do segmento de infraestrutura e Segurança da Informação e Comunicação (SIC), destaca-se aquele firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que coloca à disposição do Ibama serviços de emissão de certificados digitais, acesso à internet por meio de uma rede metropolitana de fibras óticas (Infovia) exclusiva para órgãos e entidades públicas, rede de longa distância (WAN – Wide Area Network) com infraestrutura central de comunicação com capacidade para suportar tráfego de grande volume de dados (backbone) e plataforma de segurança em nuvem (GovShield) que oferece um leque de ferramentas de SIC.

Ainda na área de infraestrutura, a aquisição de servidores de rede atualiza e expande a capacidade de processamento e comunicação de dados em diversas unidades do Ibama; e a chegada de novos computadores de mesa e monitores adapta as dimensões do parque computacional instalado para o novo quantitativo de servidores públicos do Instituto.

Na seara dos serviços de TIC, a assinatura do Termo de Adesão ao B-Cadastro, também ofertado pelo Serpro, permitirá acesso a bases de dados da Receita Federal, essenciais para consultas destinadas a reduzir fraudes em registros do Cadastro Técnico Federal (CTF).

No que diz respeito ao desenvolvimento de sistemas, a partir de participação em Registro de Preços do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), foi firmado contrato cujo objeto é a realização de testes e controle de qualidade de software.

Quanto ao montante de recursos aplicados em tecnologia da informação, as despesas de custeio corresponderam a um faturamento autorizado de R\$ 54.448.989,76. Já as despesas de investimentos tiveram um valor de R\$ 3.575.140,00, correspondente a 6% do faturamento total autorizado.

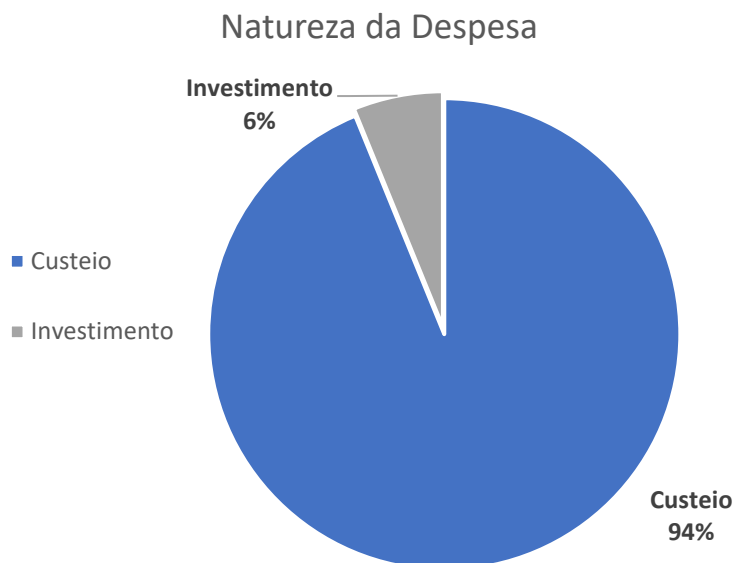


Gráfico 38: Faturamento autorizado de despesas de tecnologia da informação

Segurança da Informação

Em 2025, foram executadas ações relevantes para o fortalecimento da Segurança da Informação, com foco na ampliação de controles técnicos e na consolidação de processos alinhados ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI).

As unidades do Ibama nos estados receberam 90 equipamentos de firewall, que funcionam como barreiras de segurança entre a rede corporativa e a internet.

Em complemento, para evitar a captura de credenciais dos servidores e acessos não autorizados, foi implementado duplo fator de autenticação (MFA) em aplicações corporativas e sistemas externos.

O controle da autenticação em sistemas organizacionais ganhou mais robustez com a implementação de módulo de auditoria no Sistema de Controle de Acessos (SCA 2). E as esteiras automatizadas de desenvolvimento incorporaram a utilização da ferramenta Sonar, que analisa a qualidade do software produzido para estabelecer padrões mais elevados de limpeza e segurança nos códigos.

A conscientização do quadro funcional foi além da divulgação periódica de dicas de segurança e incluiu simulações de phishing (por meio do envio controlado e-mail malicioso que tenta capturar informações pessoais como senhas e dados bancários) para despertar a atenção de servidores e terceirizados para esse tipo de ataque recorrente na internet.

Também em 2025 foi implantado processo de Gestão Contínua de Vulnerabilidades, com foco na identificação, análise e priorização de correções com base na criticidade dos ativos e aplicações. Relatório recente indica que as respostas vêm sendo adotadas com rapidez, o que sinaliza evolução em processos de segurança.

Principais desafios e ações futuras

Com a migração dos sistemas do Ibama para a nuvem, o principal desafio para 2026 passa

a ser a gestão e a priorização de iniciativas estruturantes. Esse cenário reflete o aumento do volume de demandas e a maior complexidade dos projetos, exigindo equilíbrio entre a manutenção do ritmo de entregas e o aprofundamento da maturidade institucional em governança digital e uso estratégico de dados.

No campo do desenvolvimento de sistemas, entre as previsões para 2026, estão a priorização da modernização de sistemas legados, o fortalecimento da interoperabilidade entre soluções institucionais e o avanço em projetos estratégicos (já iniciados), com destaque para os sistemas do novo Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP), do Mercúrio Metálico, do Transporte de Produtos Perigosos (SNTPP), do Controle de Estoque de Pescado, de Bens Apreendidos e do e-Cites, além do Novo Portal de Serviços Ibama e do Chatbot da Ouvidoria.

As ações previstas para o Ibama no PTD do Meio do Ambiente acabaram impactadas, em 2025, pela alocação expressiva de força de trabalho no projeto de migração para a nuvem, e estão sendo retomadas com força total a fim de que a Estratégia Federal de Governo Digital evolua da forma desejada.

Impacto semelhante ocorreu nas ações relacionadas ao Plano de Dados Abertos (PDA) da vigência 2024-2026. O processo de migração do ambiente analítico demandou adequações no cronograma originalmente previsto. A disponibilização das chaves de acesso necessárias à plena operação do novo ambiente ocorreu em novembro de 2025, o que repercutiu tanto no ritmo de inclusão de novos conjuntos de dados quanto na execução de algumas atividades de manutenção ao longo do exercício. Ainda assim, foram mantidos esforços para assegurar a continuidade das ações essenciais, e a ampliação desse conjunto de dados permanece prioritária para exercícios subsequentes.

7.6 Sustentabilidade ambiental: promovendo práticas eficientes de conservação

Em outubro de 2024, com vistas ao aprimoramento dos espaços, foi iniciada a reestruturação do layout das salas, com o objetivo de adequar os ambientes ao novo cenário de trabalho remoto. Em 2025, as ações foram mantidas e aprimoradas, com a continuidade dos ajustes físicos e funcionais, buscando maior racionalização dos espaços, melhoria das condições de trabalho e adequação às novas dinâmicas institucionais.

Ainda naquele ano, iniciou-se a execução do projeto de aprimoramento da gestão documental, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). O projeto tem como objetivo otimizar a organização, classificação e acesso aos documentos institucionais, alinhando-se à sustentabilidade ambiental ao reduzir o uso de papel e promover a digitalização de processos.

O Ibama registrou avanços relevantes na gestão arquivística entre janeiro de 2024 e dezembro de 2025. Destacam-se a realização do diagnóstico do Índice de Maturidade em Gestão de Documentos (iMGD) em todas as unidades; a identificação de aproximadamente 510 metros lineares de documentos passíveis de eliminação; o avanço de 50% na elaboração dos códigos de classificação das atividades finalísticas; o desenvolvimento de ferramenta tecnológica para

gestão de metadados, pendente de integração pela CGTI; e o tratamento de cerca de 47,24% da massa documental física, com expressivo volume de documentos classificados, ordenados e indexados.

Nas Superintendências Estaduais, foram promovidas campanhas de consumo consciente e adotadas medidas de racionalização de recursos, como a redução do número de impressoras, a substituição de lâmpadas por modelos de LED, a adequação do uso de equipamentos elétricos e de climatização e a manutenção preventiva das redes elétrica e hidráulica, contribuindo para economia de energia, papel e insumos administrativos.

No que se refere ao monitoramento do consumo de energia elétrica, água e papel, encontram-se em curso iniciativas voltadas à organização e padronização dessas informações em âmbito institucional. Como forma de demonstrar os impactos iniciais das medidas adotadas, apresentam-se os dados referentes à Sede do Ibama, cujas informações já se encontram estruturadas e permitem evidenciar, de maneira objetiva, os resultados decorrentes das ações implementadas em relação ao consumo de água e resma de papéis.

Consumo de resmas de papel - Ibama Sede 2025

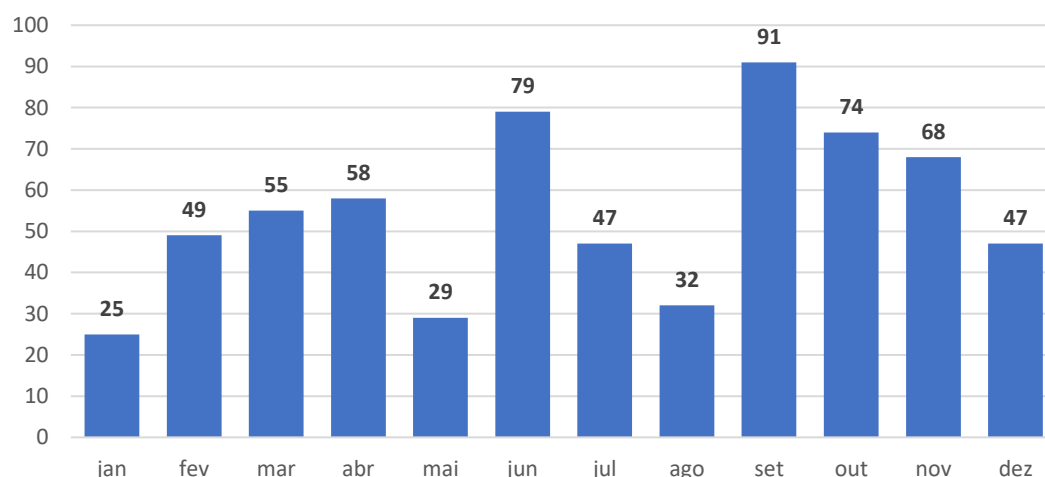


Gráfico 39: Consumo de resmas de papel na sede do Ibama em 2025

Principais desafios e ações futuras

Para os próximos exercícios, o principal desafio da área consiste na consolidação de um modelo institucional integrado de monitoramento e gestão do consumo de recursos, abrangendo energia elétrica, água e insumos administrativos, de forma padronizada em todas as unidades do Ibama.

Nesse contexto, destaca-se a implementação das iniciativas previstas no Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade de Brasília, voltadas à organização das informações de consumo e ao desenvolvimento de projeto de eficiência energética e modernização da infraestrutura da Sede do Ibama, com foco na redução de custos operacionais, na sustentabilidade e no aprimoramento da gestão predial.

A experiência a ser desenvolvida na Sede funcionará como projeto-piloto, permitindo o

aperfeiçoamento dos métodos de acompanhamento e a definição de indicadores institucionais de desempenho, com perspectiva de expansão gradual às Superintendências Estaduais, respeitadas as especificidades regionais.

Espera-se, a médio prazo, consolidar uma abordagem mais preventiva e orientada por dados, fortalecendo a governança, a transparência e a cultura institucional de uso racional de recursos no âmbito do Ibama.

Espera-se, a médio prazo, consolidar uma abordagem mais preventiva e orientada por dados, fortalecendo a governança, a transparência e a cultura institucional de uso racional de recursos no âmbito do Ibama.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E ORÇAMENTÁRIAS



8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E ORÇAMENTÁRIAS

8.1 Declaração anual do contador

Esta declaração se refere às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, de 31 de dezembro de 2025, da Unidade Prestadora de Contas Ibama (UPC Ibama), que corresponde ao órgão não superior 20701 – Ibama.

A Coordenação de Contabilidade (CCont), de acordo com a Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022, que aprovou o Regimento Interno do Ibama, compõe a estrutura organizacional da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGfin), que integra a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan), e é a unidade de gestão responsável pelo acompanhamento contábil, pelo registro da conformidade contábil, dentre outras competências definidas.

O documento ora apresentado reflete a conformidade contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).



Figura 46: Unidades gestoras do Ibama

As Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas Notas Explicativas), encerradas em 31 de dezembro de 2025, obtidas do SIAFI, conforme o Anexo I da Portaria TCU nº 49, de 7 de abril de 2022, estão, em seus aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição (MCASP), EXCETO no que tange às ressalvas a seguir listadas:

- Termo de Execução Descentralizada (TED): Os adiantamentos realizados e as transferências financeiras recebidas por meio TED apresentam saldos relativos a TEDs, cuja vigência encontra-se expirada, dos quais não se tem comprovação da execução e/ou devolução dos saldos não utilizados pela Unidade Gestora recebedora dos recursos, conforme orienta a Macrofunção SIAFI 020307 – Transferências Voluntárias.
- Inconsistência na depreciação dos bens móveis. Considerando que o Siads ainda não foi totalmente implantado em todas as unidades, existe divergências nos saldos de depreciação dos bens móveis motivado pela transição dos sistemas de controle. Serão providenciados os levantamentos de informações e as compatibilizações dos saldos à medida que o sistema for sendo implantado;
- Inconsistência no saldo de bens móveis em relação aos controles patrimoniais. Considerando que o SIADS ainda está em processo de implantação em algumas unidades, existem divergências, conforme detalhado na Tabela 7: Conciliação Patrimônio x Siafi em R\$ presente na Nota 4 – Imobilizado. Além disso, não foram concluídos os inventários em tempo hábil antes do encerramento do exercício; e
- Inconsistência em relação ao registro de dívida ativa não tributária. Devido ao encerramento do contrato com o Serpro, o sistema utilizado para obter as informações não foi mais atualizado a partir de meados de outubro de 2025. Já foi contratada a nova empresa e está em processo de implantação do novo sistema.

Brasília, 9 de fevereiro de 2026.
Roberto Freitas Freire de Souza
CRC DF 020582/O-0

8.2 Demonstrações Contábeis

Disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-contabeis>.

A adoção de procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, sob a mesma base conceitual, estão sendo implantados: reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis, respectiva

depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável, reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência, reconhecimento.

A implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads) foi estabelecida pela [Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020](#), sendo de uso obrigatório pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, incluindo as empresas estatais dependentes. Já está em processo avançado de implantação do Siads na sede, e estão sendo iniciados os trabalhos nas Unidades Descentralizadas, tudo isso de forma manual, contando com o trabalho de vários colaboradores. São milhares de itens, compreendendo os almoxarifados e os itens de bens móveis.

Considerando que o Siads ainda não foi totalmente implantado em todas as unidades, há divergências nos saldos de depreciação dos bens móveis, decorrentes da transição dos sistemas de controle. As compatibilizações dos saldos serão providenciadas à medida que o sistema for sendo implantado.

Além disso, foram iniciados esforços para a emissão regular do RMA e RMBI pelas unidades e conciliação de saldos no Siafi.

Resumo dos principais critérios e práticas contábeis

Segundo as premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, são apresentados a seguir os principais critérios e práticas contábeis adotados no âmbito da União:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real, utilizada por todos os órgãos e unidades da administração pública federal direta e indireta. Os saldos em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Regime orçamentário

É utilizado o regime orçamentário misto, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64 que dispõe que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas, ou seja, aplica-se o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas.

Demais créditos e valores a curto prazo

Estão relacionados principalmente a créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais, correspondente aos valores apurados a serem encaminhadas para o órgão competente para inscrição em dívida ativa; adiantamentos concedidos a pessoal; suprimento de fundos; outros créditos a receber e valores a curto prazo relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de termos de execução descentralizada (TED), e ainda créditos por dano ao patrimônio.

Estoques

No contexto do Ibama compreendem materiais de consumo em geral, EPs utilizados em atividades de combate ao fogo, dentre outros. São avaliados e mensurados da seguinte forma:

Na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e

Na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

Ativo realizável a longo prazo

Refere-se, principalmente, a dívida ativa não tributária e dívida ativa tributária.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos juros, atualizações e correções monetárias, calculados por meio do Demonstrativo de Débito do TCU, bem como são ajustados para refletir possíveis Perdas Estimadas.

Dívida ativa não tributária

O controle da Dívida Ativa não Tributária é realizado no âmbito do Ibama pelas informações do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização – SICAFI e de informações extraídas do Painel de Informações do Serpro. Visa principalmente que o saldo total registrado no SIAFI reflita o saldo total registrado no Painel de Informações do Serpro e do SICAFI após as devidas atualizações pela taxa Selic. O controle manual individualizado das inscrições no SIAFI seria extremamente trabalhoso devido ao seu grande número. Até outubro de 2025 existiam 57.039 inscrições ativas.

Além disso, a gestão do crédito da dívida ativa não está sob controle do Ibama, sendo executado principalmente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Advocacia Geral da União – AGU.

Ajustes para perdas estimadas de dívida ativa não tributária

Este índice é uma expectativa de perda dos valores inscritos em Dívida Ativa. O ajuste é calculado aplicando-se determinado percentual sobre o valor total inscrito na respectiva conta parâmetro de recebimento de valores.

O percentual de perda estimada é de 99,24%, aplicado sobre o total dos valores registrados. A estimativa foi atualizada para o exercício de 2025. O índice é uma expectativa de recebimento dos valores inscritos em Dívida Ativa, que foi calculado comparando-se o valor do efetivo recebimento aos valores inscritos na respectiva conta da seguinte forma:

Valores arrecadados referentes a dívida ativa no exercício (conta 621200000 – Receita Realizada) / pelo estoque de dívida ativa (conta 121110500 – Dívida Ativa não Tributária) * 100. Aplica-se esse cálculo para os últimos três exercícios, soma-se os quocientes encontrados e divide o resultado por 3, do resultado encontrado subtrai 100 para encontrar o percentual da estimativa

de perda.

Exercício	Estoque Dívida Ativa	Arrecadação	(Arrecadação / Estoque) *100	Percentual / 3
2024	22.423.001.207,17	328.516.860,74	1,46509%	0,48836%
2023	20.486.465.407,76	89.483.624,34	0,43679%	0,14560%
2022	18.855.815.307,00	67.485.629,22	0,35790%	0,11930%
Estimativa de recebimento (Soma percentual/3)				0,75326%
Estimativa de perda (Soma percentual/3) - 100				99,24%

Tabela 31: Ajustes para perdas estimadas de dívida ativa não tributária

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo desde que tais gastos possibilitem a geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período em que forem incorridos.

Depreciação de bens móveis

O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. A vida útil e o valor residual desses bens seguem os critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme disposto na Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUNet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A depreciação é apurada pela SPU e registrada mensalmente utilizando o Método da Parábola de Kuentzle, com base na vida útil estabelecida por laudo de avaliação, conforme disposto na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.

Demais obrigações a curto prazo

Neste subgrupo registram-se os valores restituíveis (principalmente consignações, retenções previdenciárias, planos de previdência e assistência, retenções referentes a empréstimos e financiamentos), além de depósitos de terceiros, precatórios de terceiros e transferências financeiras a comprovar. Na conta depósitos de terceiros Inter OFSS os registros referem-se à destinação, aos Estados conveniados, da arrecadação da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), conforme art. 17-B da Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações posteriores, e Instrução Normativa - IN Ibama nº 17/2011.

8.3 Alterações de Práticas Contábeis

Atualização dos valores de Dívida Ativa não Tributária inscritos em exercícios anteriores

Foi atualizado o procedimento dos lançamentos dos ajustes do valor da Dívida Ativa não Tributária inscritos em exercícios anteriores no SIAFIWeb a partir das atualizações de maio de 2025.

Anteriormente era apurado o valor da atualização referente ao exercício corrente e realizado um lançamento e para os valores referentes a exercícios anteriores eram agregados em outros lançamentos no SIAFIWeb. Da mesma maneira ocorria com a apropriação da perda estimada sobre esses valores.

Esses valores apurados de exercícios anteriores eram registrados em contrapartida a conta de ajustes de exercícios anteriores, porém, conforme a Macrofunção 021141 - Ajuste de Exercícios Anteriores:

“O ajuste de exercícios anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.”

Logo, a utilização da conta de ajustes de exercícios anteriores para apropriação das atualizações de inscrições na Dívida Ativa de exercícios anteriores estaria equivocada, pois não se trata de retificação de erro ou mudança de política contábil, mas sim da apropriação da atualização do crédito inscrito em Dívida Ativa pela ocorrência do fato gerador da atualização, o transcorrer dos meses no exercício corrente.

Portanto, se o crédito foi atualizado no mês corrente pela passagem do tempo sem a devida quitação pelo devedor, entende-se que deve ser considerada uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) do mês devendo transitar pela Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP conforme o regime de competência.

Esse procedimento está em conformidade com o disposto no MCASP 11ª Edição no tópico 5.2.2. Atualização Monetária, Juros, Multas e Outros Encargos:

“A atualização monetária, os juros, as multas e os outros encargos moratórios incidentes

*sobre os créditos inscritos em dívida ativa, previstos em contratos ou normativos legais, devem ser incorporados ao valor original inscrito **de acordo com o regime de competência.***”

Diferente seria no caso de não haver sido atualizado o saldo referente a algum mês de exercício anterior, por exemplo dezembro de 2024, nesse caso seria cabível o lançamento na conta de ajuste de exercícios anteriores, por se tratar de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, a omissão da atualização da atualização do período de dezembro de 2024.

Considerando que a conta de ajustes para perdas estimadas é resultado de uma função do saldo da conta principal de Dívida Ativa não Tributária, o reconhecimento da perda sobre as atualizações também foi trazido para o resultado do exercício.

Diante dessas mudanças podem ser verificadas variações significativas quando comparados os valores das VPA e VPD correspondentes em comparação ao mesmo período de 2024.

Baixa de valores da dívida ativa por cancelamento ou prescrição

Foi realizada uma alteração nos lançamentos das perdas efetivadas de Dívida Ativa não Tributária visando adequar os procedimentos ao disposto na Macrofunção 020342 – Ajustes de Perdas Estimadas, que dispõe que:

“5.2 – Quando a perda, de fato, ocorre, deve-se registrar a baixa do ativo em contrapartida à conta retificadora de perdas estimadas.”

A partir dos lançamentos referentes a 2025 foi realizada a baixa por cancelamento ou prescrição pelo valor proporcional ao percentual de perda estimada vigente da conta de ativo da Dívida Ativa não Tributária em contrapartida a conta retificadora e o valor residual baixado em contrapartida a VPD 39991.06.01 – Dívida Ativa não Tributária – Exclusão - Principal.

Mediante essa alteração, podem ser verificadas variações nos valores das variações patrimoniais diminutivas quando comparados aos do mesmo período de 2024.

8.4 Notas Explicativas

O propósito das notas explicativas é fornecer informações qualitativas, complementares às demonstrações contábeis, que expliquem variações relevantes e materiais, permitindo o controle social. Tem base na técnica da revisão analítica, cujo modelo foi desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) como forma de padronização de apresentação das informações.

Disponíveis no seguinte endereço: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-contabeis>.

Nota 1: caixa e equivalentes de caixa

O Subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa da Unidade Prestadora de Contas Ibama (UPC Ibama) tem a seguinte composição:

	Em Reais
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2025
Ibama - Setorial Orçamentária e Financeira	333.272.061,62
Ibama - Sede	139.259.027,34
Ibama - Demais Unidade Gestoras Executoras (Superintendências)	32.301.304,12
TOTAL	504.832.393,08

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 32: Caixa e equivalentes de caixa

A Setorial Orçamentária e Financeira concentra 66,02% do caixa da UPC Ibama, e atua realizando sub-repasses (movimentação de recursos financeiros entre unidades jurisdicionadas de um mesmo órgão) para as Superintendências do Ibama nos estados.

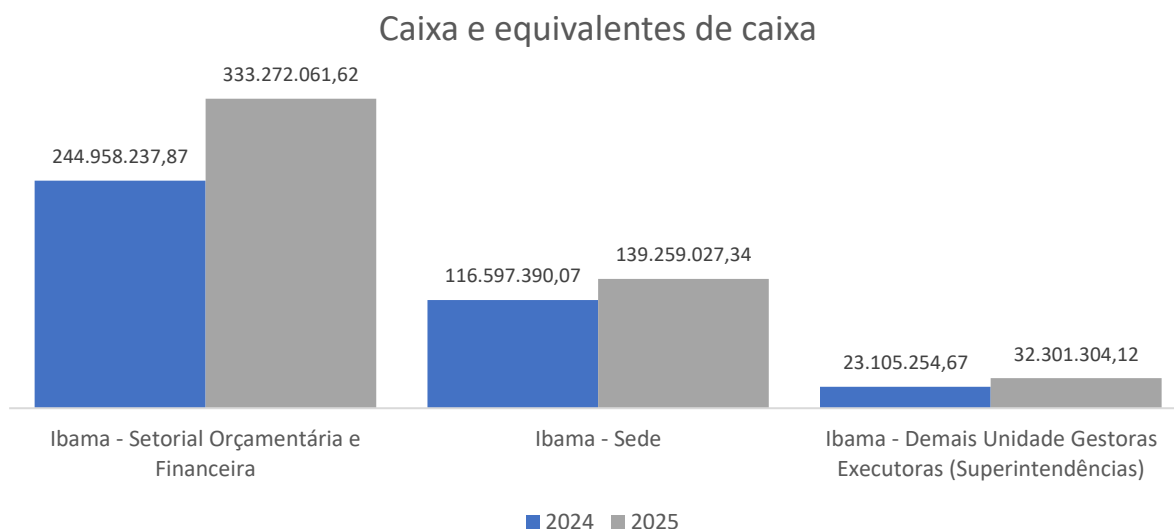


Gráfico 40: Caixa e equivalentes de caixa 2024-2025 (em Reais). Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 2: créditos a curto prazo

O Subgrupo Créditos a Curto Prazo da UPC Ibama tem a seguinte composição, em reais:

CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2025
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	1.876.720,69
Adiantamento Concedido - Suprimento de Fundos	2.837,39
Créditos a Receber de Entidades Federais - INTRA	273.000,00
Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	58.405.131,47
TOTAL	60.557.689,55

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 33: Créditos a curto prazo

Do total desse subgrupo, 96,44% correspondem a recursos financeiros que a UPC Ibama enviou para outras Unidades Gestoras utilizarem na execução de ações de interesse recíproco, ou de interesse apenas da UPC Ibama, pactuadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Em relação ao exercício anterior, os valores desse Subgrupo variaram da seguinte forma:

Créditos a curto prazo



Gráfico 41: Créditos a curto prazo 2024-2025 (em Reais). Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 3: ativo realizável a longo prazo

O Subgrupo Ativo Realizável a Longo Prazo da UPC Ibama é composto da seguinte forma:

	Em Reais
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2025
Dívida ativa tributária	338.420.923,12
Ajuste de perdas de dívida ativa tributária	-230.126.227,72
Dívida ativa não tributária	24.725.171.044,35
Ajuste perdas de dívida ativa não tributária	-
	24.537.259.714,41
Depósitos judiciais efetuados	3.785,60
Créditos por concessão direitos uso/exploração bens	43.063,98
TOTAL	296.252.874,92

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 34: Ativo realizável a longo prazo

Nesse subgrupo o destaque vai para a Dívida Ativa não Tributária. Em 2020 houve a centralização, na sede do Ibama, dos registros dos valores relativos às inscrições e às baixas na Dívida Ativa Tributária e não Tributária. Em 2022 os registros passaram a ter como base as informações extraídas do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização (SICAFI).

No exercício de 2023 os registros na Dívida Ativa passaram a ser qualificados por recebimento, prescrição, decisão judicial, etc. Os valores inscritos em Dívida Ativa são atualizados mensalmente, utilizando-se a taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia brasileira,

calculada pelo Banco Central do Brasil (BCB). O Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo é calculado por meio de um percentual que leva em consideração o histórico de valores recebidos em relação ao montante de inscrições existentes nos três últimos anos. Nos últimos anos, os valores inscritos na Dívida Ativa e no Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo da UPC Ibama variaram da seguinte forma:

Dívida Ativa ARLP

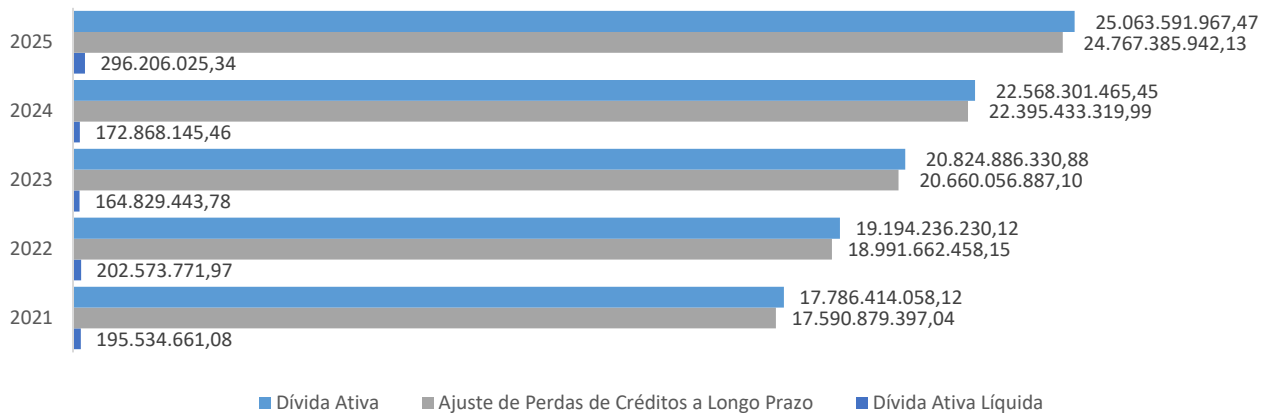


Gráfico 42: Dívida Ativa ARLP 2021/2025 (em reais). Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 4: imobilizado

O Subgrupo Imobilizado da UPC Ibama é composto da seguinte forma:

	Em Reais
IMOBILIZADO	2025
Bens Móveis	322.578.307,59
Bens Imóveis	577.814.471,78
Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada	-55.749.787,19
TOTAL	844.642.992,18

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 35: Subgrupo imobilizado

No exercício de 2025, teve continuidade ao processo de implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), onde serão controlados os bens móveis e de almoxarifado. O processo de implantação ainda não foi completamente finalizado em todas as Unidades Gestoras Executoras da UPC Ibama.

Os Bens Móveis da UPC Ibama estão assim subdivididos:

	Em Reais
BENS MÓVEIS	2025
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	55.966.793,46

Bens de Informática	71.256.105,32
Móveis e Utensílios	39.842.853,82
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	8.043.858,00
Veículos	91.915.094,55
Bens Móveis em Almoxarifado	46.888.224,92
Armamentos	6.750.946,11
Semoventes	30,00
Demais Bens Móveis	1.914.401,41
TOTAL	322.578.307,59

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 36: Subgrupo imobilizado

A Depreciação Acumulada de Bens Móveis é apurada pelo método das quotas constantes. Nesse método, o cálculo dos encargos de depreciação é feito da seguinte forma: retira-se o valor residual do bem do seu valor total e em seguida divide-se o valor resultante pelo período de vida útil do bem. A correta e adequada evidenciação dos Bens Móveis da UPC Ibama tem sido impactada pelo processo de implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que ainda não foi completamente finalizado em todas as Unidades Gestoras Executoras.

Os Bens Imóveis da UPC Ibama são controlados com auxílio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), e estão assim subdivididos:

BENS IMÓVEIS	2025	2024
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	560.483.198,93	550.788.582,93
Bens de Uso Especial não Registrados no SPIUnet	13.645.748,52	13.645.748,52
Bens Imóveis em Andamento	950.995,44	54.684,79
Instalações	920.184,91	920.184,91
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1.814.343,98	1.814.343,98
TOTAL	577.814.471,78	567.223.545,13

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 37: Bens imóveis do Ibama

A maior alteração em comparação com período anterior foi em Bens Imóveis em Andamento e se refere principalmente a construção em andamento na Superintendência do Ibama em Alagoas.

A Depreciação Acumulada de Bens Imóveis é apurada mês a mês, de forma automática, pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), utilizando-se o método da Parábola de Kuentzle¹.

Nota 05: intangível

¹ A Parábola de Kuentzle é expressa na seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da acessão x = vida útil transcorrida da acessão.

O Subgrupo Intangível da UPC Ibama é composto da seguinte forma:

	Em Reais
INTANGÍVEL	2025
Softwares com Vida Útil Definida	20.974.852,69
Marcas/Direitos/Patentes com Vida Útil Indefinida	77.767,57
TOTAL	21.052.620,26

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 38: Subgrupo Intangível

Nota 6: demais obrigações a curto prazo

O Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo da UPC Ibama possui a seguinte composição:

	Em Reais
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2025
Consignações, Indenizações, Restituições e Compensações	46.994.151,21
Diárias a Pagar	23.108,16
Depósitos não Judiciais	95.305.274,93
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	11.746.043,56
Valores em Trânsito Exigíveis	475,87
TOTAL	154.069.053,73

Fonte: Tesouro Gerencial.

Tabela 39: Demais Obrigações a Curto Prazo

Do total registrado na conta “Depósitos não Judiciais”, 73% correspondem a retenções de encargos trabalhistas realizadas em conta vinculada, de caráter obrigatório nas contratações de serviços terceirizados no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos da Instrução Normativa nº 5, editada pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A Conta-Depósito Vinculada, bloqueada para movimentação, é um mecanismo de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, contribuindo para assegurar os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato.

Os 27% remanescentes referem-se à arrecadação conjunta da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), realizada no âmbito de Acordo de Cooperação com os Estados, sendo os valores correspondentes repassados aos entes federativos quinzenalmente.

Nesse Subgrupo também estão registrados os recursos financeiros que a UPC Ibama recebeu de outras Unidades Gestoras, para utilizar na execução de ações de interesse recíproco, ou de interesse apenas da Unidade Gestora repassadora, pactuadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Nota 7: valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos

Refere-se principalmente a ajustes de dívida ativa não tributária referente a exercícios anteriores. A conta possui movimentação expressiva pelo registro tanto da incorporação da

atualização da dívida ativa quanto do ajuste para perdas estimadas até o lançamento de abril.

A partir do lançamento dos valores apurados em maio, os ajustes de dívida ativa não tributária inscrita em exercícios anteriores transitaram pelo resultado e não mais foram registrados diretamente no patrimônio líquido. A composição dos ajustes de exercícios anteriores pode ser visualizada na tabela a seguir:

RESUMO	MOVIMENTO LÍQUIDO
Ajustes referentes a dívida ativa não tributária	56.160.946,77
Ajustes de depreciação e apuração especial de depreciação de bens móveis no SIADS/bens imóveis	-
Ajuste de bens móveis no SIADS	25.738.938,43
Ajuste financiamentos concedidos na linha de crédito para custeio e comercialização da borracha safra 1994/1995	550.178,50
Ajustes de depreciação de ativo imobilizado por reavaliação no SPIUNet	-298.866,60
Ajustes diversos	617.814,60
	-20.053,83
TOTAL	31.271.081,01

Fonte: Tesouro Gerencial.

Tabela 40: Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos (ajustes de exercícios anteriores)

Nota 8: outras variações patrimoniais aumentativas

Em Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos estão registradas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) subdivididas da seguinte forma:

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	Em Reais 2025
Ganhos com Desincorporação de Passivos	14.393.294,78
Ganhos com Alienação de Móveis	132.091,80
Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos	60,00
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	2.305.342.816,18
TOTAL	2.319.868.262,76

Fonte: Tesouro Gerencial.

Tabela 41: Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs)

O subitem mais significativo é o de outros ganhos com incorporação de ativo, totalizando R\$ 2.305.342.816,18, referindo-se principalmente a dívida ativa não tributária. A grande variação nesse subgrupo contábil se deve principalmente pelo aumento das inscrições de créditos na dívida ativa não tributária. Houve alteração dos procedimentos de registro dos ajustes do valor de dívida ativa inscrita em exercícios anteriores atualizados no exercício corrente mensalmente, conforme explicado anteriormente no tópico de alterações de práticas contábeis.

Nota 9: Outras variações patrimoniais aumentativas

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas estão registradas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) assim subdivididas:

	Em Reais
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2025
Multas Administrativas	430.682.797,58
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.617.124,05
VPAs Decorrente de Fatos Geradores Diversos	16.397,18
Dívida Ativa não Tributária	563.986.527,47
TOTAL	997.302.846,28

Fonte: Tesouro Gerencial.

Tabela 42: Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O valor acumulado final das Multas Administrativas reduziu consideravelmente em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

Multas administrativas

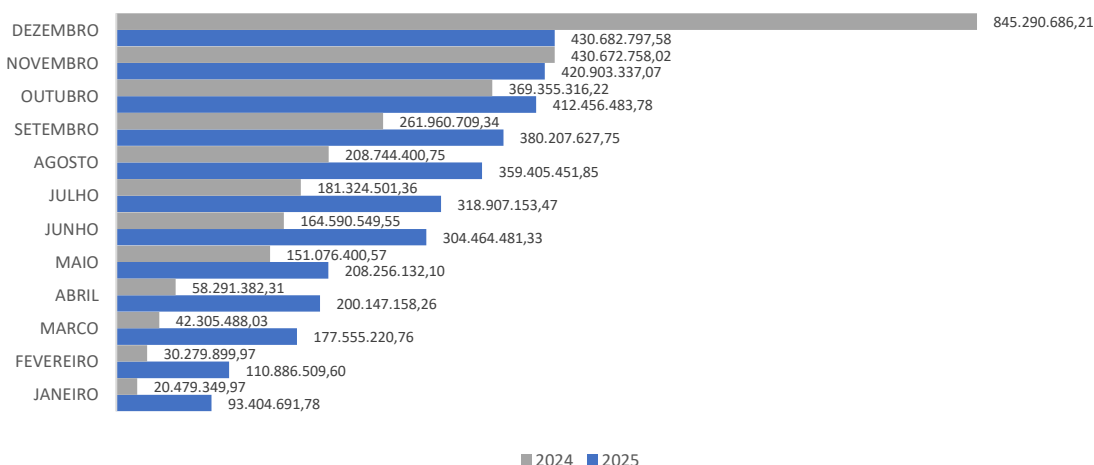


Gráfico 43: Multas Administrativas – Valor Acumulado Mensal 2024-2025 (em Reais). Fonte: Tesouro Gerencial

A arrecadação expressiva no exercício de 2024 se deve a programas de regularização de débitos lançados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) nesse exercício.

Nota 10: Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

Em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos estão registradas Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) assim subdivididas:

	Em Reais
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2025

Desincorporação de Ativos	79.417.331,51
Incorporação de Passivos	17.989.305,05
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	469.676,72
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa não Tributária	2.779.311.853,30
Reavaliação de Bens Imóveis	3.707.881,99
TOTAL	2.880.896.048,57

Fonte: Tesouro Gerencial.

Tabela 43: Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

O subitem mais significativo é o de Ajuste para Perdas em Dívida Ativa não Tributária, totalizando R\$ 2.779.311.853,30 ao final do ano de 2025, com um aumento de 420,54% em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação foi explicada no tópico de alteração de práticas contábeis.

Nota 11: resultado patrimonial do período

O Resultado Patrimonial do Período é o saldo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs). Esse resultado está refletido no Balanço Patrimonial no subgrupo Resultados Acumulados.

Resultado Patrimonial

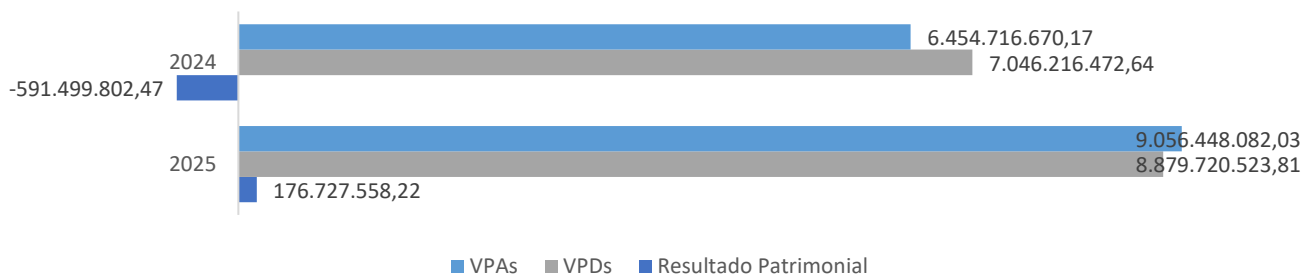


Gráfico 44: Resultado Patrimonial do Período 2024-2025 (em Reais). Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 12: Receitas Orçamentárias

De acordo com o art. 35 da Lei 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas. No Balanço Orçamentário da UPC Ibama as receitas arrecadadas estão demonstradas no campo Receitas Realizadas e evoluíram, em relação ao exercício anterior, da seguinte forma:

Receitas orçamentárias realizadas

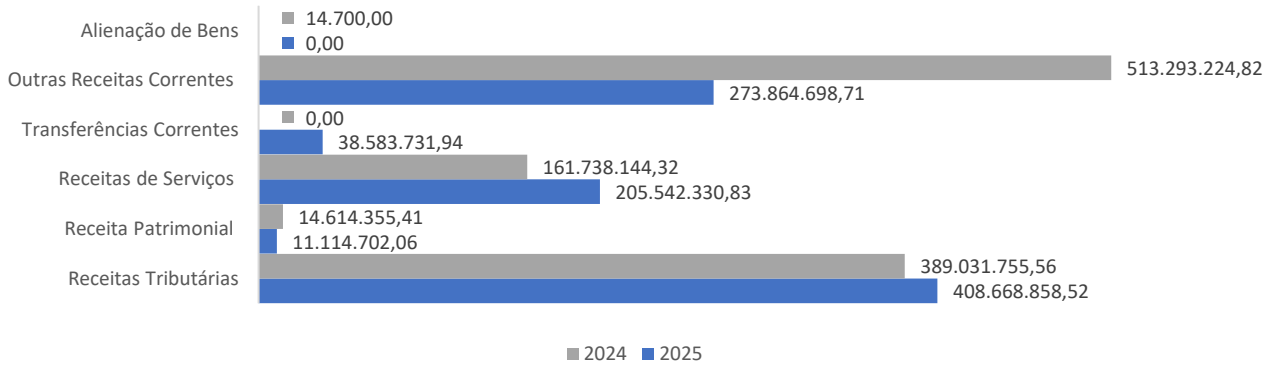


Gráfico 45: Receitas Orçamentárias 2024-2025 (em Reais)- Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 13: Despesas Orçamentárias

O Resultado Orçamentário demonstra o desempenho da UPC Ibama na gestão orçamentária dos recursos e é obtido através do confronto entre as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas.

Nos termos do art. 35 da Lei 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. As despesas empenhadas na UPC Ibama, em relação ao exercício anterior, variaram conforme demonstrado abaixo:

Despesas empenhadas

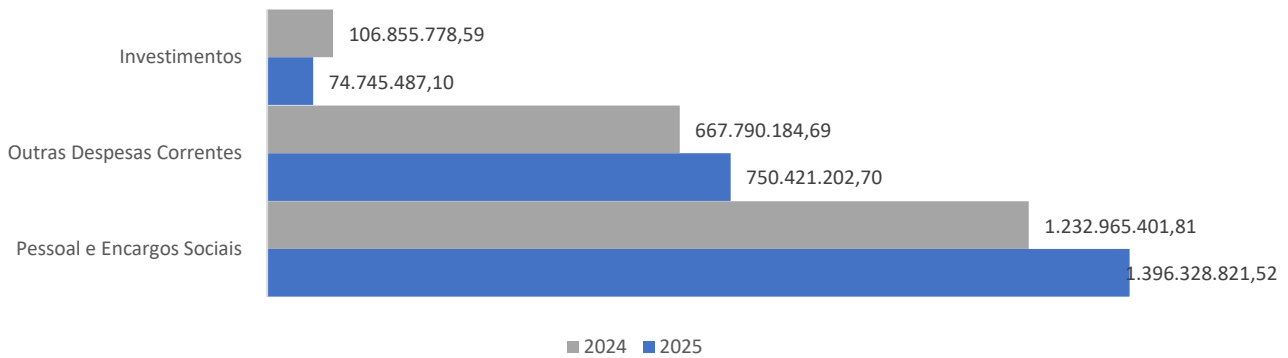


Gráfico 46: Despesas Orçamentárias 2024-2025 (em Reais) - Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 14: Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário demonstra o desempenho da UPC Ibama na gestão orçamentária dos recursos e é obtido através do confronto entre as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. No exercício de 2025 esse resultado foi deficitário na ordem de R\$ 1.283.721.189,26 o que não representa, fundamentalmente, um impacto negativo. As receitas

vinculadas do órgão são insuficientes para equilíbrio com as despesas, sinalizando dependência do Tesouro para aportes de recursos ordinários e da seguridade social, sobretudo para as despesas com pessoal e encargos, tendo em vista que parte da fonte das programações é oriundo de receitas não arrecadadas pelo próprio órgão. O resultado financeiro incluindo as transferências recebidas e concedidas é demonstrado no Balanço Financeiro.

Resultado Orçamentário

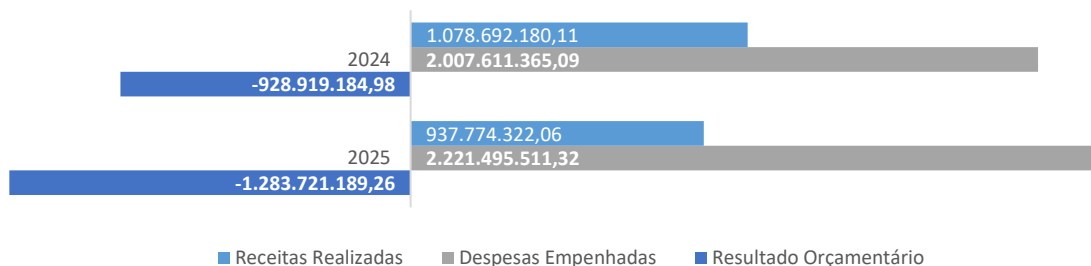


Gráfico 47: Resultado Orçamentário 2024-2025 (em Reais) - Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 15: Resultado Financeiro

O cálculo do resultado financeiro pode ser verificado de duas formas. A primeira considera o total dos ingressos e dispêndios, excluindo-se o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa; já a segunda maneira considera apenas os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa inicial e final, deduzindo-se o saldo do exercício anterior (caixa final) do saldo que passa para o exercício seguinte (caixa inicial). Esta metodologia é equivalente à Geração Líquida de Caixa apresentada pela DFC.

O resultado financeiro no período de 2025 foi superavitário em R\$ 120.171.510,47. Apesar dos valores expressivos de recebimentos e transferências financeiras deve-se atentar que parte das movimentações ocorrem entre unidades do Ibama, como, por exemplo, os sub-repasses recebidos e concedidos que se trata de descentralização interna de recursos financeiros. Ao consolidar os demonstrativos das diversas unidades gestoras, soma-se tanto os saldos de movimentações na unidade concedente e nas recebedoras.

	2025	2024
Receitas orçamentárias	937.774.322,06	1.078.692.180,11
(+) Transferências financeiras recebidas	4.876.176.166,74	4.209.774.999,57
(+) Recebimentos extraorçamentários	1.107.305.333,73	1.218.021.757,46
(-) Despesa orçamentária	2.221.495.511,32	2.007.611.365,09
(-) Transferências financeiras concedidas	3.846.938.535,43	3.858.177.555,03
(-) Pagamentos extraorçamentários	732.650.265,31	562.025.966,27
RESULTADO FINANCEIRO (em reais)	120.171.510,47	78.674.050,75

Fonte: Siafi

Tabela 44: Resultado Financeiro

